

SUELY BRAGA DA SILVA

O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO E A  
INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ORGANISMOS  
CULTURAIS NO ESTADO NOVO (1937-1945):  
PLANOS, IDEAIS E REALIZAÇÕES

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Ciência da Informação do CNPq/IBICT em convênio com a UFRJ/ECO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadoras: Prof<sup>as</sup> Regina Maria Marteleto - Doutora em Ciência da Informação; Pesquisadora CNPq/IBICT. Maria Celina D'Araújo - Doutora em Ciência Política; Pesquisadora FGV/CPDOC; Professora-Adjunta / UFF.

Rio de Janeiro  
novembro, 1992

Para Lidia e Roberto, que eu tanto tenho amado e que tanto têm me ensinado.

## AGRADECIMENTOS

Foram sempre muitas as pessoas que me ajudaram a enfrentar os desafios impostos pela vida. Vencê-los, contudo, nem sempre foi possível. Não sei se me desincumbi a contento deste último, que foi a realização desta dissertação. Sei apenas que se o resultado alcançado ficou aquém do esperado só a mim deve ser imputada a responsabilidade. Apoio não faltou. Sei, também, o perigo que representa querer nomear todos aqueles que de alguma forma me ajudaram, uma vez que qualquer lapso da memória pode implicar injustiças irreparáveis. Mas o meu muito obrigada a estes amigos e colaboradores é tão grande e sincero que correrei o risco.

Em primeiro lugar, agradeço ao CPDOC na pessoa de sua diretora, Alzira Alves de Abreu que, hoje tenho certeza, muito contribuiu para o meu amadurecimento profissional ao longo destes 14 anos de trabalho. Agradeço também a Regina Maria Marteleto e Maria Celina D'Araújo que, como orientadoras, estiveram sempre prontas a me indicar o caminho menos sinuoso que me permitiu chegar ao final da viagem sem acidentes fatais.

Obrigada

- . a todos os colegas do Setor de Documentação do CPDOC, especialmente sua coordenadora, e minha amiga, Célia Maria Leite Costa, que ansiosamente acompanhou, passo a passo, a realização deste trabalho;
- . a Margarete Rosa Tavares e Glória Maria Valin, que atenderam sempre prontamente as minhas freqüentes e difíceis solicitações bibliográficas;
- . a Marta Lima, que unindo eficiência e paciência tanto me ajudou no levantamento dos dados;
- . a Maria Helena França dos Santos, pelo trabalho de alimentar a base de dados;
- . a Andréa Ribeiro Quadros, que tão bem captou minhas necessidades com relação à informatização dos dados levantados;

- . a Dora Rocha, mestra na arte de tornar nossos textos sempre mais claros e leves;
  - . a Josete Ramos Lugão Arantes, pelo impecável trabalho de digitação, realizado sempre a partir de confusos originais;
  - . aos colegas e professores do IBICT, pela convivência e orientação recebida ao longo do mestrado;
  - . ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, pela concessão de minha bolsa de estudos,
- e finalmente, obrigada,
- . a todos os que torceram por mim.

SILVA, Suely Braga da. O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, ideais e realizações. Orientadoras: Regina Maria Marteleto e Maria Celina D'Araújo. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1992. 157 p.

## RESUMO

Criação do Instituto Nacional do Livro - INL - no contexto político-educacional dos anos 30 e sua atuação até o final do Estado Novo (1945). Debate travado entre os defensores da Escola Nova e os conservadores católicos e elaboração do Plano Nacional de Educação com recomendações para uma ação educacional extra-escolar. Dificuldades de ordem política e financeira nos primeiros anos do Instituto. Objetivos, competência e resultados alcançados pelo Instituto mediante o estudo das três seções em que se estruturou: Seção das Publicações, Seção da Enciclopédia e do Dicionário, Seção das Bibliotecas. Análise do desempenho da Seção das Bibliotecas no tocante ao seu objetivo maior - incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional - com base nos dados das 3.044 bibliotecas registradas no Instituto no período de 1938 a 1945, interessadas em se beneficiar do programa de doação de livros.

## **ABSTRACT**

The foundation of the Instituto Nacional do Livro - INL - within the political and educational context of the 30's and its performance until the end of the dictatorship of Estado Novo (1945). The debate established between the Escola Nova movement supporters and the catholic conservatives. The planning of the Plano Nacional de Educação and the suggestion of an extra-school educational action. Political and financial difficulties in the first years of the INL. Objectives, scope and results reached by the Instituto through the study of its three sections: Publishing Section, Encyclopedia and Dictionary Section and Library Section. Analysis of the performance the Library Section in pursuing its major goal - to stimulate the organization and help the maintenance of public libraries all over Brazil - based on data of the 3.044 libraries which were registered at the Instituto between 1938 and 1945 on the purpose of benefitting from its program of book donation.

## TABELAS

	P.
Tabelas 01 e 02 - Distribuição das bibliotecas registradas por ano de instalação - Brasil (1938/1945)	93
Tabelas 03 e 04 - Distribuição das bibliotecas registradas por ano de instalação - Regiões (1938/1945)	97
Tabelas 05 e 06 - Distribuição das bibliotecas registradas por ano de registro - Brasil (1938/1945)	102
Tabelas 07 e 08 - Distribuição das bibliotecas registradas por regiões (1938/1945)	105
Tabelas 09 e 10 - Distribuição das bibliotecas registradas por ano de registro - Regiões (1938/1945)	108
Tabelas 11 e 12 - Distribuição das bibliotecas registradas entre capitais e interior - Brasil (1938/1945)	111
Tabelas 13 e 14 - Distribuição das bibliotecas registradas entre capitais e interior - Regiões (1938/1945)	114
Tabelas 15 e 16 - Distribuição das bibliotecas registradas por estados (1938/1945)	117
Tabelas 17 e 18 - Distribuição das bibliotecas registradas por volume de acervo - Brasil (1938/1945)	121
Tabelas 19 e 20 - Distribuição das bibliotecas registradas por volume de acervo - Regiões (1938/1945)	125
Tabelas 21 a 24 - Distribuição das bibliotecas registradas por volume de acervo - Estados (1938/1945)	128
Tabelas 25 e 26 - Distribuição das bibliotecas registradas por volumes doados - Brasil (1938/1945)	133
Tabelas 27 e 28 - Distribuição das bibliotecas registradas por volumes doados - Regiões (1938/1945)	136
Tabelas 29 a 32 - Distribuição das bibliotecas registradas por volumes doados - Estados (1938/1945)	139

## SUMÁRIO

	P.
APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - REVENDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	20
. Antecedentes históricos.....	21
. Os ideais escolanovistas chegam ao Brasil.....	23
. O Estado repensa a educação.....	27
. O Plano Nacional de Educação e o Instituto Nacional do Livro...	32
. O Estado Novo e a educação.....	36
CAPÍTULO 2 - INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO: ANTECEDENTES, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO.....	42
. Instituto Cairu - o antecessor do INL.....	43
. Por que criar um Instituto Nacional do Livro?.....	44
. Augusto Meyer - um literato na direção do INL.....	46
. Quando nem todas as forças são favoráveis.....	47
. Três seções e muitas atribuições.....	51
. Seção da Enciclopédia e do Dicionário.....	52
. Seção das Publicações.....	56
. O livro brasileiro no exterior.....	61
. Um pouco sobre o mercado editorial brasileiro nos anos 30/40...	62
- INL: um cliente em potencial.....	66
CAPÍTULO 3 - LIVRO, BIBLIOTECAS E DIFUSÃO DA CULTURA.....	70
. A Seção das Bibliotecas.....	71
- Bibliotecas populares no Rio de Janeiro - um estudo-piloto...	74
- Bibliotecas populares regionais - um projeto de rede.....	75
- Quando a prática é outra.....	80
- Quando o caminho é o registro, classificar é preciso.....	82

CAPÍTULO 4 - A DOAÇÃO DE LIVROS COMO INCENTIVO ÀS	
BIBLIOTECAS.....	87
. Os caminhos do método.....	87
. Bibliotecas registradas no período 1938/1945.....	92
. Volume do acervo e obras doadas às bibliotecas registradas no período 1938-1945.....	120
CONCLUSÃO.....	146
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	151

## APRESENTAÇÃO

Parece haver consenso entre os profissionais da área que a ciência da informação coloca-se hoje no campo dos saberes multidisciplinares. Fazendo minhas as palavras do coordenador dos cursos de pós-graduação do IBICT, prof. Aldo Barreto, penso que temos que passar do discurso da interdisciplinaridade para a ação efetiva.<sup>1</sup>

O trabalho que ora apresento como dissertação final de mestrado procurou transformar em prática a convicção de que este é o caminho a ser seguido na busca da consolidação da ciência da informação enquanto ciência. Caso contrário, estaremos discutindo exclusivamente procedimentos técnicos, e estes não justificam por si só a existência de programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). Esta dissertação é um esforço nesse sentido. Busquei estudar um tema caro à ciência da informação, qual seja, a institucionalização de organismos difusores de cultura, recorrendo, para tanto, à pesquisa histórica. Conteí assim com a orientação acadêmica de uma professora da área de ciência da informação, e de outra das áreas de história e ciência política, num trabalho conjunto que só benefício me trouxe.

O organismo escolhido como objeto de estudo foi o Instituto Nacional do Livro, um dos poucos exemplos de instituições culturais do país que resistiram ao desafio dos tempos, mantendo-se desde sua criação, em 1937, até os dias de hoje. Com a reforma administrativa promovida pelo governo Collor, o INL teve sua estrutura organizacional alterada, transformando-se no Departamento Nacional do Livro, subordinado à Biblioteca Nacional. Trata-se, portanto, de uma instituição com mais de meio século de existência, e nesse período de tempo nenhum estudo acadêmico foi feito sobre os seus primeiros anos de atividade.

Por mais que saibamos que os processos históricos não são marcados por fatos passíveis de serem entendidos isoladamente, somos forçados a utilizar periodizações a fim de tornar possível o estudo dos temas que nos propomos. A periodização deste estudo coincide com a do próprio Estado Novo (1937-1945). O trabalho se estende desde

---

<sup>1</sup> BARRETO, Aldo de Albuquerque. Pensando a pós-graduação em informação no Brasil. Informativo IBICT, Brasília, v.12, n.1, p.2, jan./fev. 1992.

a criação do INL até o final da gestão de Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde, que ocorre concomitantemente à derrubada do regime ditatorial, em outubro de 1945. O recorte em 1945 tem dupla justificativa: primeiro, porque neste ano mudam o ministro e o regime político do país; segundo, porque o objetivo da pesquisa não é escrever a história do INL, mas sim conhecer os resultados alcançados pela ação estatal no processo de institucionalização da informação para o público, através do conhecimento do órgão incumbido de concretizar esta ação.

O Instituto Nacional do Livro surgiu praticamente junto com o Estado Novo, num momento de intensa movimentação político-ideológica em que a "ameaça" comunista direcionava as atenções e atividades do Estado. Exemplo do clima reinante às vésperas do golpe de novembro de 1937 são as palavras do ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, alertando o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para a premência de ser montado um esquema de controle das publicações de todo o país que pudessem ser portadoras de "ideologias perturbadoras da ordem e da unidade nacional". Para ele, os comunistas tinham uma invejável experiência na transmissão de suas idéias através de publicações impressas. "Num artigo de jornal, num poema, num romance, na exposição de um fato histórico, tudo é tendenciosamente mostrado." Sugere ainda o ministro uma severa censura a toda a literatura destinada aos jovens que pudesse ser "nociva à mentalidade moça de nossa terra".<sup>2</sup>

Apesar desta conjuntura, argumento neste trabalho que o INL não pode ser caracterizado exclusivamente como um órgão com funções de controle e censura, como desejava Macedo Soares. Para tanto contribuiu a ação do ministro Gustavo Capanema, que contava, na realização de seus projetos culturais, com a colaboração de intelectuais de diferentes tendências políticas, inclusive de oposição aos princípios governistas. As evidências que suportam esta afirmação são buscadas principalmente na pesquisa sobre a ação do INL. Procurei examinar dados e informações de diferentes procedências que nos mostram que, apesar dos constrangimentos ideológicos do Estado Novo, o INL agiu essencialmente como um importante agente no processo de institucionalização de organismos culturais e como um disseminador de informações. Sua principal marca, ao fim e ao cabo, foi o incentivo à criação e manutenção de bibliotecas públicas por todo o país.

---

<sup>2</sup> Jornal O Diário (Belo Horizonte), de 09.10.1927.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, passo em revista parte da produção intelectual sobre educação no Brasil, centrando a atenção no enfrentamento dos "pioneiros da educação nova" com os conservadores católicos durante as décadas de 1920 e 1930. Estes anos foram marcados por esforços de ambos os lados para conduzir os rumos da educação nacional. Relaciono ainda neste capítulo a criação do INL com o Plano Nacional de Educação de 1936.

Analiso no capítulo 2 os antecedentes, a estrutura e o funcionamento do INL, centrando meu estudo nos motivos que levaram o governo a criar o Instituto, nas dificuldades de ordem político- financeira enfrentadas nos primeiros anos e no desempenho das Seções das Publicações e da Enciclopédia e Dicionário. Ainda neste capítulo trato, de modo breve, do mercado editorial brasileiro nos anos 30/40, por ser um tema diretamente ligado à atuação do INL.

A Seção das Bibliotecas mereceu um capítulo à parte, que foi chamado Livro, bibliotecas e difusão da cultura. Aí apresento os planos e os ideais daquela seção, que tinha como atributo maior o incentivo à criação e manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. A apresentação e análise de seu desempenho é objeto do capítulo 4, construído a partir de informações prestadas por todas as bibliotecas que se registraram para receber auxílio do INL, e que constam dos Guias das bibliotecas brasileiras editados pelo próprio INL.

## INTRODUÇÃO

*Fazer uma tese significa aprender a pôr ordem nas próprias idéias e ordenar os dados; é uma experiência de trabalho metódico...*

*Umberto Eco*

Mais do que "aprender a pôr ordem nas próprias idéias e ordenar os dados",<sup>1</sup> fazer uma pesquisa tendo em vista uma dissertação ou tese requer o árduo trabalho de localizar os dados necessários. Este é um dos problemas que mais dificultam a pesquisa sobre temas ainda pouco explorados.

No caso presente, o primeiro passo foi a realização de um levantamento bibliográfico capaz de indicar a literatura existente sobre o objeto de estudo, o Instituto Nacional do Livro no período compreendido entre sua criação, em 1937, e o final do Estado Novo, em 1945. O resultado do levantamento foi desalentador. Quase nada consegui localizar após consulta aos acervos bibliográficos da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Fundação Getúlio Vargas, do Senado Federal, através do sistema PRODASEN,<sup>2</sup> e do próprio Instituto Nacional do Livro. Além destas instituições, recorri ao BIBLIODATA/CALCO que, igualmente, revelou a inexistência de trabalhos analíticos sobre os primeiros anos de atividade do INL. Consegui localizar, apenas, alguns artigos posteriores ao período de meu interesse, escritos por ocasião de festejos como os 30 anos do Instituto, por exemplo, contendo referências esparsas aos anos passados. Contudo, deparei-me com um "grande achado", que foi a localização na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional de edições do *Guia das bibliotecas brasileiras*.<sup>3</sup> Estas publicações,

---

<sup>1</sup> ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1986. p.5.

<sup>2</sup> A consulta ao PRODASEN visava localizar a legislação existente referente ao INL; entretanto, consta do sistema apenas o decreto de criação do Instituto.

<sup>3</sup> INL - Guia das bibliotecas (registradas até 31 março de 1942). 2ª ed. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1944.

INL - Suplemento do Guia das bibliotecas brasileiras (registradas entre 1º de abril de 1942 de 31 de março de 1945). Rio de Janeiro, 1946.

INL - Guia das bibliotecas brasileiras (registradas até 31 de dezembro de 1952). 3ª ed. Rio de Janeiro, 1955.

consideradas obras de referência, e portanto fontes secundárias, aliadas a documentos arquivísticos, constituíram a base do trabalho de análise da atuação do INL.

Por outro lado, era também objetivo desta pesquisa relacionar a política educacional e cultural formulada pelo Estado nos anos de regime autoritário (1937 a 1945) com a efetiva prática desta política, para a qual contribuiu o Instituto Nacional do Livro. Somente voltando à história da educação neste período seria possível lograr êxito. Passei assim em revista no capítulo 1 as grandes e polêmicas questões educacionais que tiveram lugar no Brasil nas primeiras décadas deste século.

### **As fontes primárias**

Desde a elaboração do projeto de pesquisa era minha intenção trabalhar também com fontes primárias arquivísticas. Frente à realidade da não existência de fontes bibliográficas, as fontes primárias acabaram por direcionar a pesquisa. Infelizmente não foi possível consultar o arquivo do próprio INL. Apesar de fundamental, tive que me ater aos acervos de outras instituições.

Alguns meses foram gastos na tentativa de localizar o arquivo do INL, pois a pesquisa se iniciou no exato momento em que o Instituto estava sendo desativado para se transformar no atual Departamento Nacional do Livro, vinculado à Biblioteca Nacional. Impedida que fui de constatar pessoalmente a inexistência de documentos referentes aos primeiros anos do Instituto, pois seu acervo encontrava-se encaixotado aguardando destinação, vi-me forçada a aceitar a versão corrente de que aqueles documentos embalados seriam os únicos existentes e referiam-se às atividades do Instituto a partir da década de 1960.

Busquei então informações junto a pessoas que haviam em algum momento atuado no Instituto e que poderiam fornecer alguma pista quanto ao paradeiro dos documentos que eu tentava localizar. Nada tendo conseguido, por um momento julguei que a saída para o impasse criado pudesse estar mais próxima. Passei a procurar (a expressão é exatamente esta) os arquivos do Ministério da Educação, ao qual o INL se subordinava, referentes ao período de meu interesse. Mais uma triste constatação: o acervo fora destruído. Esta informação veio através do Arquivo Nacional, que não

conseguiu, por carência de estrutura física e de pessoal habilitado, promover o recolhimento desses documentos antes da destruição.

Estas constatações só não me desanimaram mais porque há muitos anos conheço a realidade dos acervos documentais produzidos pelos órgãos públicos brasileiros e sei que estes dois casos não são uma exceção, mas sim a regra. Experimentando na própria pele as dificuldades pelas quais passam os pesquisadores brasileiros, fruto do descaso dos poderes públicos para com a preservação de nosso patrimônio documental, senti-me recompensada por participar do trabalho que instituições como o Arquivo Nacional e a Fundação Getúlio Vargas, através do CPDOÇ vêm realizando com o propósito de alterar este desalentador panorama da área de documentação. Tanto o Arquivo Nacional como o CPDOC vêm empreendendo esforços em prol de uma conscientização dos gestores do bem público para a importância de se preservar adequadamente, com base em modernos padrões arquivísticos, os documentos de valor permanente produzidos e/ou acumulados pela administração pública.

A pesquisa em fontes primárias realizou-se nas instituições a seguir arroladas:

. **Arquivo Nacional** - Fundo Secretaria da Presidência da República - Série Ministério da Educação e Saúde

. **Fundação Casa de Rui Barbosa** - Centro de Literatura Brasileira - Arquivo privado de Augusto Meyer

. **Fundação Getúlio Vargas** - CPDOC - Arquivos privados de Anísio Teixeira, Filinto Müller, Gustavo Capanema e Lourenço Filho.

De todos os fundos pesquisados merece especial referência o de Gustavo Capanema. Os vários relatórios de atividades do INL, a vasta correspondência, os documentos relativos à produção intelectual do titular e de terceiros foram fundamentais para que eu pudesse levar à frente meu propósito de analisar a atuação do Instituto nos seus oito primeiros anos de atividade.

A metodologia adotada para a utilização dos documentos primários foi, primeiramente, a leitura dos inventários de busca,<sup>4</sup> para a seleção dos documentos que

---

<sup>4</sup> O fundo pesquisado no Arquivo Nacional não dispunha de inventário de busca, o que em muito dificultou a pesquisa, pois os documentos encontravam-se acondicionados em latas sem uma ordenação que nos permitisse uma seleção *a priori*.

parecessem conter informações que pudessem interessar e, finalmente, a leitura e análise dos próprios documentos. Todo este material selecionado serviu de base à construção dos capítulos 2 e 3, que tratam dos antecedentes, da estrutura organizacional e do funcionamento do Instituto Nacional do Livro. Para o levantamento dos dados relativos ao desempenho do Instituto no tocante ao registro de bibliotecas e à doação de livros, objeto do capítulo 4, foram fundamentais as já mencionadas edições do Guia das bibliotecas brasileiras.

### **O documento e a história**

Se todo conhecimento resulta de um processo cumulativo, não há saber sem o comparecimento da história. Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, "devemos reivindicar com força a necessidade da presença do saber histórico em toda ação científica ou em toda práxis. No domínio da ciência, da ação social ou política, da religião ou da arte, esta presença é indispensável".<sup>5</sup> Wright Mills compartilha deste pensamento, afirmando que "nenhuma ciência poderá transcender a história".<sup>6</sup>

O recurso às fontes primárias arquivísticas é amplamente utilizado pelo método histórico. Por fonte primária arquivística entenda-se, primordialmente, documento textual. É importante esta qualificação, já que modernamente a concepção de documento ampliou-se, passando a incluir tudo aquilo que, "pertencendo ao homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem".<sup>7</sup> O termo documento adquiriu um sentido macro, onde há espaço não só para a escrita, mas também para a ilustração, o som, a imagem e quaisquer outras formas de expressão e comunicação estabelecidas pelos homens.

Os estudos históricos quantitativos, incrementados nos anos 60 graças aos avanços tecnológicos no campo da computação eletrônica, ampliaram ainda mais a abrangência do termo documento. "O documento, o dado, já não existe por si só, mas em relação com a série que o precede e o segue, é o seu valor relativo que se torna objetivo e não a sua

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. História. In: Enciclopédia Einaudi. Porto, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, v.1. p.244.

<sup>6</sup> MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.159.

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/momento. In: Enciclopédia Einaudi. Porto, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, v.1. p.98.

relação com uma inapreensível substância real".<sup>8</sup> Esta chamada revolução documental tendeu também a "promover uma nova unidade de informação: em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua".<sup>9</sup> Todavia, qualquer que seja o tratamento conferido aos documentos, não se pode prescindir de uma crítica que vá além da busca da autenticidade do documento, até porque "não existe um documento verdade".<sup>10</sup> Todo documento é produto da sociedade que o produziu reagindo às relações de força e poder nela presentes.

A bibliografia que debate as questões do método, da memória, do documento e do próprio campo do historiador é extensa, rica e polêmica e foge ao escopo deste trabalho.<sup>11</sup> Mas o próprio tipo de pesquisa que realizei levou-me a tangenciar algumas dessas preocupações, e isso ocorreu de duas maneiras: em primeiro lugar pelo uso de um tipo particular de fonte, e em segundo pela necessidade de inserir a discussão num campo mais amplo que associa história política e história da educação. O produto deste esforço é este estudo sobre o Instituto Nacional do Livro, que ilustra um aspecto importante da política educacional brasileira nos anos 30. Trata-se de uma contribuição que não deve ser lida como produção em História, *stricto sensu*, mas que agrega saberes diferenciados capazes de desvendar e compreender um fenômeno histórico. A revisão bibliográfica de obras relevantes ao objeto de estudo e a análise de fontes primárias arquivísticas e de fontes secundárias bibliográficas (obras de referência), assim como a utilização dos recursos da computação para a leitura do grande volume de dados quantitativos, foram recursos fundamentais para que se chegasse ao produto final. O tratamento dos dados quantitativos subsidiou análises qualitativas sobre o funcionamento e o desempenho do INL no campo educacional e cultural nos anos de 1938 a 1945.

Minha constante preocupação com o campo da informação revela-se neste trabalho, não através da discussão de suas regras e métodos, mas da indicação do espaço institucional que as bibliotecas mereceram nos anos 1938-1945, quando o Estado intervém pela primeira vez de forma sistemática e institucionalizada no processo de difusão cultural do país. Sônia Gomes conclui em sua pesquisa histórica sobre a

---

<sup>8</sup> FURET, F. apud LE GOFF, Jacques, *ibid*, p.99.

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques, *op. cit.*, p.99, nota 7.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.103.

<sup>11</sup> Dentre os muitos autores que se dedicam ao estudo destas questões podemos citar como nomes expressivos da área os de Jacques Le Goff, Pierre Nora, Michael Pollak, M. Halbwachs, Gerard Namer, dentre outros.

constituição de bibliotecas públicas na República Velha que "as bibliotecas, instaladas de 1890 a 1930, foram o resultado de obstinados esforços isolados de alguns elementos bem intencionados mas sem recursos de toda ordem para levar avante a idéia ...".<sup>12</sup>

O processo de institucionalização da ação do Estado no campo da informação materializou-se apenas no pós-30 com a criação do Instituto Nacional do Livro. É o que procurarei analisar neste trabalho.

---

<sup>12</sup> GOMES, Sônia de Conti. Bibliotecas e sociedade na Primeira República. São Paulo, Liv. Pioneira Ed.; [Brasília], INL, 1983. p.85.

## CAPÍTULO 1

### REVENDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

*"A finalidade da educação se confunde com a finalidade da vida."  
Anísio Teixeira*

Meu objetivo ao incluir neste trabalho um capítulo sobre a história da educação no Brasil é tentar relacionar a criação do Instituto Nacional do Livro com o processo de transformação pelo qual passou a sociedade brasileira e mais precisamente o sistema educacional nos anos 30. Nesse momento o Estado elaborou e implantou um Plano Nacional de Educação para regular todo o sistema educacional do país. Neste plano estava prescrito que a educação não se processaria apenas pela via formal - a escola - mas também por meio de práticas educacionais mais amplas. Para tratar deste assunto os idealizadores do PNE dedicaram um capítulo à educação extra-escolar, e era neste item que se aconselhava a criação de museus e bibliotecas como forma de ampliar o acesso ao universo da educação e da cultura.

O governo revolucionário de 1930 chegou com a marca do intervencionismo, que iria se acentuar nos anos do Estado Novo (1937-1945). A área da educação não ficaria isenta do dirigismo estatal. Comentando a criação em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Joaquim Falcão afirma que este não foi um ato isolado, mas uma medida que se inseria no "processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país".<sup>1</sup> Durante a década de 1930, além do SPHAN, foram criados a radiodifusão educativa, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional do Teatro, o cinema educativo e o Instituto Nacional do Livro, entre outras instituições, com o objetivo de dar ao governo o sustentáculo institucional de que o Estado necessitava para tornar realidade o projeto de construção da nacionalidade brasileira.

---

<sup>1</sup> FALCÃO, Joaquim. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. *In*: Estado e cultura no Brasil. Org. Sérgio Miceli. São Paulo, DIFEL, 1984. p.26.

Não é meu intuito debater o problema educacional brasileiro em toda a sua extensão. Pretendo, sim, para melhor situar meu objeto de estudo, traçar um panorama geral da questão, relacionando-o com os processos de transformação econômica, política e social que sofreu a sociedade brasileira no período compreendido entre a Proclamação da República (1889) e o final do Estado Novo (1945).

### **Antecedentes históricos**

A tradição educacional brasileira está intimamente ligada aos jesuítas, que desde os tempos da Colônia estabeleceram-se no cenário educacional do Brasil. Foram dois séculos de domínio exclusivo que deixaram marcas indeléveis na estrutura educacional do país até os nossos dias. Todo o duelo travado entre educadores católicos e leigos nas primeiras décadas deste século é uma demonstração da força da Igreja no debate educacional. Fernando de Azevedo vê nas missões jesuíticas a origem da prática seletiva e elitista que tantos malefícios trariam à educação nacional. "A vocação dos jesuítas não era, certamente, a educação popular (...), mas a educação das classes dirigentes, aristocráticas, com base no ensino de humanidades clássicas",<sup>2</sup> totalmente à margem da realidade de vida de um povo colonizado.

O processo de expansão escolar pelo qual passaram vários países da Europa e os Estados Unidos, como conseqüência do desenvolvimento industrial e dos ideais democráticos advindos da Revolução Francesa, não alcançou o Império Brasileiro, até porque interessava ao governo manter o *status quo* numa sociedade muito bem dividida entre os que tinham e os que não tinham direitos. A criação dos primeiros cursos superiores no país e o fim da escravidão não alteraram esta situação, e a cultura oficial manteve seu caráter retórico, permanecendo perto do discurso e longe da ação.

A República foi proclamada num ambiente social de transformações provocadas pela abolição da escravatura, pela imigração européia, pelo afluxo urbano, em conseqüência de uma industrialização nascente, e pela expansão cafeeira, que deslocou

---

<sup>2</sup> AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. Tomo III A transmissão da cultura. 3ª ed. rev. e ampl.. São Paulo, Edições Melhoramento, 1958. p.41.

para o Sul a preponderância anteriormente exercida pelo Norte e Nordeste. Produtos como o algodão, o açúcar e a borracha, em declínio comercial, perderam em competitividade, logo nos primeiros anos da República, para o café, que passou a ser a grande fonte de captação de divisas do país na qualidade de principal produto de exportação. Esta concentração em um único produto traria drásticas conseqüências à economia do país nos anos da depressão mundial (1929-1933).

Para Jorge Nagle,<sup>3</sup> a Proclamação da República não representou mudanças significativas no sistema educacional, já que os padrões escolares do Império foram mantidos. Apesar destas afirmações, não se pode esquecer que a Constituição liberal de 1891 separou a Igreja do Estado, tornando o ensino leigo. Parece residir neste ponto toda a ferrenha luta que católicos e renovadores empreenderiam nas décadas seguintes.

A chamada República Velha (1889-1930) presenciou algumas iniciativas no sentido de alterar a realidade educacional existente, mas foram experiências sem grande ressonância na sociedade brasileira. Dentre as poucas reformas empreendidas, Jorge Nagle<sup>4</sup> cita a que foi feita por Benjamin Constant<sup>5</sup> em 1890, trazendo uma alteração curricular. O currículo escolar, até então essencialmente humanista, passaria a ter um caráter mais técnico e científico.

As transformações que se processavam na Europa e nos Estados Unidos ao longo do século XIX na área de educação se aceleraram com a realidade da I Guerra Mundial. Os educadores colocaram em cheque os pressupostos do liberalismo clássico que não foram capazes de conduzir o mundo para a paz, a igualdade e a prosperidade. "O principal ideal liberal de educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político. A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores, nem ser um instrumento aristocrático para servir a quem possui tempo e dinheiro. A educação

---

<sup>3</sup> NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: HISTÓRIA Geral da Civilização Brasileira. Org. Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1977. t.3, v.2, p.261-291.

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Antes de ser criado o Ministério da Educação, em 1931, os assuntos da educação estiveram sob a responsabilidade dos seguintes órgãos: Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (Benjamin Constant) de 1890 a 1891 e Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 1891 a 1930. Em 1906, com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, coube a este regular o ensino profissional. No Império, era o ministro do Império (uma pasta política) que regulava os assuntos da educação.

deve estar a serviço do indivíduo, do homem total, liberto e pleno.”<sup>6</sup>

Se as discussões sobre o ideal liberal de educação se intensificavam, a escola tradicional, frente a um emergente universo urbano-industrial, também era impelida a buscar novas alternativas. Aquela que se convencionou chamar de escola tradicional apoiou-se nos princípios ditados pelo alemão Johann Friedrich Herbart (1776-1841), autor de vários clássicos da pedagogia, para quem a função precípua da educação era a formação de homens cultos, com base exclusiva na razão. Para fazer frente à escola tradicional haveria de se criar uma Escola Nova, que via na pedagogia herbartiana resultados discutíveis, como o intelectualismo e o individualismo, pouco compatíveis com o ideal de sociedade aberta, democrática e dinâmica que o liberalismo deveria ser capaz de promover. Para os novos educadores o homem ideal não mais seria o culto, simplesmente, mas aquele capaz de colaborar com o desenvolvimento industrial sem se tornar uma máquina. O crescimento das chamadas ciências da vida, como a biologia, a psicologia e a sociologia permitiu um avanço no conhecimento das necessidades e peculiaridades da infância, ao mesmo tempo que traçou novas finalidades sociais para a educação. A pedagogia da Escola Nova se queria científica, oposta aos métodos até então empregados pela pedagogia tradicional, calcados na repetição e na coerção, alheios à realidade social em que estavam inseridos os alunos.

Todo este novo pensamento foi condensado e difundido pelo educador e filósofo americano John Dewey (1859-1952), através da obra que publicou em 1916 com o título de Democracia e educação.

### **Os ideais escolanovistas chegam ao Brasil**

No início dos anos 20, o jovem Anísio Teixeira, que completara sua formação acadêmica nos Estados Unidos, como discípulo de Dewey, retornou ao Brasil tomado pelos ideais escolanovistas. No seu regresso, encontrou o país saindo de um modelo exclusivamente agrário-exportador e adotando um modelo urbano-industrial. O país precisava de um sistema educacional que respondesse às demandas de uma economia e,

---

<sup>6</sup> CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimentismo social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988. p.34.

conseqüentemente, de uma sociedade em mutação, que iniciava um processo de industrialização conhecido havia algum tempo no mundo moderno. Ao mesmo tempo que a economia do país se transformava, a República não conseguia consolidar seus ideais de liberdade e igualdade, pois os interesses privados prevaleciam. O particular sobrepunha-se ao universal, com "coronéis e oligarquias subjugando de maneira cabal os espaços públicos".<sup>7</sup> Neste quadro, as instituições da sociedade civil e o sistema político de representação pouco significavam.

Os anos 20 foram ricos em debates sobre os rumos da educação. Algumas experiências foram introduzidas, e as discussões entre os educadores adeptos da nova corrente e os educadores católicos tornaram-se acirradas, ainda que não de forma frontal. O início da década foi marcado por uma efervescente discussão entre a intelectualidade preocupada em remodelar a República. A grande preocupação, segundo Carlos Monarcha, era promover "o acabamento da República inconclusa".<sup>8</sup> Dentro do espírito do centenário da Independência, o "debruçar-se sobre a Nação" tornava-se fundamental. A fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna, os levantes tenentistas de 1922 e 1924, o lançamento da revista A Ordem (do reduto católico Centro Dom Vital), a fundação da Associação Brasileira de Educação-ABE e as diversas experiências de reformas educacionais ocorridas ao longo da década são indícios desta preocupação com os rumos da nação. O Brasil precisava de uma identidade que o habilitasse a ingressar na modernidade capitalista. Naquele momento, "já não se tratava mais de procurar a peculiaridade brasileira, o típico e o insólito como essência da alma brasileira, mas de integrar o Brasil no mundo industrializado".<sup>9</sup>

Monarcha afirma ainda que esta busca de regeneração da República expressava uma crítica aos limites do liberalismo clássico, pois constatava-se que "as forças sociais e políticas, deixadas ao sabor de seus próprios interesses, sem a regulação do Estado, colocaram em perigo a autoconservação da sociedade burguesa, apontando para a autodestruição".<sup>10</sup> O Estado oligárquico mostrava-se ineficiente para absorver e controlar de forma institucionalizada as novas forças sociais provenientes da modernidade capitalista. Tanto a burguesia industrial nascente quanto os primeiros núcleos proletários

---

<sup>7</sup> MONARCHA, Carlos. A reinvenção da cidade e da multidão, dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo, Cortez/ Autores Associados, 1989. p.40.

<sup>8</sup> Ibid., p.50.

<sup>9</sup> Ibid., p.55.

<sup>10</sup> Ibid., p.61.

e a classe média, também em estado embrionário, não encontravam respaldo nas instituições vigentes. Octavio Ianni qualifica o liberalismo brasileiro anterior a 1930 como um liberalismo estritamente "urbano, superficial, de conotação ideológica (antes que prática) e voltado para as relações externas".<sup>11</sup>

É nesta sociedade, onde o discurso tinha mais força que a ação, que Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, entre outros, iriam difundir e colocar em prática, ainda que em dimensões restritas, os ideais da Escola Nova.

Jorge Nagle distingue os movimentos educacionais conduzidos por esses renovadores dos movimentos anteriores.<sup>12</sup> Para ele, o que existira até então eram tentativas de difundir a escola, mas dentro dos moldes existentes. A este esforço chama de "entusiasmo pela educação". Ao esforço empreendido pelos novos educadores, no sentido de alterar o modelo escolar vigente, Nagle chama de "otimismo pedagógico". A reforma Benjamin Constant teria sido um exemplo de "entusiasmo pela educação".

A Constituição de 1891 havia determinado a competência dos poderes federal e estadual em assuntos educacionais. Cabia aos estados a responsabilidade pelo ensino primário e profissional, enquanto o ensino secundário e superior competia ao governo federal. Esta divisão produziu sérias dificuldades - em primeiro lugar relegou aos estados uma atribuição com que estes não podiam, na maioria das vezes, arcar sem o apoio federal; em segundo lugar, estabeleceu um sistema dual de ensino que separava o ensino primário e técnico do ensino secundário e superior. Esta dualidade, conforme veremos mais à frente, representava uma clara divisão dos cidadãos brasileiros entre os que seriam preparados para conduzir e os que seriam conduzidos. Respalda-se no princípio federativo da não intervenção nas atribuições dos estados, a União nada fazia pelo ensino básico. Para Nagle, tanto os estados quanto a União se utilizavam de pretextos, do tipo escassez de recursos e respeito aos princípios federativos, para mascarar um "desinteresse há tempo enraizado pelo alargamento das oportunidades educacionais".<sup>13</sup> Desta forma o país se ressentia da inexistência de uma política nacional para o setor educacional.

---

<sup>11</sup> IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p.23.

<sup>12</sup> NAGLE, J., op. cit., nota 3.

<sup>13</sup> Ibid., p.266.

Os renovadores colocaram em discussão o problema de uma reforma escolar compatível com as necessidades de uma sociedade capitalista em transformação, ressaltando os pontos básicos do pensamento escolanovista. A Escola Nova acreditava, entre outras coisas, no caráter especulativo do saber e na universalização e democratização da educação, através de sua gratuidade e através da escola única, onde todos teriam uma mesma formação, independentemente de condicionantes sociais e econômicos. Acreditava também que aprender é um processo múltiplo a exigir a ação conjunta de todas as instituições sociais. O ponto que maiores problemas trouxe aos renovadores referia-se à laicização do ensino.

Alguns estados brasileiros promoveram reformas no seu sistema educacional primário, apoiando-se em mudanças ocorridas nos cursos normais. A introdução de novas disciplinas, como psicologia e sociologia educacionais, biologia, história da educação, pedagogia experimental, além de temas como desenvolvimento humano, e de testes psicológicos, habilitou os novos profissionais a participar destes movimentos de renovação.

A primeira destas experiências data de 1920 em São Paulo. A reforma Sampaio Dória não expressava exatamente o ideário escolanovista, mas serviu para indicar a necessidade de uma educação integral. Dória reduziu para dois anos o curso primário obrigatório e gratuito, por não dispor o estado de vagas para todos, tornando o ensino primário puramente alfabetizante. Os renovadores foram, em princípio, contra a realização de campanhas de alfabetização pois, para eles, só a educação integral seria capaz de preparar o homem, tornando-o apto a responder às exigências da vida moderna. Lourenço Filho afirmou, em 1923, quando da implantação da reforma educacional no Ceará por ele promovida, que o ensino primário deveria ser amplo, capaz de transmitir à criança as noções mais necessárias à sua vida, no ambiente em que teria que viver, pois "afinal de contas, ler e escrever não adianta nem atrasa a ninguém, se, na escola, não se dão outras noções que formem equilibradamente o espírito e informem para agir com inteligência, isto é, de modo a aproveitar as forças da natureza, na produção da riqueza geral e do conforto da vida".<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Ibid., p.270.

Em 1924 Anísio Teixeira promoveu uma reforma educacional no estado da Bahia. As reformas que viriam a seguir são consideradas por Jorge Nagle como as que representam a forma acabada do "otimismo pedagógico". São elas a de 1927 no Distrito Federal, com Fernando de Azevedo como diretor geral da Instrução Pública; a de 1927/1930 em Minas Gerais, com o apoio e a participação de Francisco Campos, primeiro ministro da Educação do governo revolucionário (1930-1932) e futuro ideólogo do Estado Novo; a de 1931 em São Paulo, com Lourenço Filho, e, finalmente, a de 1931/1935 novamente no Distrito Federal, desta vez com Anísio Teixeira no cargo de diretor geral da Instrução Pública.

### **O Estado repensa a educação**

Conforme podemos observar, as duas últimas experiências renovadoras ocorreram após a Revolução de 1930. Os revolucionários de 1930 chegaram ao poder tendo que conciliar problemas advindos da crise econômica internacional, que afetava o maior produto nacional de exportação - o café -, e da heterogeneidade das próprias forças vitoriosas. A Revolução havia tido o apoio de forças sociais distintas, como a burguesia industrial, a burguesia agrária e os "tenentes", jovens militares que desde o início dos anos 20 opunham-se à realidade oligárquica existente no país. Os primeiros anos da década de 1930 haveriam de se caracterizar, por conseguinte, como anos de concessões e acomodações.

No campo cultural, a Revolução de 1930 congregou aqueles que diagnosticavam a crise brasileira como sendo o resultado de uma cultura não-nacional. Todos aqueles que buscavam forjar o nacionalismo brasileiro apoiaram o novo governo. Para Werneck Sodré<sup>15</sup> a cultura brasileira poderia ter seu desenvolvimento dividido em três etapas distintas: um primeiro momento, típico do período colonial até a República Velha, onde se tem uma cultura transplantada; um segundo momento, onde a burguesia industrial começa a se firmar, mas a cultura continua, ainda, a ser transplantada; finalmente, um terceiro momento, iniciado com a Revolução de 1930, quando surge um processo cultural

---

<sup>15</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese da história da cultura brasileira. 13ª ed. São Paulo, Difel, 1985.

de características nacionais.

Nem todos os autores são tão radicais. Cunha,<sup>16</sup> por exemplo, lembra os nomes de Euclides da Cunha e Lima Barreto como dois expressivos exemplos de escritores anteriores a 1930 comprometidos com as graves questões sociais do Brasil e com a brasilidade. O movimento modernista de 1922 também chamou a atenção para a necessidade de se abrigar o Brasil. Por outro lado, o nacionalismo que intelectuais, artistas e políticos pregavam e apoiavam até o início dos anos 30 não pode ser confundido com os ideais nacionalistas apregoados um pouco mais tarde, no Estado Novo. Para os nacionalistas estadonovistas, "a nação, conjunto de valores morais, constitui um todo orgânico cujos fins se realizam através do Estado. O Estado é responsável por manter a ordem moral, é o tutor da virtude cívica, da consciência imanente da coletividade".<sup>17</sup> Em 1942, 20 anos após a Semana de Arte Moderna, Mário de Andrade sistematizava o conceito do nacional para os modernistas: "Manifestado especialmente pela arte, mas manchado também com a violência dos costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas vezes o criador de um estado de espírito nacional. A transformação do mundo com o enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática européia de novos ideais políticos (...) bem como o desenvolvimento da consciência americana brasileira, os progressos internos da técnica e da educação, impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reavaliação e mesmo remodelação da inteligência nacional".<sup>18</sup>

Desde a divulgação da plataforma de governo da Aliança Liberal<sup>19</sup> conhecia-se o pensamento revolucionário para a área da educação. Pretendia-se promover a difusão de um ensino técnico-profissional, que pudesse alimentar a crescente demanda de mão-de-obra especializada necessária à industrialização do país. A difusão do ensino público, através de um sistema de estímulos e da colaboração direta dos estados, constava também da plataforma aliancista.

---

<sup>16</sup> CUNHA, Célio. Educação e autoritarismo no Estado Novo. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.26.

<sup>18</sup> ANDRADE, M. apud. CUNHA, C., op. cit., p.52, nota 16.

<sup>19</sup> A Aliança Liberal foi uma coligação oposicionista de âmbito nacional constituída por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1930. Com a derrota deste nas urnas, os aliancistas participaram do movimento que resultou na Revolução de 30.

Em 1931 os educadores ligados à Associação Brasileira de Educação-ABE foram chamados a colaborar com o governo, apresentando uma proposta educacional ao Ministério da Educação, recém-criado pelo governo provisório. Os renovadores aproveitaram a realização da IV Conferência Nacional da Educação para discutir suas idéias e alguns meses após a conferência apresentaram sua contribuição, comprometida com os ideais escolanovistas. "A inserção política dos renovadores dá-se na crítica à escola que se tinha, que se caracterizava, segundo a crítica renovadora, pela seletividade social do grupo a quem se dirigia, pela formação educacional de tipo propedêutico, por conteúdos pedagógicos de caráter formalista, pela separação entre o ensino e as atividades humanas".<sup>20</sup>

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova defendia um plano unitário de ensino, uma solução global para o problema educacional na qual as reformas educacionais seriam vinculadas às reformas econômicas. Reforçava a premência de se construir uma escola voltada para o desenvolvimento capitalista e ratificava o papel da educação enquanto instrumento de correção das desigualdades, sem nunca perder de vista as peculiaridades individuais dos educandos e as necessidades e características regionais. Aos municípios deveria caber a tarefa de gerir a educação na comunidade, guiando-se sempre pelos princípios gerais, as diretrizes e bases de uma política nacional de educação. Para os renovadores, o Estado não poderia se omitir, pois o liberalismo da pura economia de mercado havia se mostrado falho no mundo moderno. Propunha-se que o Estado gerenciasse um plano nacional descentralizado para a educação.

A universalização e gratuidade do ensino primário, assim como a manutenção dos preceitos da laicização, reacenderam as discussões entre católicos e renovadores. O Manifesto dos Pioneiros, de 1932, foi apenas o estopim de uma crise estabelecida há longo tempo. Se por um lado tivemos um movimento de renovação educacional, por outro tivemos, igualmente, um movimento de reação da Igreja católica.

Desde a década de 1910 a Igreja militava no sentido da reversão do primado liberal introduzido na Constituição de 1891, separando a Igreja do Estado. A criação em 1922 de um centro que congregasse os intelectuais católicos e o lançamento de uma

---

<sup>20</sup> ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Educação conformada: a política pública de educação (1930/1945). Campinas, [s.n.], 1990. p.37. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Dep. de Ciências Sociais.

revista que fosse o veículo de disseminação do pensamento católico foi o caminho encontrado. Para os intelectuais católicos filiados ao Centro Dom Vital e colaboradores da revista *A Ordem*, Anísio Texeira era "um jovem desorientado pelos ensinamentos em Columbia, a ponto de negar o primado de Deus na educação do homem para contentar-se com o primado ridículo da democracia e da ciência, à altura dos instintos mais rasteiros ou mais triviais do egoísmo humano".<sup>21</sup> Alceu Amoroso Lima, diretor de *A Ordem* e um dos mais influentes colaboradores do futuro ministro Gustavo Capanema, foi um atuante opositor das idéias reformistas. Para ele Fernando de Azevedo e Anísio Texeira seriam os precursores do comunismo no Brasil<sup>22</sup> ao defenderem a secularização do ensino e a responsabilidade educacional do Estado. Parece que uma das questões em jogo neste duelo católicos x renovadores era o receio da Igreja de ver suas escolas (privadas) ameaçadas pela gratuidade do ensino. O ensino particular no país era controlado pelos católicos, que viam como ameaça à sua hegemonia as novas propostas educacionais.

A primeira vitória dos católicos no período do governo revolucionário ocorreu em 1931, com a promulgação do decreto que tornava facultativo o ensino religioso nas escolas públicas, banido desde 1891. O arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, que desde a década de 1910 articulava o entendimento entre o Estado e a Igreja e tivera papel de destaque na Revolução de 1930, intermediando a deposição de Washington Luís, conseguiu do governo esta conquista tão importante para os católicos.

Esta foi uma das alterações incluídas na reforma do ensino promovida pelo Ministério da Educação em 1931, ainda na gestão de Francisco Campos. Esta reforma não abrangia o ensino elementar, mas tão-somente o secundário e o superior. A Reforma Campos, diferentemente das ocorridas até então, instituiu a seriação do ensino secundário como exigência para o acesso ao ensino superior. Buscava-se fazer do secundário um estágio na formação do jovem, e não mais apenas um curso preparatório. Quanto ao ensino superior, adotou-se o sistema universitário, com a agregação de pelo menos três institutos de ensino superior.

---

<sup>21</sup> A ORDEM apud SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP, 1984. p.59.

<sup>22</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempo de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP 1984. p.58.

No campo político o ano de 1932 foi um ano de profunda agitação. São Paulo rebelou-se contra o poder vigente, clamando pelo fim do governo provisório. Após a Revolução Constitucionalista, realizaram-se eleições para a Assembléia Nacional Constituinte que deveria preparar a nova Constituição do país. Os chamados "profissionais da educação" conseguiram inserir na Constituição de 1934 alguns de seus pontos de vista mais caros, como a obrigação do governo federal de fixar um plano nacional para a educação que abrangesse todos os graus e ramos do ensino, com a necessária coordenação e fiscalização do Conselho Nacional de Educação. Outra importante vitória referia-se à obrigatoriedade do governo federal de "exercer ação supletiva, onde se [fizesse] necessária por deficiência de iniciativa ou de recursos".<sup>23</sup> A nova carta constitucional reconhecia a educação como direito de todos; reconhecia ainda a gratuidade e a obrigatoriedade como componentes deste direito. Com relação aos recursos a serem aplicados na área educacional, fixava as percentagens mínimas que a União, os estados e municípios deveriam aplicar. O governo federal e os municípios destinariam 10% de seus orçamentos para a organização e manutenção de seus sistemas educacionais, enquanto os estados e o Distrito Federal aplicariam 20% de seus orçamentos.<sup>24</sup>

Para Marlos Rocha, as conquistas alcançadas na Constituição de 1934, apesar de expressivas, ficaram aquém do desejado pelos renovadores. A questão da manutenção do ensino religioso facultativo nas escolas públicas não foi tocada pelos renovadores, que teriam optado por concentrar suas forças no problema da competência do Estado e no estabelecimento das bases financeiras.<sup>25</sup>

Promulgada a nova carta, os renovadores participaram, através da Associação Brasileira de Educação, dos debates em torno do Plano Nacional de Educação que o Ministério da Educação deveria implementar. Era então ministro da Educação Gustavo Capanema.

---

<sup>23</sup> Art. 150 da Constituição de 1934 apud PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. São Paulo, Edições Loyola, 1983. p.124.

<sup>24</sup> Ibid., p.124.

<sup>25</sup> ROCHA, M., op. cit., nota 20.

A polarização político-ideológica trazida pelo fracassado levante comunista de 1935 serviu de pano de fundo para as acusações dos conservadores católicos à ação renovadora dos "profissionais da educação". Anísio Teixeira foi afastado da Secretaria de Instrução Pública do Distrito Federal, sendo substituído por Francisco Campos. A Universidade do Distrito Federal, por ele criada ainda em 1935 num movimento de entusiasmo com o surgimento da Universidade de São Paulo (1934) e sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, passou a sofrer pressões até ser fechada em 1939. A relação dos renovadores com o governo tornou-se cada vez mais difícil, e os católicos, na pessoa de Alceu Amoroso Lima, passaram a exercer forte influência no Ministério da Educação. Amoroso Lima vetou a indicação de Fernando de Azevedo para o cargo de diretor nacional de educação.<sup>26</sup> Os renovadores foram alijados, e somente os que apoiaram o governo nos anos do Estado Novo continuaram a ter influência, como Lourenço Filho, que passou a defender a educação enquanto elemento de segurança nacional no processo de construção da nacionalidade brasileira.

### **O Plano Nacional de Educação e o Instituto Nacional do Livro**

A elaboração do Plano Nacional de Educação, previsto na Constituição de 1934, contou com a participação de diversos segmentos da sociedade. Através de um extenso e minucioso questionário, o Ministério da Educação buscou a colaboração de professores, estudantes, jornalistas, escritores, cientistas, sacerdotes e políticos. Esta ampla participação era necessária a fim de que se pudesse chegar a um denominador comum que viabilizasse a concretização do plano. Afinal, os tempos eram de dissenso sobre os rumos educacionais. "As experiências de construção nacional em processo na época, como o nazismo, o fascismo e o comunismo, tratavam a educação como o instrumento por excelência de fabricação de tipos ideais de homens que assegurassem a construção e a continuidade de tipos também ideais de nações. Assim a ação educativa era vista como um recurso de poder e, portanto, arduamente disputada (...)."<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.; V., op. cit., nota 22.

<sup>27</sup> Ibid., p.176.

Após mais de um ano de intensas discussões, em setembro de 1937 o projeto foi encaminhado ao Legislativo, onde sofreu severas restrições. Alguns parlamentares criticaram a extensão do plano que, para eles, deveria se apresentar como um conjunto de diretrizes para a educação, e não como um código que descia a minúcias. O plano apresentado foi acusado de tentar, utopicamente, solucionar problemas de ordem social, econômica, política e moral para os quais a escola sozinha não encontraria solução.

Em 10 de novembro de 1937 instaurou-se no país o Estado Novo, sem que o Plano Nacional de Educação tivesse sido aprovado. O Congresso foi fechado, e isto deu ao Ministério da Educação a possibilidade de implantá-lo como julgasse conveniente.

A parte do PNE que mais diretamente nos interessa é a que trata da educação extra-escolar. O questionário utilizado como subsídio à elaboração do plano reservava um capítulo a esse tipo de educação. Não dispomos das respostas recebidas, mas algumas questões foram contempladas na versão final do PNE, preparada por várias comissões. O Conselho Nacional de Educação designara uma comissão para cada nível de ensino (primário, secundário, profissional, superior, supletivo) com suas subdivisões. Ao todo, foram constituídas 20 comissões. A encarregada da educação extra-escolar foi integrada por Luís Camilo de Oliveira Neto, Samuel Libânio e Alceu Amoroso Lima. As seis questões relativas à educação extra-escolar constantes do questionário acima citado eram as seguintes:

". em que consiste a educação extra-escolar?

. as atividades relativas à educação extra-escolar concernem somente à difusão de conhecimentos ou têm ainda por objetivo o progresso e o aprimoramento da cultura intelectual em geral?

. por que meios deve ser feita a educação extra-escolar?

. como instruir, organizar e administrar os órgãos destinados à educação extra-escolar?

. entre as instituições de educação extra-escolar, devem ser consideradas as

missões culturais, destinadas a levar àqueles pontos do território do país, onde falte a educação escolar, ensinamentos de civismo, de higiene, de artes industriais, etc.?

. devem os órgãos destinados à educação extra-escolar fazer parte dos sistemas educativos a que se referem os artigos 151 e 156 da Constituição?"<sup>28</sup>

A versão final do PNE, encaminhada ao Congresso Nacional em setembro de 1937, apresenta no capítulo DA EDUCAÇÃO EXTRA- ESCOLAR vários artigos com diretrizes para a realização de um programa educacional extra-escolar que coincidem com a finalidade e a atuação propriamente dita do Instituto Nacional do Livro, que seria criado pouco depois. Isto é o que mostraremos a seguir, com a transcrição dos referidos artigos e sua comparação com os objetivos e as atividades do INL em seus primeiros anos de funcionamento.

"Art. 395 A educação extra-escolar é ministrada:

- a) pelos poderes públicos;
- b) pela família, por particulares, por instituições privadas ou grupos sociais idôneos.

Art. 397(...) destacam-se pela sua importância os seguintes meios educativos:

(...)

VIII. publicações de livros originais, revistas ou jornais de interesse educativo e edição de obras inéditas ou reedição de esgotadas.

XIII. bibliotecas permanentes e circulantes.

Art.399 As bibliotecas públicas, mantidas pelas administrações estaduais e municipais ou por particulares, provado o seu funcionamento e registro, receberão auxílio da União pelos seguintes meios:

(...)

- b) remessa regular e gratuita de publicações de caráter cultural.
- c) organização de bibliografias e de regras uniformes de biblioteconomia.

---

<sup>28</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.05.19 doc. 13 (FGV/CPDOC). Os artigos 151 e 156 da Constituição de 1934 referem-se, respectivamente, à competência da União, estados, municípios e Distrito Federal para a organização e manutenção de sistemas educacionais e aos percentuais de destinação orçamentária para a concretização deste objetivo.

Art. 400 Nos estabelecimentos de preparação de professores, nas bibliotecas, museus e arquivos, serão instituídos, facultativamente, cursos de biblioteconomia.

Art.401 Parágrafo único - As administrações municipais, desde que queiram gozar dos favores da lei, instalarão bibliotecas públicas, mediante requerimento assinado por vinte por cento dos eleitores existentes em cada núcleo urbano."<sup>29</sup>

A preocupação com a capacitação profissional na área da biblioteconomia, expressa nos artigos 395 e 400 do PNE e objeto de atenção no capítulo 3 deste trabalho, sempre esteve presente para o diretor do INL, Augusto Meyer, e para o ministro Gustavo Capanema. Ambos acreditavam que somente através de uma sólida formação profissional dos responsáveis pelas bibliotecas o INL conseguiria alcançar plenamente seus objetivos. Esta posição é expressa, por exemplo, por Augusto Meyer, em documento onde apresenta um plano de implantação de bibliotecas regionais,<sup>30</sup> e por Capanema, em conferência proferida em 1944, onde afirma a necessidade de os governos estaduais e as universidades perceberem a importância e a importância da existência, ao lado das faculdades de medicina, direito, engenharia e filosofia, das faculdades de biblioteconomia, "de modo a se formar no país grandes e numerosas equipes de bibliotecários".<sup>31</sup>

Com relação à competência para a implantação e desenvolvimento de atividades relacionadas à educação extra- escolar, expressa no artigo 395, há concordância entre o PNE e a postura assumida pelo INL. Por julgar que esta competência deveria extrapolar a esfera dos poderes públicos, o INL estabeleceu que qualquer biblioteca, ligada ao poder público ou à iniciativa privada, poderia pleitear auxílio junto ao Instituto, bastando para isso que o acesso a essas instituições fosse liberado ao público. Em 1939, por exemplo, o diretor do INL sugeriu ao ministro da Educação Gustavo Capanema a criação de 25 bibliotecas populares<sup>32</sup> na cidade do Rio de Janeiro a partir da associação de pessoas interessadas em financiar a criação e a manutenção dessas bibliotecas.<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. 1937: exposição de motivos. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1937. 91p.

Trata-se do texto integral do Plano Nacional de Educação.

<sup>30</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 A (FGV/CPDOC)

<sup>31</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc. 15 (FGV/CPDOC)

<sup>32</sup> Sobre o emprego do termo popular ver cap. 3.

<sup>33</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta II doc. 14 (FGV/CPDOC)

A recomendação expressa no artigo 397 do PNE quanto aos meios a serem empregados na implementação de um projeto educacional extra-escolar também se tornaria uma atribuição do INL. A publicação de livros originais, a edição e reedição de obras clássicas e/ou esgotadas e o incentivo à criação e manutenção de bibliotecas permanentes e circulantes comporiam os objetivos do Instituto.

A remessa regular e gratuita de obras consideradas de caráter cultural, a organização de bibliografias e a difusão das regras biblioteconômicas entre as bibliotecas assistidas foram atividades recomendadas pelo PNE em seu artigo 399, e implementadas pelo INL. Neste mesmo artigo era mencionado o registro das bibliotecas interessadas em receber auxílio da União. Não se definia, contudo, a quem competiria promover e gerenciar tal registro. Como veremos no capítulo 3, o registro das instituições interessadas no apoio governamental, expresso na doação de obras, se constituiria na principal atividade do INL no período de nosso interesse (1937-1945).

Finalmente, com relação ao artigo 401, que trata das condições para a instalação de bibliotecas e a obtenção dos favores da lei, o INL limitou-se a exigir que o pretendente, vinculado ao poder público ou privado, dispusesse dos meios materiais e financeiros essenciais ao empreendimento, jamais tendo condicionado o registro de qualquer instituição à apresentação de requerimento assinado por eleitores.

### **O Estado Novo e a educação**

Com os acontecimentos de 10 de novembro de 1937, instalou-se no país uma nova ordem política que buscou formas próprias de regulação das esferas econômica e social. Tratava-se de um governo autoritário que procurava construir um modelo de Estado apoiado no centralismo e no autoritarismo, e no qual a propaganda e a educação seriam "instrumentos de adaptação à nova realidade social".<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> OLIVEIRA, L.; VELLOSO, M.; GOMES, A., op. cit., p.10, nota 17.

A luta dos construtores deste novo Estado objetivava atingir aquilo que seria o causador de todos os males da nação - o liberalismo. Para eles, 1937 seria o complemento da Revolução de 1930, cujos ideais estavam sendo traiçoeiramente atingidos pela Constituição liberal de 1934.

Nacionalismo, centralização, integração nacional, hierarquia, ordem, industrialização formavam o conjunto de princípios norteadores do Estado Nacional que, segundo seus ideólogos, levariam a sociedade brasileira a alcançar um estágio mais elevado de democracia social, justiça e liberdade, não mais para o ser enquanto indivíduo, mas para o indivíduo enquanto membro de uma coletividade. Os interesses individuais haveriam de ser superados pelos interesses da nação ditados pelo poder central, pois é o "Estado que sustenta e administra a ordem social - sistema de relações entre elementos sociais heterogêneos que partilham uma cultura comum".<sup>35</sup>

Para os condutores do Estado Novo, a crise oriunda da liberal-democracia exigia uma solução que somente um poder forte, autoritário, estaria em condições de oferecer. O intervencionismo estatal iniciado em 1930, ainda que de forma não ostensiva, seria intensificado e se tornaria a marca desses novos tempos. O desenvolvimento econômico através da industrialização era a grande meta estadonovista, e, para viabilizar esse propósito maior, foram criados vários órgãos de apoio em áreas estratégicas, como por exemplo o Conselho Nacional do Petróleo, em 1938, e o Conselho Nacional de Águas e Energia, em 1939. Pelos mesmos motivos, também em 1939 foi fortalecido o Conselho Federal de Comércio Exterior, que se tornou o órgão máximo de deliberação para o desenvolvimento e a nacionalização dos setores industriais do país.<sup>36</sup> Em 1940 foi criado o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, e em 1942, com a entrada do Brasil na II Guerra, a Coordenação de Mobilização Econômica, responsável pela implantação e coordenação de uma economia de guerra, com amplos poderes para assegurar a defesa da economia do país enquanto durasse o conflito mundial.

O Estado Novo parece ter nascido, vivido e morrido sob a égide das transformações mundiais. Se o florescimento de regimes autoritários na Europa encorajou o presidente Getúlio Vargas a instaurar no país um regime político de feição autoritária,

---

<sup>35</sup> Ibid., p.26.

<sup>36</sup> CARONE apud CUNHA, C., op. cit., nota 16.

este mesmo regime conheceu o apogeu e a queda sob a influência da II Grande Guerra. O governo estadonovista, que buscava sua consolidação através do desenvolvimento industrial, se defrontou com uma série de problemas causados pelo conflito mundial. A queda repentina das exportações de produtos agrícolas brasileiros, como o café, o cacau e a laranja; a escassez de produtos essenciais importados como o carvão, a gasolina, óleo combustível e máquinas foram fatores que exigiam uma resposta industrializante. Mas o país precisava de auto-suficiência no setor siderúrgico para poder acelerar o processo de industrialização. O apoio internacional para a criação de uma grande companhia siderúrgica veio em troca do apoio aos países aliados.

Da mesma forma que a guerra possibilitou o desenvolvimento da indústria de base no país a partir da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, ela provocou também, ainda que indiretamente, o fim do regime ditatorial. Com a vitória dos aliados tornava-se difícil manter um regime autoritário. Afinal, o Brasil havia emprestado seu apoio à causa internacional da democracia, e as pressões internas se faziam sentir desde 1943, com a publicação do Manifesto dos Mineiros, documento em defesa das liberdades democráticas assinado por intelectuais, profissionais liberais e empresários, entre outros.

Para todo este esforço industrializante empreendido pelo governo, era necessário um respaldo de recursos humanos. A criação de mão-de-obra que atendesse à demanda industrial orientou a ação do Estado nos anos de ditadura. A Constituição de 1937, elaborada por Francisco Campos, afirmava em seu artigo 129 que, em matéria de educação, o ensino profissional era a primeira obrigação do Estado.

A educação, segundo Vanilda Paiva,<sup>37</sup> deveria servir ao duplo propósito do governo: produzir mão-de-obra qualificada e difundir o ideário estadonovista. Tanto é assim que houve uma mudança radical no pensamento governista. Vargas passou a apoiar a alfabetização em massa, que em anos anteriores havia combatido, afirmando que campanhas pró-alfabetização produziam resultados falhos e de caráter ideológico. Apesar do discurso governamental em prol da alfabetização em massa, os resultados do censo realizado em 1940 indicaram uma realidade muito próxima daquela demonstrada pelo censo de 1920 no tocante ao sistema educacional primário. Até 1940 predominava no Ministério da Educação e Saúde a idéia, veiculada por Lourenço Filho, da prosperidade do ensino primário. Teixeira de Freitas, da Secretaria de Estudos Estatísticos do

---

<sup>37</sup> PAIVA, V., op. cit., p.135, nota 23.

Ministério, era uma voz discordante. Entretanto, com os resultados do novo censo, ficou demonstrado que a oferta de matrículas continuava não acompanhando o crescimento demográfico, excluindo assim do direito à educação um contingente cada vez maior de brasileiros. Lourenço Filho despertou para a dura realidade do ensino básico no país, reconheceu seu equívoco e responsabilizou a Constituição em vigor por omitir-se quanto à participação orçamentária da União, dos estados e municípios, como determinava a carta de 1934.<sup>38</sup>

Vanilda Paiva alerta para o fato de que "não devemos, em virtude dos pronunciamentos que revelam a intenção explícita de utilizar o sistema educacional e a educação extra-escolar (através da Juventude Brasileira, do incentivo à educação física, etc.) para difundir a ideologia do Estado Novo, exagerar a importância do setor educacional durante o período".<sup>39</sup> É sabido que o Estado Novo centrou suas atenções no problema das escolas localizadas nas colônias de imigrantes no Sul do país, promovendo a nacionalização desses estabelecimentos. Também o livro didático mereceu a atenção do governo. Em 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático, que se constituiu em verdade num órgão de cunho muito mais político-ideológico do que de diretrizes pedagógicas.<sup>40</sup>

Uma demonstração clara do baixo grau de interesse da União pelo ensino básico está na demora da aceitação pelo Ministério da Educação da proposta de Lei Orgânica do

---

<sup>38</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.07.00 pasta II doc. 4 (FGV/CPDOC)

<sup>39</sup> *Ibid.*, p.136. Segundo Helena Bomeny (BOMENY, H. Juventude Brasileira In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1933. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984, v.2, p.1969.), a Juventude Brasileira foi um movimento cívico, subordinado ao Ministério da Educação, criado em março de 1940, que tinha como finalidade a prestação de culto à pátria e a formação cívica, moral e física dos jovens estudantes que, obrigatoriamente, a integrariam. Em verdade, a Juventude Brasileira jamais foi totalmente implantada, pois seu projeto original, elaborado pelo Ministério da Justiça, fora esvaziado antes mesmo de sua implantação. Este projeto, que data de março de 1938, propunha a criação de uma Organização Nacional da Juventude de caráter paramilitar, sob a direção e orientação da Presidência da República e dos ministérios militares, excluindo assim qualquer participação do Ministério da Educação. A Juventude Brasileira, projetada em moldes fascistas, se limitaria, de fato, "ao culto mais ou menos ritualístico das grandes datas nacionais, sem que ninguém por ela realmente se interessasse e tratasse de lhe dar impulso". Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, reduziu-se ainda mais o espaço político para a manutenção de uma organização fascista. Em agosto de 1944 Gustavo Capanema propôs a sua extinção.

<sup>40</sup> BOMENY, Helena Maria Bousquet. O livro didático no contexto da política educacional. In: OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMENY, Helena Maria Bousquet. A política do livro didático. Campinas, Ed. da UNICAMP; São Paulo, Summus, 1984. p.31-68.

Ensino Primário, que foi apresentada em 1940 pela Comissão Nacional de Ensino Primário, mas só foi promulgada após o Estado Novo, em 1946. Para Marlos Rocha,<sup>41</sup> a Comissão Nacional de Ensino Primário objetivava de fato impedir o avanço de escolas estrangeiras nas áreas de colônia. A maior preocupação era com a colônia alemã, dado o estreito relacionamento desta com o partido nazista.

Outra indicação do desinteresse do governo em buscar soluções efetivas para o problema do ensino básico está na criação, em 1942, do Fundo Nacional do Ensino Primário, que, com exíguas verbas da União, não cumpriu seu papel de fomento das iniciativas estaduais. O FNEP surgiu em consequência das discussões havidas dentro do próprio governo frente aos resultados nefastos do censo de 1940. Regulamentado dois meses antes da queda do Estado Novo, limitou-se a fixar os percentuais de participação dos estados, municípios e Distrito Federal, deixando a União livre para destinar ao Fundo um percentual ínfimo, o que o tornava pouco eficaz.

As grandes mudanças no campo da educação, durante o Estado Novo, ficaram por conta da Reforma Capanema, de 1942, que abrangeu o ensino secundário e o ensino técnico-industrial. Para Marinete Silva, "essa reforma deve ser entendida enquanto formulação legal da ideologia educacional do Estado Novo".<sup>42</sup>

Com a Reforma Capanema, caiu por terra o maior preceito dos renovadores, que era a escola única, igualitária, onde todos teriam acesso ao mesmo tipo de ensinamento, não só no nível primário, mas em todos os graus de ensino. Com a promulgação de leis orgânicas distintas para os ensinos secundário e o técnico-profissional, manteve-se no país um sistema dual de ensino, destinado aos descendentes das elites e das massas populares. O ensino secundário, composto do ginásial e colegial, destinava-se à formação de quadros para as elites político-administrativas, enquanto o ensino industrial deveria atender "aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana, e aos interesses das empresas, nutrindo-as segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra".<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> ROCHA, M., op. cit., p.85, nota 20.

<sup>42</sup> SILVA, Marinete dos Santos. A educação brasileira no Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro, [s.n.], 1975. p.27, Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

<sup>43</sup> Ibid., p.30.

Prosseguindo, a autora comenta que "o ensino industrial situava-se como guardião das diferenças de classe. Sendo [os jovens] a ele encaminhados logo após o término do curso primário, pode-se perceber claramente que a especialização profissional vinha de forma precoce, entre os 14 e 17 anos, sem que houvesse alguma chance de ser dado ao adolescente das classes menos favorecidas o instrumental que era reservado para o ginásio e o colegial".<sup>44</sup>A ascensão aos cursos superiores era privilégio dos alunos oriundos dos cursos secundários. Os alunos oriundos dos cursos técnicos somente poderiam candidatar-se aos cursos superiores correspondentes à sua especialização técnica, o que tornava quase sempre impossível esta ascensão.

A conclusão de alguns autores sobre o tratamento dado à educação durante o período do Estado Novo não é unânime. Há quem considere a Reforma Capanema muito próxima das reformas fascistas da década de 1920.<sup>45</sup> Outros crêem que o Estado Novo representou "a reação da velha tradição paternalista contra as inovações modernizantes que vinham se introduzindo na sociedade desde os anos 20 e primeira metade dos anos 30".<sup>46</sup>Para outros, ainda, "Capanema foi um conservador em educação, porém, um conservador anti-totalitário".<sup>47</sup>

Foi neste contexto que atuou o Instituto Nacional do Livro, peça importante da educação extra-escolar. Seus antecedentes, sua estrutura e funcionamento serão vistos nos capítulos que se seguem.

---

<sup>44</sup> Ibid., p.32.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> ROCHA, M., op. cit., p.5, nota 20.

<sup>47</sup> CUNHA, C., op. cit., p.168, nota 16.

## CAPÍTULO 2

### INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO: ANTECEDENTES, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Examinarei neste capítulo a constituição do Instituto Nacional do Livro reportando-me ao histórico do Instituto Cairu, que foi transformado para dar lugar ao INL. Remontarei, também, aos primeiros tempos do INL, criado pelo ministro da Educação Gustavo Capanema e dirigido pelo escritor Augusto Meyer, quando nem todos os ventos sopravam no mesmo sentido. Em oposição àqueles que defendiam a necessidade de se criar uma instituição voltada para a difusão cultural através da divulgação do livro, encontravam-se aqueles que consideravam dispensável a existência de uma instituição exclusivamente com esta finalidade. Embora estas forças contrárias não apareçam claramente explicitadas nos documentos que consultamos sobre o INL, há pelo menos indícios de que elas dificultaram a atuação do Instituto em seus primeiros meses de criação.

Das três seções em que se estruturou o INL apresentarei, neste capítulo, as seções *da Enciclopédia e do Dicionário e a das Publicações*.

Ter uma enciclopédia e um dicionário da língua brasileira parecia ser algo fundamental à própria existência cultural do país naqueles anos de busca de uma identidade nacional. Apesar do empenho do ministro Capanema na concretização desse empreendimento, razão da criação do Instituto Cairu, as dificuldades se apresentaram freqüentemente mais fortes, inviabilizando o grande sonho.

Aproveito a análise da atuação da Seção das Publicações para refletir um pouco sobre as relações existentes nos anos 1930 e 1940 entre o mercado editorial brasileiro e o Instituto Nacional do Livro, que atuou ao mesmo tempo como editor e cliente neste mercado editorial/livreiro ainda bastante incipiente.

Pela centralidade das bibliotecas para este trabalho, optei por dedicar um capítulo especial à terceira seção do INL, a *das Bibliotecas*. Desta forma, analisarei no capítulo 3

os projetos, as realizações e as frustrações da seção que mais contribuiu para que o INL se firmasse como instituição de difusão cultural.

### **Instituto Cairu: o antecessor do INL**

A origem institucional do Instituto Nacional do Livro, criado por iniciativa do ministro Gustavo Capanema através do Decreto-Lei n° 93, de 21 de dezembro de 1937, está no Instituto Cairu, criado por sua vez pelo artigo 44 da Lei n° 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), a partir de então denominado Ministério da Educação e Saúde (MES). A história desse desconhecido Instituto Cairu, de vida breve e nenhuma produção concreta, inicia-se porém um pouco antes.

Gustavo Capanema, ministro preocupado com a cultura e, por conseguinte, com a transmissão da cultura à população,<sup>1</sup> nutria desde o início de sua gestão no Ministério da Educação e Saúde, em 1934, o desejo de ver concretizado o projeto de elaboração de uma enciclopédia brasileira que atendesse, segundo ele, às peculiaridades da cultura nacional. Num momento em que a questão da formação da identidade nacional se fazia fortemente presente no debate ideológico do país, essa preocupação era procedente.

Em fevereiro de 1936, a convite de Capanema, Alceu Amoroso Lima, Luís Camilo de Oliveira Neto e Rodolfo Garcia passaram a integrar uma comissão encarregada de esboçar um plano para a já intitulada *Enciclopédia Brasileira*. Após o estudo de várias obras congêneres, como as enciclopédias italiana e francesa, que vinham sendo publicadas naquele momento, e de obras consagradas como a *Enciclopédia Universal* e a *Enciclopédia Britânica*, a comissão, reconhecendo a impossibilidade de realizar-se no Brasil obra de tal envergadura, por falta de recursos materiais e culturais, optou por preparar um plano não tão grandioso, mas factível.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Segundo Simon Schwartzman (SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP, 1984. p.24) "Capanema jamais renunciou explicitamente à sua pretensão intelectual, que mantinha pela preocupação com questões relativas à educação e cultura, pela amizade pessoal que cultivava com escritores, pintores e artistas em geral, e pelo hábito de estudo e leitura. Ele procura ser, sempre, um intelectual no poder".

<sup>2</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta I doc. 3 (FGV/CPDOC).

Foi com este espírito que o Instituto Cairu foi criado, tendo como principal finalidade a preparação e publicação da *Enciclopédia Brasileira*. Sua estrutura organizacional previa uma Diretoria Técnico-Administrativa e um Conselho Superior, composto pelo diretor do Instituto, por três "brasileiros de notável saber", escolhidos pelo presidente da República, e ainda pelo ministro da Educação e Saúde, que o presidia.

O Instituto Cairu instalou-se em janeiro de 1937 na Biblioteca Nacional, a qual, em conformidade com a lei de criação do Instituto, deveria propiciar todo tipo de facilidade à concretização do projeto da enciclopédia.<sup>3</sup>

### **Por que criar um Instituto Nacional do Livro?**

O Plano Nacional de Educação contemplava a educação extra-escolar como um elo de vital importância na corrente da formação educacional e cultural dos brasileiros. O potencial de uma utilização adequada e controlada do *produto* livro neste processo de disseminação educacional fica claro na exposição de motivos que o ministro Capanema encaminhou ao presidente Vargas sugerindo a criação do INL, em 15 de dezembro de 1937:<sup>4</sup> "O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste (...). E', portanto, dever do Estado proteger o livro (...) vigilando no sentido de que ele seja (...) sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas (...). Para tais objetivos, seria conveniente a criação do INL (...)."

Apoiando a iniciativa do ministro da Educação, o presidente da República decretou pouco depois a transformação do Instituto Cairu em Instituto Nacional do Livro. O novo Instituto, da mesma forma que seu antecessor, ficaria sediado na Biblioteca Nacional. Suas atribuições seriam porém ampliadas, como o demonstram as três seções em que se dividiu:

---

<sup>3</sup> Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República, lata 32, documento intitulado Plano para o Instituto Cairu.

<sup>4</sup> Arquivo Nacional, Divisão de Documentação Escrita, Seção do Poder Legislativo. Decretos originais - pacote 2, caixa 1.

### *Seção da Enciclopédia e do Dicionário*

Responsável pela organização e publicação da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário da Língua Nacional*.

### *Seção das Publicações*

Responsável pela "edição de obras raras ou preciosas", de interesse para a formação cultural do povo brasileiro. Esta seção tinha ainda como atribuição adotar medidas necessárias ao aumento, melhoria e barateamento das edições de livros no país, bem como promover os meios necessários à importação de livros.

### *Seção das Bibliotecas*

Incumbida de incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Para alcançar seus objetivos, o INL disporia dessas três seções técnicas e de um Conselho de Orientação, encarregado de fazer o plano da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário da Língua Nacional*, além de dar pareceres sobre as medidas necessárias para que o Instituto tivesse um bom desempenho. Esse Conselho de Orientação, que parece ter sido criado em substituição ao Conselho Superior do Instituto Cairu, em sua nova versão contaria com a colaboração de cinco membros ao invés dos três do antigo conselho.

## Augusto Meyer - um literato na direção do INL

*Volúpia de gozar as sensações,  
de sentir junto a mim o coração da terra,  
no seu trabalho milenário e silencioso,  
como se eu fôsse longamente uma raiz profunda...*  
(A. Meyer - Sombra Verde)

O convite para que Augusto Meyer assumisse a direção do Instituto Nacional do Livro partiu do mentor da instituição, o ministro Capanema. Augusto Meyer, intelectual gaúcho nascido em 1902, era um nome já consagrado na literatura dos pampas como poeta, ensaísta e crítico literário. Além disso, foi diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul de 1930 a 1936.

O movimento modernista inaugurado em 1922 encontrou em Augusto Meyer, que trazia em sua literatura raízes da sua terra, um adepto de primeira hora. Moysés Velinho,<sup>5</sup> após afirmar que "o novo credo [o movimento modernista] penetrava no Rio Grande do Sul e aqui se instalava sem barulho, quase imperceptivelmente", se questiona: "não será porque entre nós o regionalismo literário se antecipara, de certo modo, às intenções do modernismo?" Para ele, "a ficção rio-grandense já havia muito que deitara raízes na terra". Entretanto, prossegue, "o nosso regionalismo, à força de repetir-se, estereotipava-se, empobrecia. Ao repisar os mesmos tipos, as mesmas situações, os mesmos cenários, sem alcançar outras dimensões que não as de superfície, vinha perdendo substância psicológica e horizonte social, e já acusava alarmantes sintomas de esgotamento". Para Velinho, ninguém das artes literárias do Rio Grande do Sul "tirou maior partido" do movimento modernista do que Augusto Meyer. Com isso concorda Carlos Dante de Moraes, que percebe em Augusto Meyer "uma sensibilidade ardente e vibrátil a todas as manifestações literárias da hora", com uma obra capaz de concretizar a proposta modernista de uma arte nova, essencialmente brasileira, liberta em suas formas de expressão do individualismo e do academicismo até então dominantes.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> VELINHO, Moysés. Letras da província: crítica literária. Porto Alegre, Globo, 1960. p.31-48.

<sup>6</sup> MORAIS, Carlos Dante de. Alguns estudos e um fragmento de autobiografia. Porto Alegre, Movimento, 1975. p.80.

Na correspondência existente no arquivo privado de Augusto Meyer encontra-se uma série de elogios a ele como pessoa, intelectual e, posteriormente, diretor do INL. O poeta Mário Quintana, ao parabenizar o amigo pelo cargo que assumiria, em carta datada de 4 de janeiro de 1938, sentenciava: "O diabo é que sem ti em Porto Alegre deve ficar faltando qualquer coisa no ar, nas nuvens, no luar, nos jacarandás da praça da Matriz, nas enchentes do Guaíba..."<sup>7</sup>

O decreto de nomeação de Augusto Meyer para a direção do INL data de 1º de fevereiro de 1938, e sua posse só ocorre 25 dias depois. A correspondência de seu arquivo privado revela seu descontentamento ante a inexplicável demora da nomeação, já que o convite havia sido feito imediatamente após a criação do Instituto, em dezembro de 1937. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, também criado em 1937, em carta que lhe dirige em 4 de janeiro de 1938 justifica a demora por encontrar-se o ministro Capanema demissionário, não desejando por esse motivo nomear mais ninguém para cargo de confiança. Ao final, a demissão de Capanema não ocorreu, e saiu a nomeação de Augusto Meyer. Nada mais natural que as atividades tivessem início em seguida.

### **Quando nem todas as forças são favoráveis**

Não nos foi possível dispor de documentos que demonstrassem a repercussão tanto da criação do INL quanto da escolha de um intelectual para dirigi-lo. Contudo, alguns fatos indicam que existiam opiniões divergentes dentro do próprio governo com relação à importância de se ter um Instituto Nacional do Livro.

Ao apresentar o relatório das atividades do INL para o período compreendido entre sua criação e outubro de 1940, Augusto Meyer justificava as reduzidas atividades levadas a efeito naquele período alegando que somente em meados de 1939 as seções do Instituto foram instaladas.<sup>8</sup> Chama a atenção a demora da efetiva implementação das atividades de um órgão criado por empenho pessoal do próprio ministro da Educação e

---

<sup>7</sup> Arquivo Augusto Meyer, série CP, correspondência 193 (Fundação Casa de Rui Barbosa/Centro de Literatura Brasileira).

<sup>8</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta III doc. 5 (FGV/CPDOC).

Saúde.

Por outro lado, sabemos que no mesmo dia da decretação do Estado Novo, 10 de novembro de 1937, foi criado o Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia do Distrito Federal. Anteriormente existia uma atividade de divulgação dentro da Chefatura, mas sem o caráter formal de um serviço com as atribuições estabelecidas pelo Estado Novo. As atividades e finalidades do novo serviço consistiam na propaganda contra as chamadas "forças subversivas". Mas para alcançar seus objetivos, a Polícia Política necessitava de uma ação efetiva de conhecimento e controle sobre os municípios brasileiros. O novo serviço, portanto, não era apenas um órgão de divulgação, mas um órgão de informação.

A indústria do livro, que deveria ser objeto de atenção do INL, já que este tinha a incumbência de promover o desenvolvimento editorial do país, era igualmente um tema de importância para o Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia, que em novembro de 1938 elaborou um relatório sobre a questão. Este relatório era o resultado de um dos muitos inquéritos político-econômicos e sociais que o Serviço de Divulgação realizava, com o objetivo de possibilitar à Chefatura de Polícia a "coordenação de todos os elementos informativos de ordem intelectual sobre os assuntos de interesse para a Polícia Preventiva, na defesa do regime e do governo".<sup>9</sup> Em sua introdução, o relatório apresenta um breve depoimento do diretor do INL sobre as reduzidas atividades do Instituto um ano após sua criação. Augusto Meyer afirmava estar aguardando a aprovação de um projeto de trabalho apresentado ao ministro Capanema. Tratava-se de um plano quinquenal para as atividades do Instituto, encaminhado ao ministro em setembro daquele mesmo ano.

O relatório do Serviço de Divulgação justificava seu interesse pelo assunto livro afirmando que "a indústria do livro, sob todos os aspectos, não poderia deixar de figurar no primeiro plano entre os inquéritos político-econômicos e sociais que estamos procedendo. Sem instrução (...) não é possível levar a bom termo qualquer programa governamental. E' evidente que o problema do Brasil não se resolve, apenas, com instrução, como apregoam os educadores teóricos; nem tão somente com o transporte mais fácil, o saneamento e outros tantos grandes fatores do progresso de um povo. A sabedoria administrativa está no equilíbrio das soluções médias das tendências

---

<sup>9</sup> Arquivo Filinto Müller, série ChP. SIPS, Relatórios (FGV/CPDOC).

divergentes. Mas isto também não quer dizer que este ou aquele problema nacional, esquecido sempre, não se encontre, no presente, a reclamar medidas mais urgentes e mais radicais. E' o que sucede com a indústria do livro."

Em relação ao INL, o relatório era taxativo ao afirmar a "descrença geral sobre a utilidade do Instituto [Nacional] do Livro". A seu ver, para baratear o custo do livro, para difundir-lo, para fazer com que chegasse a todos não seria necessário um aparelhamento burocrático, mas uma organização industrial, com máquinas modernas de impressão e capital suficiente para a aquisição da matéria-prima.

Esta crítica aberta à criação de um órgão que tinha como uma de suas atribuições a busca de soluções que amenizassem as barreiras existentes a uma maior difusão do livro no país partia, segundo o relatório, dos diversos editores e livreiros instalados na capital da República ouvidos pelo Serviço de Divulgação. Os depoentes haviam sido unânimes em vincular as dificuldades do setor a causas econômico-financeiras ligadas, entre outros fatores, aos altos impostos cobrados pelo governo, às altas taxas cambiais e aos altos preços do papel nacional. Nessa discussão econômico-financeira o livro era tratado como mercadoria capaz de proporcionar lucros e perdas em maior ou menor escala, dependendo dos negócios que se fizessem. As soluções apontadas, como isenção alfandegária e redução de impostos, visavam beneficiar o editor e o comerciante de livros. A preocupação de cada um parecia ser garantir para si uma fatia maior do mercado, ao invés de tentar aumentar o mercado consumidor como um todo. Em toda essa discussão apenas um livreiro, Abraão Koogan - proprietário da Livraria Guanabara - voltava-se para a raiz do problema ao afirmar que "as dificuldades estão, principalmente, na falta de leitores, na escassez de público. Quando o Brasil, em vez de 75% de analfabetos, tiver só 20%, o livro, tanto o importado quanto o impresso no país, será um negócio bastante próspero para os livreiros. De onde concluir que, para que a indústria e o comércio do livro se desenvolvam, é preciso que as escolas aumentem e a maioria dos brasileiros aprenda a ler e escrever. Nessa altura, as edições que hoje são de 3 a 5 mil exemplares, serão de trinta a cinquenta mil, o que dará, certamente, grandes lucros aos editores e, conseqüentemente, aos livreiros".

Augusto Meyer registrou sempre nos relatórios sobre as atividades do INL em seus primeiros tempos que somente em meados de 1939 o governo instalou de fato as três seções do Instituto, nomeando seus chefes e auxiliares. Coincidentemente, em abril de 1939, o chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, deu por encerrado o trabalho

de propaganda do Serviço de Divulgação, extinguindo-o e mantendo apenas um de seus departamentos - o Serviço de Inquéritos Político-Sociais (SIPS).

Em 1940, a Chefatura de Polícia do Distrito Federal publicou um livro intitulado *O SIPS e suas finalidades*, onde fica clara a atuação do Serviço de Divulgação: "De 1937 a 15 de abril de 1939 o Serviço de Divulgação desenvolveu, da capital da República para todo o interior do Brasil, um intenso trabalho de propaganda, pela consolidação do Estado Novo contra as ideologias subversivas que, antes e durante esse período, procuravam ameaçar a tranqüilidade pública, a segurança do regime e do governo. Através de uma rede que se manteve na média de 1.300 jornais, espalhados por todo o território nacional, o Serviço de Divulgação distribuiu, diariamente, nesse período, artigos e comunicados à imprensa. Paralelamente, e para melhor orientação de suas campanhas de polícia política preventiva, iniciou um levantamento sobre a vida administrativa dos então 1.478 municípios em que o país estava subdividido, de maneira a orientar-se com segurança sobre os métodos a empregar, de acordo com a situação de cada uma dessas unidades políticas. Lançou o Serviço de Divulgação, para todo o Brasil, a palavra de acatamento e de respeito ao chefe da Nação, vendo rapidamente solicitados os noventa mil retratos do presidente da República, que imprimiu para distribuição às repartições públicas, estabelecimentos comerciais e particulares, associações, escolas e outras organizações coletivas. Editou o Serviço de Divulgação, de 1937 a 1939, e distribuiu pelo interior do Brasil, um total de quarenta e cinco livros e folhetos, em edições que variaram de dez a setenta e cinco mil cada uma, entre autoridades municipais, colégios, estabelecimentos industriais, imprensa e particulares, conforme a natureza das obras editadas."<sup>10</sup>

O contraste é grande. Além da demora no início das atividades, o INL esteve aquém desse desempenho, não conseguindo jamais lançar quarenta e cinco publicações em dois anos, com tiragens superiores a dez mil exemplares.

---

<sup>10</sup> Rio de Janeiro, DF. Polícia Civil. Serviço de Inquéritos Políticos Sociais. O SIPS e suas finalidades. Rio de Janeiro, 1940. p.XI e XII.

### Três seções e muitas atribuições

A fim de tornar realidade os objetivos traçados no Decreto-Lei de criação do Instituto Nacional do Livro, as atividades a serem implementadas foram, como vimos, distribuídas em três seções: a da Enciclopédia e do Dicionário; a das Publicações e a das Bibliotecas. Apresentaremos a seguir cada uma delas, delineando suas finalidades e analisando sucintamente suas realizações no período de 1938 a 1945, por ser este o corte cronológico do presente trabalho.

Conforme já mencionamos, o INL enfrentou algumas dificuldades iniciais que retardaram o começo de suas atividades. Criado em dezembro de 1937, só teve seu diretor empossado no final de fevereiro do ano seguinte, e somente em meados de 1939 suas três seções foram instaladas, ficando em condições de desempenhar as atividades para as quais foram criadas.

A análise da documentação sobre o INL, constante do arquivo de Gustavo Capanema, mostra a firmeza com que o ministro conduzia os rumos do Instituto. Tem-se sempre a impressão de que nada era deliberado, seja em nível de planejamento, seja em nível de execução, sem seu aval.

Em cada uma das seções encontra-se a marca de Capanema ao sugerir, cobrar, aprovar, recusar, enfim, ao decidir sobre as ações da instituição criada sob o seu patrocínio para mudar a realidade existente no campo da difusão cultural. O episódio que envolve o lançamento de uma revista pelo Instituto é um bom exemplo da interferência do ministro nas atividades do órgão. Com o efetivo início dos trabalhos do INL em meados de 1939, Augusto Meyer preparou o lançamento da *Revista do Instituto Nacional do Livro*, e em outubro desse mesmo ano apresentou a Capanema a programação dos dois primeiros números. Apesar de Augusto Meyer afirmar que o ministro havia aprovado a publicação do novo periódico,<sup>11</sup> Capanema não hesitou em desaconselhar o empreendimento. Para ele, apesar da inequívoca importância de uma revista nos moldes da que vinha sendo proposta, aquela não era uma prioridade nem uma atribuição do INL, demandando tempo e recursos financeiros que deveriam ser canalizados para a consecução dos objetivos específicos do Instituto. A revista do INL seria, na concepção

---

<sup>11</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta IV doc. 1 (FGV/CPDOC).

de Augusto Meyer, fundamentalmente um veículo de comunicação e difusão da literatura brasileira.

O projeto da revista foi realmente cancelado e, por determinação de Capanema, não constou do plano quinquenal de atividades elaborado pelo INL. Augusto Meyer não concretizou seu desejo, e a revista só se tornaria realidade em 1956, quando ele já não era mais diretor do Instituto. É interessante notar que alguns artigos previstos para o primeiro número da revista, em 1939, aparecem publicados no nº 1 da *Revista do Livro*, em 1956.

### **Seção da Enciclopédia e do Dicionário**

Organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, revendo-lhes as sucessivas edições: esta era a missão do Instituto Cairu antes de ser transformado em Instituto Nacional do Livro. Talvez nem seja apropriado pensar-se em termos de transformação, embora o decreto-lei de criação do INL assim se refira. O INL, em verdade, foi criado com atribuições mais amplas, que englobavam e excediam as do antigo órgão.

Elaborar ao mesmo tempo uma enciclopédia e um dicionário brasileiros era um grande desafio que o ministro Capanema parecia estar disposto a aceitar. Esse tipo de obra tornava-se uma necessidade para um Brasil em busca de uma identidade nacional. As grandes nações tinham elaborado obras congêneres, e o Brasil, para ingressar no mundo dos grandes, precisava também de uma enciclopédia e um dicionário que consolidassem a cultura nacional.

Hallewell afirma que "Vargas, fazendo-se ditador, decidiu evidenciar a necessária e paternal preocupação com a cultura de seu país. Inspirado na magnífica enciclopédia italiana Treccani, então recentemente completada no governo de Mussolini, e que já levava a empreendimento semelhante no Portugal de Salazar, Vargas sonhou com uma enciclopédia e um dicionário nacional semelhantes para o Brasil. Contudo, a tarefa foi planejada em escala por demais ambiciosa e jamais foi adequadamente provida de

recursos, permanecendo inacabada após 40 anos."<sup>12</sup>

Se o empreendimento não logou êxito, não foi, seguramente, por falta de conscientização dos responsáveis pelo assunto. Desde a primeira reunião da comissão escolhida por Capanema para estudar o problema e apresentar um plano de ação, realizada em fevereiro de 1936, reconheceu-se a "impossibilidade de realizar-se no Brasil, por falta de recursos materiais e culturais, uma obra que compendiasse a generalidade de conhecimentos e se revestisse, ao mesmo tempo, de espírito de indagação científica".<sup>13</sup> A comissão, integrada por Rodolfo Garcia, Alceu Amoroso Lima e Luís Camilo de Oliveira Neto, sugeriu que as monografias e artigos referentes aos temas brasileiros fossem entregues a especialistas capazes de tratar o assunto com alto grau de originalidade e rigor científico. Para os temas não essencialmente brasileiros se utilizaria a bibliografia disponível, não se exigindo originalidade. Com relação ao *Dicionário da Língua Nacional*, este não deveria ser uma obra à parte da *Enciclopédia*. Para a comissão, melhor seria a "inclusão na Enciclopédia Brasileira do moderno vocabulário da língua nacional".<sup>14</sup> Alceu Amoroso Lima afirmava que a realização de uma obra do vulto de uma enciclopédia exigia uma continuidade de esforços e pesquisas difícil de ser alcançada no Brasil. A sugestão de se criar uma instituição com o exclusivo objetivo de elaborar a *Enciclopédia Brasileira*, como existia em vários países da Europa, surgiu nesta reunião. Gustavo Capanema aprovou a sugestão e preparou a constituição do Instituto Cairu.

Com a criação do Instituto Nacional do Livro, e a conseqüente incorporação das funções do Instituto Cairu, as atribuições relativas à elaboração da *Enciclopédia* e do *Dicionário* foram entregues a uma seção específica. Para que os trabalhos tivessem início, era necessário nomear o chefe da seção e seus auxiliares.

Em carta datada de 23 de fevereiro de 1939, Mário de Andrade recusava o convite de Capanema para chefiar a Seção da Enciclopédia e do Dicionário, alegando que Augusto Meyer, meses antes, havia se comprometido com Américo Facó a entregar-lhe a chefia dos trabalhos, e que ele, Mário, não desejava tomar o lugar de ninguém. A insistência de Capanema no convite, segundo Mário de Andrade, ligava-se a "razões de

<sup>12</sup> HALLEWELL, Laurence. Q livro no Brasil: sua história. São Paulo, T.A. Queiroz, EDUSP, 1985. p.313. O autor refere-se a um Getúlio Vargas já ditador, enquanto a idéia de elaborar uma Enciclopédia Brasileira é anterior à instauração do Estado novo.

<sup>13</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta I doc. 3 (FGV/CPDOC).

<sup>14</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta I doc. 3 (DFV/CPDOC).

ministro", enquanto as suas razões para declinar eram "razões de homem". Para ele o ministro decidia com o "áspero olho público", enquanto suas próprias resoluções eram tomadas "com o mais manso olhar de minha humanidade".<sup>15</sup>

A demora por parte do Ministério da Educação e Saúde em dar reais condições de funcionamento ao INL acabou por exasperar Mário de Andrade, que pouco depois, em carta de março de 1939, expressou a Capanema seu descontentamento com a dimensão do problema. Chegara a seu conhecimento um comentário segundo o qual a demora estava sendo provocada por Capanema, que pretendia com isso obrigar Augusto Meyer a pedir demissão e dar ao próprio Mário o cargo de diretor do Instituto. Mário rogava a Capanema que as nomeações para o INL se efetivassem a fim de dirimir dúvidas, pois deixá-las para mais tarde só prejudicaria "uma das mais belas instituições" criadas pelo ministro. Argumentava ainda que um ano de inatividade do Instituto estava prejudicando sensivelmente a figura intelectual de Augusto Meyer, que ambos reconheciam entre as mais nobres do Brasil daqueles anos.<sup>16</sup>

O impasse foi afinal resolvido com a nomeação de Américo Facó para a chefia da Seção da Enciclopédia e do Dicionário. Mas Capanema não perdeu de todo a luta para levar Mário de Andrade para o Instituto Nacional do Livro. A solução encontrada foi nomeá-lo consultor técnico. O lugar parecia ideal para ser ocupado por alguém que não conviviam bem com os cargos de projeção, preferindo aqueles que lhe permitissem um trabalho profundo e tranqüilo. Alguns meses antes do convite para o INL, Capanema convidara Mário para dirigir o Serviço Nacional de Teatro. Na ocasião, Mário esquivou-se do convite alegando ser um lugar de projeção muito brilhante e muito violento, onde seria necessário muita luta e onde, fatalmente, fracassaria.<sup>17</sup>

Na condição de consultor-técnico, Mário de Andrade mergulhou com todo o seu entusiasmo na elaboração de um projeto para a *Enciclopédia Brasileira*. Seu compromisso era exclusivamente com relação à enciclopédia, pois julgava impossível uma mesma seção se desincumbir de duas obras de vulto simultaneamente. Em fevereiro de 1940 apresentou um *Anteprojeto do plano básico da Enciclopédia Brasileira* em que expunha seu pensamento acerca da importância do trabalho que se pretendia realizar. Mário queria uma enciclopédia capaz de atender a todas as classes sociais, com "um

---

<sup>15</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série B, ANDRADE M, doc. 7 (FGV/CPDOC).

<sup>16</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série B, ANDRADE M, doc. 8 (FGV/CPDOC).

<sup>17</sup> Arquivo Gustavo Capanema, Série B, ANDRADE M, doc. 6 (FGV/CPDOC).

critério conceptivo geral; nem histórico, nem filosófico, nem científico, mas francamente objetivo e realista, e inteligentemente mudável, conforme a natureza do verbete. Uma geral objetividade realista, nada sentimental, que não dê opiniões nem palpites, nem tome partido". "Corajosa audácia" é a expressão por ele usada para se referir à grandeza e às dificuldades de execução de um projeto tão ambicioso como aquele. E conclui: "Quem não tiver a coragem de se sacrificar e a energia de aceitar a relativa imperfeição de uma obra que vai abrir caminho, como a Enciclopédia Brasileira, não poderá nunca fornecer a audácia, a rapidez e o trabalho que o cometimento exige de cada um."<sup>18</sup>

Mário de Andrade permaneceu como consultor técnico do INL até o início de 1941, quando voltou para São Paulo, afirmando não poder mais viver longe de suas coisas pessoais, entre elas sua biblioteca de dez mil volumes.<sup>19</sup>

Analisando-se os relatórios das atividades da Seção da Enciclopédia e do Dicionário no período que vai desde a criação do INL até 1944, não se encontra nenhuma grande realização. O que existe, sim, são relatos justificando a inércia do grande projeto. Em março de 1944 Américo Facó referia-se às dificuldades que se opuseram desde os primeiros tempos do Instituto, destacando as reduzidas verbas destinadas à sua seção.<sup>20</sup> Na verdade os poucos recursos financeiros geraram problemas desde os tempos de Mário de Andrade, como o comprovam as constantes queixas deste a Capanema devido a atrasos no pagamento de seu salário.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta VI doc. 4 (FGV/CPDOC).

<sup>19</sup> O apego do intelectual Mário de Andrade a suas coisas pessoais, como ele mesmo expressa em carta ao amigo ministro em janeiro 1941 (Arquivo Gustavo Capanema, série B, ANDRADE M, doc. 13), fez com que deixasse ao morrer, em fevereiro de 1945, além de uma imensa biblioteca e centenas de obras de arte, um arquivo rico em informações para a pesquisa sobre a literatura brasileira. Em março de 1944 Mário escrevia ao irmão dizendo: "nunca colecionei p'ra mim, mas imaginando me constituir apenas salvaguarda de obras, valores e livros que pertencem ao público, ao meu país, ao pouco que eu gostei e me gostou" (Estudos Brasileiros, Informativo, São Paulo, v.2, n.3, jul. 1991). Por ocasião da morte de Mário, Gustavo Capanema incumbiu Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, de gerir da melhor maneira possível as negociações com a família do escritor para que seu acervo fosse encaminhado para alguma instituição pública, sugerindo a criação de uma Sala Mário de Andrade na Biblioteca Municipal de São Paulo, para o que o Ministério da Educação e Saúde não poupou esforços (Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc. 21). O intento de Capanema não logrou êxito, e o acervo esteve em poder da família até 1967, quando foi incorporado ao patrimônio do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (Estudos..., jul 1991).

<sup>20</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta XII doc. 8 (FGV/CPDOC).

<sup>21</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série B, ANDRADE M, doc. 9 e 10 (FGV/CPDOC).

Até 1945 o projeto da Seção da Enciclopédia e do Dicionário não havia sido arquivado, mas, frente às dificuldades, o INL optou por ir publicando livros que auxiliassem, no futuro, a elaboração das duas obras, conforme se verá no próximo item, que trata da Seção das Publicações.

Em 1956 um novo plano para a Enciclopédia foi elaborado por Euryalo Canabrava, na época chefe da Seção da Enciclopédia, e por Paulo Assis Ribeiro, mas, da mesma forma que no plano anterior, não se logrou êxito. Fausto Cunha,<sup>22</sup> no relato que fez em 1967 dos 30 anos de atividades do INL, afirma que o Instituto concluiu que o plano elaborado por Canabrava era irrealizável, pois, além de um tempo muito longo, requeria vultosos recursos financeiros, de que não dispunha o Instituto. Hallewell<sup>23</sup> afirma que Maria Alice Barroso, enquanto foi diretora do INL (1970 a 1974), falou de planos para reativar o projeto da enciclopédia e do dicionário. No entanto, com tantas obras congêneres de excelente qualidade produzidas comercialmente, pareceu-lhe improvável algum dia concluir e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*.

### Seção das Publicações

Editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que fossem de grande interesse para a cultura nacional, e promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros - eis as atribuições da Seção das Publicações do INL, cujo primeiro chefe foi Sérgio Buarque de Holanda.

No entanto, a meta de zelar pela melhoria, o fomento e o barateamento do livro, além de cuidar das questões relativas à facilidade de importação de obras necessárias ao desenvolvimento técnico-científico dos profissionais brasileiros, não mereceu do INL a atenção que o problema reclamava. A incipiente indústria livreira e o reduzido parque gráfico do país estavam a exigir medidas que o INL não quis ou não pôde tomar. Américo Facó, diretor em exercício do Instituto, declarava em relatório de 1944 que o

<sup>22</sup> CUNHA, Fausto. INL: 30 anos. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, v.10, n.31, 1967.

<sup>23</sup> HALLEWELL, op. cit., nota 12.

barateamento do livro brasileiro envolvia problemas que excediam a alçada do INL e que, por este motivo, desde o início a busca de soluções havia sido entregue a outras instituições melhor aparelhadas, não esclarecendo, contudo, quais eram essas instituições.<sup>24</sup> Sabemos que o Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia do Distrito Federal, sob o comando de Filinto Müller, tinha na indústria do livro uma de suas preocupações, mas nada nos permite afirmar que o Serviço de Divulgação fosse uma das instituições a que se refere Américo Facó.

Por outro lado, Hallewell afirma que "o INL havia sido contemplado com as funções de instrumento do controle direto do governo sobre quais livros poderiam ser legalmente publicados ou importados (...), e passados dois anos sem que o Instituto tomasse qualquer medida concreta para desempenhar suas atribuições nesse âmbito, elas foram transferidas para o serviço de censura especialmente criado para isso, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)".<sup>25</sup> Algumas considerações podem ser feitas com relação a essa afirmação. A primeira é que o decreto-lei de criação do INL não lhe atribuía poderes para deliberar sobre quais obras literárias poderiam ser publicadas ou importadas. Pode-se até afirmar que a redação do artigo 2 do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, onde são arroladas as atribuições do Instituto, é muito vaga, deixando margem a manipulações ideológicas quando se refere a "*obras raras ou preciosas de grande interesse para a cultura nacional*" (o grifo é nosso). Afinal, o Estado brasileiro buscava forjar uma identidade nacional compatível com os ideais estadonovistas, e o significado dos termos "raras e preciosas", "interesse" e "cultura nacional" variam em função de quem os emprega. Entretanto, não existe referência explícita quanto ao desempenho pelo INL das funções de censor. O DIP sim, tinha entre suas atribuições "fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da rádiodifusão, da literatura social e política e da imprensa". Constava ainda das finalidades do DIP "proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral".<sup>26</sup>

Ainda de acordo com o relatório de Américo Facó em 1944, o INL teria colaborado na busca de soluções para o problema do livro promovendo contatos com

---

<sup>24</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta XII doc. 8 (FGV/CPDOC).

<sup>25</sup> HALLEWELL, op. cit., p.315, nota 12.

<sup>26</sup> CARONE, Edgar. A terceira República (1937-1945). São Paulo, Difel, 1976. p.48.

editores e livreiros, organizando inquéritos e debates, mas havia afinal optado por agir em uma frente prática que efetivamente levasse ao barateamento do livro, publicando a preços reduzidos obras consideradas expressivas da literatura brasileira. Para este fim fora criada, em novembro de 1943, a *Coleção Biblioteca Popular Brasileira*. Desta forma o Instituto Nacional do Livro optava por dar sua colaboração, não pretendendo solucionar o problema como um todo.

Ao examinarmos a natureza das diversas coleções criadas com o propósito de direcionar as publicações sob responsabilidade do INL, verificamos que já em 1939 Sérgio Buarque de Holanda pretendia criar a *Coleção Biblioteca Popular Brasileira*, que ele denominava *Biblioteca Brasileira*. Orientando-se por experiências de países europeus, dos Estados Unidos e da Argentina, Sérgio Buarque de Holanda sugeria a criação da coleção como forma de levar à população em geral obras de qualidade literária a preços módicos, resguardando sempre a preocupação de que a grande tiragem e o preço reduzido não interferissem na qualidade das publicações.<sup>27</sup> Em 1944, Américo Facó afirmava que o critério para a inserção de uma obra na coleção era a sua raridade, fosse pelo elevado custo, fosse pela escassa compensação financeira para as editoras que não se interessavam por reedições. Segundo suas palavras, "preliminarmente, considerou-se algumas obras clássicas sobre o Brasil, sua história, sua geografia, sua vida social no passado, que se tinham tornado sumamente raras nas livrarias e bibliotecas".<sup>28</sup>

A análise das coleções constituídas é interessante para apreendermos um pouco sobre a dinâmica da Seção das Publicações. Até 1945 foram criadas, além da *Coleção Biblioteca Popular Brasileira*, as seguintes coleções:

*Coleção de Obras Raras* - visava levar ao público obras de difícil acesso, fosse pelo elevado custo, fosse pela raridade de exemplares. Note-se que o objetivo era exatamente o mesmo da *Coleção Biblioteca Popular*, com exceção do preço da venda.

*Coleção de Obras Completas dos Grandes Autores Brasileiros* - previa a publicação de obras de autores consagrados.

*Coleção do Estudante* - pretendia a publicação de obras que auxiliassem o estudante. Esta coleção, que teve apenas três títulos, um em 1945 e dois em 1947, foi suspensa em 1947.

<sup>27</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta VI doc. 3 (FGV/CPDOC).

<sup>28</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta XII doc. 8 (FGV/CPDOC).

*Bibliografia Brasileira* - visava controlar a produção editorial do país.

*Bibliografias Especiais* - compilação de textos de autores consagrados ou sobre determinado assunto, como a *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*, por Hélio Viana, editado em 1945.

*Biblioteconomia* - visava atender às necessidades de informação na área de biblioteconomia. Publicava obras produzidas ou indicadas pela Seção das Bibliotecas. Esta coleção desempenhou importante papel na formação profissional dos bibliotecários, colocando à disposição dos profissionais obras técnicas fundamentais nos anos em que a profissão começava a se consolidar.

Independentemente dos atributos que uma obra deveria apresentar para enquadrar-se em uma das coleções do INL, percebe-se que o intuito era o de publicar obras sobre o Brasil consideradas de expressivo valor histórico e literário. Esta não foi, contudo, uma iniciativa pioneira. Desde 1931 a Companhia Editora Nacional editava a Coleção Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo até 1946, quando começou o declínio comercial da coleção. A Brasileira se constituía "no mais completo repositório de informação sobre o Brasil, suas origens, sua formação e sua vida em todos os campos",<sup>29</sup> servindo de modelo a outras editoras para empreendimentos semelhantes, como as coleções "Documentos Brasileiros", lançada pela José Olympio em 1936 e "Biblioteca Histórica Brasileira", da Martins Editora.<sup>30</sup> Esta última coleção, dirigida por Rubens Borba de Moraes, tinha exatamente os objetivos da "Coleção de Obras Raras" do INL, ou seja, a reedição de obras clássicas sobre o Brasil que haviam se tornado de difícil acesso fosse pela sua raridade ou pelo seu alto custo editorial.

O critério para a inclusão de uma determinada obra em uma das coleções do INL passava mais por indicadores subjetivos do que por padrões claros e objetivos. Desta forma, algumas obras que aparecem nos planos de trabalho como indicadas para uma coleção acabavam saindo em outra. Exemplo disso é o livro *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, de José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, que estava previsto para

---

<sup>29</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO, 4 mar. 1973. Suplemento literário apud HALLEWELL, op. cit., p.301, nota 12.

<sup>30</sup> HALLEWELL, op. cit., p.414, nota 12.

publicação em 1940 na *Coleção Obras Completas*, e acabou sendo publicado, em 1945, na *Coleção Biblioteca Popular Brasileira*. Essas alterações parecem contradizer a argumentação de Sérgio Buarque de Holanda de que as coleções de obras completas e obras raras destinavam-se a um público reduzido, "já afeito às coisas da cultura e apenas exigente de bons textos".<sup>31</sup>

A demora entre o planejamento e a publicação, por vezes, era acentuada. Ao examinarmos o catálogo das publicações do INL, que saiu no primeiro número da *Revista do Livro*,<sup>32</sup> em junho de 1956, deparamo-nos com 22 títulos que, em relatório da Seção das Publicações datado de junho de 1945, constavam como estando na Imprensa Nacional para serem publicados até o final daquele ano.<sup>33</sup> Desses 22 títulos apenas quatro foram editados ao longo de 1945. Os demais foram sendo lentamente publicados no período de 1946 a 1954. O INL tinha como uma de suas metas a publicação anual do catálogo da produção editorial do país, em colaboração com a Biblioteca Nacional. Mas a *Bibliografia Brasileira* de 1940, que deveria ser publicada no ano seguinte, só o foi em 1954. Como podemos constatar, o plano inicial mostrou-se de difícil concretização, pelo menos no que diz respeito aos primeiros anos.

A programação de publicações foi bastante vasta de 1938 a 1945, mas, de concreto, tivemos apenas 28 títulos editados pelo INL nesse período. Não podemos, contudo, ignorar que muitos desses títulos eram obras em mais de um volume, o que aumentava bastante a produção. A edição das obras completas de Saturnino de Brito, por exemplo, era composta de 22 volumes.

Editar livros não era a única atribuição da Seção das Publicações. Foram também realizados levantamentos sobre museus, estabelecimentos de ensino e associações culturais, ainda que não sistematicamente. Da mesma forma, as exposições que o INL patrocinava eram de responsabilidade desta Seção. No período em questão foram promovidas duas exposições no Rio de Janeiro - uma comemorativa do centenário de Machado de Assis e outra sobre o Estado Novo.

---

<sup>31</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta VI doc. 3 (FGV/CPDOC).

<sup>32</sup> CATÁLOGO das publicações do INL. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, v.1, n.1/2, jun. 1956.

<sup>33</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta XVI doc. 51 (FGV/CPDOC).

## O livro brasileiro no exterior

O Ministério da Educação e Saúde tinha a preocupação de transmitir para o exterior uma imagem do Brasil que o engrandecesse, e foi através de exposições do livro brasileiro em alguns países, e de doações e permutas de livros com instituições culturais do exterior, que o ministro buscou atingir seu intento. Em 1939 foi montada uma exposição em Montevideu, e em 1945 outra em Santiago. Também em 1945 a embaixada do Brasil na Argentina ultimou os preparativos para uma exposição em Buenos Aires. Desta vez os editores deveriam ser convocados, pois a venda das obras em exposição era imprescindível para o sucesso do empreendimento. Batista Luzardo, embaixador do Brasil na Argentina naquela ocasião, desejava que a exposição tivesse um "realce à altura do nosso desenvolvimento intelectual" e afirmava que mobilizaria a embaixada inteira, se preciso fosse, para pô-la a serviço do Instituto Nacional do Livro.<sup>34</sup>

A propaganda do Brasil através do livro mereceu também as atenções do Escritório Geral de Informações sobre o Brasil, órgão do Ministério da Indústria e Comércio, instalado em Buenos Aires. Em julho de 1938 chegou às mãos de Capanema uma carta do representante do Escritório alertando-o para os prejuízos que poderiam advir da divulgação de obras brasileiras inadequadamente selecionadas. Era o caso da inclusão de dois livros no programa de traduções para o castelhano que o Club del Libro A.L.A. (Amigos del Libro Americano) estava promovendo: Viagem maravilhosa, de Graça Aranha, e A Marquesa de Santos, de Paulo Setúbal. A insatisfação corria por conta da obra de Paulo Setúbal que, na opinião do representante, não exibia qualidades literárias que justificassem sua inclusão em tão "excelente meio de propaganda do livro brasileiro". Com esse episódio, passou a ser atribuição do INL estudar formas de intervir junto aos responsáveis por esse tipo de empreendimento a fim de traçar um plano geral de orientação na escolha dos autores brasileiros a serem traduzidos para o castelhano, conforme deliberação de Gustavo Capanema em agosto de 1938.<sup>35</sup>

O ministro Capanema demonstrou sempre muito interesse em que livros de autores brasileiros, e mesmo de autores estrangeiros sobre o Brasil, fossem depositados em instituições culturais estrangeiras, principalmente em instituições latino-americanas e nos

---

<sup>34</sup> Arquivo Augusto Meyer, série CP, correspondência 67 (Fundação Casa de Rui Barbosa/Centro de Literatura Brasileira).

<sup>35</sup> Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República, lata 107.

Estados Unidos. No período de 1938 a 1945 foram adquiridos e doados, aproximadamente, doze mil volumes para os Estados Unidos, Argentina, Peru, Uruguai, México, Chile e Paraguai, incluindo obras de autores como José de Alencar, Aluízio de Azevedo, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Rui Barbosa, Fernando de Azevedo, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Mário de Andrade, Gilberto Freire, Oliveira Viana, Alberto Torres, Roquete Pinto, Graça Aranha, entre outros.<sup>36</sup>

### **Um pouco sobre o mercado editorial brasileiro nos anos 30/40**

Parece-me oportuno, neste momento, fazer um parêntese para uma análise, ainda que breve, da realidade editorial brasileira nas décadas de 1930 e 1940.<sup>37</sup>

Até 1930 o mercado editorial brasileiro era praticamente inexpressivo, e o comércio livreiro abastecia-se essencialmente de obras importadas em sua maioria da França. O reduzido mercado consumidor brasileiro era composto de uma elite que se formara em escolas européias, estando por este motivo apta a absorver a literatura estrangeira.

A crise econômica internacional deflagrada no final dos anos 20 trouxe conseqüências nefastas para o mercado livreiro do país, tão dependente das importações. Com a queda das exportações do café, a moeda brasileira se desvalorizou, e os livreiros tiveram dificuldade em absorver as altas taxas cambiais praticadas no comércio internacional, responsáveis pela elevação dos preços no mercado nacional de obras importadas, o que as tornou cada vez mais um privilégio de poucos brasileiros. A produção literária francesa, por exemplo, que até então era a preferida da elite leitora do país, teve seu preço elevado em aproximadamente 500%.<sup>38</sup>

Se, por um lado, a nova ordem econômica internacional dificultou o comércio livreiro importador, por outro lado, influiu positivamente no desenvolvimento editorial

---

<sup>36</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc. 22 (FGV/CPDOC).

<sup>37</sup> Para uma análise abrangente sobre esta matéria, ver: MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo, [s.n.], 1978. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo - Particularmente o capítulo 3. Esta tese foi publicada pela DIFEL, em 1979, com o mesmo título, conforme cito na Bibliografia.

<sup>38</sup> HALLEWELL, op. cit., p.316, nota 12.

do país. O livro brasileiro, que até então tinha um custo muito elevado em comparação com os importados, de superior qualidade gráfica, teve naquele momento sua chance de crescimento. As importações foram dando lugar à edição de obras traduzidas, e nesse novo quadro as obras de língua inglesa, com os Estados Unidos à frente, ganharam a preferência dos editores. Eram obras para um público mais amplo, já que os best-sellers americanos tinham uma receptividade muito maior que os clássicos da língua francesa. Contudo, o nível das traduções deixava a desejar, e isto levou a Livraria e Editora Globo, de Porto Alegre, a se empenhar no aprimoramento da qualidade das traduções. A Globo foi a editora que mais fundamentamente mergulhou no mercado das edições traduzidas até o final da década de 1940, ocupando lugar de destaque entre as editoras que colocaram no mercado interno obras estrangeiras em português.<sup>39</sup>

Desde o início da indústria editorial brasileira as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo dividiram a liderança do país, sendo nítida a preponderância de São Paulo no ramo da edição de livros didáticos e literatura infantil, enquanto os editores cariocas dedicaram-se mais à literatura brasileira. Das demais cidades do país, somente Porto Alegre contava com uma grande editora, a Globo. Não só a produção livreira estava concentrada no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas a distribuição das obras não alcançava áreas muito distantes, centrando-se desta forma também o consumo nessas duas cidades. Todas as dificuldades advindas das disparidades econômicas e sociais entre os estados do Norte e do Sul aparecem com muita intensidade neste setor. E' verdade que as distâncias são grandes, os meios de transportes deficientes, mas é verdade também que o interesse é sempre reduzido quando o mercado consumidor tem uma renda *per capita* baixa e um grau de escolaridade insuficiente, apresentando os mais altos índices de analfabetismo do país.

---

<sup>39</sup> Monteiro Lobato, Gustavo Barroso, Mário Quintana, Sérgio Milliet, Almir de Andrade, Rachel de Queiroz, Érico Veríssimo, Carlos Drummond de Andrade, Hermes Lima são alguns dos escritores que, entre 1936 e 1943, realizaram sistematicamente traduções de obras estrangeiras, elevando assim o nível dessa atividade no Brasil. Quanto à relação entre obras nacionais e obras traduzidas, Sérgio Miceli informa que a Francisco Alves, por exemplo, editou em 1942 "aproximadamente uma tradução para cada dez livros de autores nacionais, a Melhoramentos editou duas traduções em cada doze livros de autores nacionais, proporção que se deve confrontar aos índices das editoras dependentes de obras de ficção. Nesse mesmo ano, o volume de traduções editadas pela Companhia Editora Nacional igualou o de obras de autores nacionais, a Globo lançou 44 traduções e apenas 24 obras de autores nacionais. Em 1943, a Freitas Bastos publicou apenas uma tradução, a Saraiva apenas duas, enquanto a Martins se encontrava na mesma situação da Cia. Editora Nacional, o mesmo ocorrendo, em menor medida, com a José Olympio (43 traduções e 38 nacionais) e a Globo (41 traduções e 27 nacionais)". (Miceli, op. cit., p.280, nota 37)

Outros fatores, de ordem político-ideológica, também afetaram o movimento editorial brasileiro nos anos 30 e 40. A pretexto de combater a infiltração comunista, após o fracassado levante de novembro de 1935, o governo Vargas implantou a censura no país. Já em janeiro do ano seguinte foi instalada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, responsável pela prisão de intelectuais brasileiros.<sup>40</sup> Até a criação do Tribunal de Segurança Nacional, em setembro de 1936, as atenções das autoridades governamentais estavam prioritariamente voltadas para a censura à imprensa. Jornais e revistas eram meios de comunicação de massa muito mais "perigosos" do que os livros, cuja penetração era ainda muito reduzida, e por esse motivo foram censurados em primeiro lugar. Mas essa prioridade na aplicação da censura não poupou por muito tempo os editores, empenhados no desenvolvimento da ainda incipiente indústria editorial do país.

A censura implantada em 1935 e reforçada com a instauração do regime ditatorial de 1937 perduraria até os últimos anos do Estado Novo. Contudo, com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, o regime autoritário começou a perder a força, ocorrendo um conseqüente abrandamento da censura. Jorge Amado, por exemplo, que fora vítima da repressão estadonovista, conseguiu ver publicado no Brasil, pela Livraria Martins Editora, alguns meses antes da deposição do presidente Vargas em 1945, seu livro O Cavaleiro da Esperança, biografia romanceada do líder comunista Luís Carlos Prestes. A obra, desde 1942, estava publicada na Argentina.

Com relação à produtividade das editoras comerciais, Hallewell informa que dos 622 títulos publicados em 1940, menos de 5% eram de editoras localizadas fora dos três maiores centros editoriais do país - São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em primeiro lugar, com 79 títulos, encontrava-se a paulista Companhia Editora Nacional, líder do livro didático, seguida da também paulista e também forte editora de livros didáticos Melhoramentos, com 36 títulos. O terceiro e quarto lugares cabiam à carioca José Olympio (32 títulos) e à gaúcha Globo (31 títulos). Conforme já mencionamos, a Editora Globo especializara-se em tradução de literatura estrangeira, e a José Olympio em literatura brasileira contemporânea. Dando seqüência ao levantamento de Hallewell, vamos encontrar as editoras Pongetti, Briguiet, Empresa Editora Brasileira, Francisco Alves, Freitas Bastos, Saraiva, Vecchi, Civilização Brasileira (na época, um braço da Companhia Editora Nacional) e Martins. As demais não ultrapassavam seis títulos

---

<sup>40</sup> Sobre este assunto, ver: CAMPOS, Reinaldo P. de - Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro, Achiamé, 1972.

publicados.<sup>41</sup>

Numa avaliação mais ampla, Miceli apresenta a produção editorial brasileira entre os anos de 1938 e 1943 considerando o número de títulos publicados em cada uma das onze rubricas mais editadas no país - ficção, didáticos, direito, variedades, infantis, história, biográfico, medicina, literatura, poesia e religião. A Companhia Editora Nacional, a Editora Globo e a Livraria José Olympio detinham os primeiros lugares. Tanto a Editora Nacional quanto a Globo caracterizavam-se "pela dispersão relativamente ampla de seus investimentos, (...) somente estando ausentes das cinco primeiras posições nas rubricas direito e medicina, (...) reservas de editoras especializadas (Freitas Bastos, Guanabara ...)". A José Olympio, por sua vez, ocupava um dos cinco primeiros postos nas rubricas ficção, história e poesia, estando ausente dos setores de livros didáticos, infantis e de variedades, ou seja, de alguns dos gêneros capazes de contrabalançar as iniciativas editoriais de maiores riscos nesse tipo de mercado. A respeitabilidade intelectual de seus autores, a proximidade geográfica com os "pontos do poder intelectual", como por exemplo a Academia Brasileira de Letras e diversas outras instituições culturais localizadas no Rio de Janeiro, e as relações estabelecidas com o governo central diante do fato de grande número de autores da "casa" participarem do governo, explicariam o grande sucesso da José Olympio tanto do ponto de vista intelectual quanto comercial.<sup>42</sup>

José de Barros Martins, proprietário da Livraria Martins Editora, foi um dos editores e livreiros que necessitaram do apoio do Instituto Nacional do Livro para amainar crises financeiras em seus negócios, conforme veremos adiante. A Livraria Martins era especializada em importação de obras de luxo, principalmente francesas, e de livros técnicos. É fácil concluir que se tratava de uma livraria com reduzida e especializada clientela. Mesmo com todas as dificuldades cambiais advindas da crise internacional do final dos anos 20, a Livraria Martins pôde se estabelecer em 1934 e manter-se no seletivo comércio importador até a guerra. Em 1940 ampliou suas atividades para a edição e publicou seu primeiro título. Novamente a Livraria Martins Editora centrou suas atividades no ramo das obras de luxo. Publicava fundamentalmente traduções de relatos de viajantes que percorreram o Brasil no século passado, obras que exigiam ilustrações e papéis de alto custo.

---

<sup>41</sup> HALLEWELL, op. cit., p.293, nota 12.

<sup>42</sup> MICELI, op. cit., p.218, nota 37.

No campo das relações com o governo, a Martins se caracterizou por não editar obras que pudessem expressar apoio ao regime autoritário. Hallewell afirma que, "para um editor que iniciava seus negócios sob o Estado Novo, o programa de José de Barros Martins talvez fosse notável mais pelo que não continha. A inabalável recusa em publicar o que quer que fosse favorável ao regime, ou à sua filosofia, era tão eficiente para rotulá-lo de subversivo quanto teria sido a publicação de material contrário ao regime". Ao contrário de outros editores, Martins nunca sofreu intervenção direta do governo em seus negócios, sendo, entretanto, "continuamente molestado de maneira indireta".<sup>43</sup> Mas a verdade é que suas relações com o governo foram difíceis desde a instauração do Estado Novo. Em 1941 decidiu publicar Jorge Amado e viu toda a edição apreendida. Após convencer os censores de que se tratava de pura obra de crítica literária, conseguiu liberar *O ABC de Castro Alves* mediante acordo que proibia a veiculação de qualquer tipo de divulgação. No ano seguinte Martins projetou lançar uma grande coleção de literatura estrangeira, mas as dificuldades impostas pelo governo, a pretexto da guerra, para a importação de papel, frustraram os planos do editor.<sup>44</sup>

### **INL: um cliente em potencial**

No Brasil dos anos 40, quando a tiragem média das edições não excedia mil exemplares, o Instituto Nacional do Livro significou, para alguns autores, editores e livreiros, a solução de suas agruras. Com o programa desenvolvido pela Seção das Bibliotecas, que incluía a doação às bibliotecas de obras editadas pelo Instituto e obras adquiridas de outros editores, o INL passou a ser um grande cliente, capaz mesmo de sanear as finanças de muitos editores e livreiros.<sup>45</sup>

A pesquisa nos documentos do arquivo privado de Augusto Meyer mostra várias situações em que os "préstimos" do Instituto foram solicitados. Assim o escritor Orígenes Lessa, que em 1941 era diretor da revista *Planalto*, da qual o INL adquiriu centenas de exemplares para distribuição às bibliotecas registradas, oferecia para

<sup>43</sup> HALLEWELL, op. cit., p.417, nota 12.

<sup>44</sup> Ibid., p.419.

<sup>45</sup> A coleção *Brasiliana*, editada desde 1931 pela Companhia Editora Nacional, só não foi interrompida no período de 1945 a 1960 graças ao "subsídio direto do governo federal, através da compra de 500 exemplares pelo INL" (Hallewell, op. cit., p.303, nota 12).

aquisição, na mesma época da venda das revistas, seu romance *O feijão e o sonho*.<sup>46</sup> Aurélio Buarque de Holanda, secretário da *Revista do Brasil*, propunha a Augusto Meyer a compra de mais trezentas assinaturas do periódico, alegando que o INL não poderia privar as bibliotecas do país, ainda que somente trezentas delas pudessem ser contempladas, do "mais importante periódico de cultura editado no Brasil".<sup>47</sup> José de Barros Martins, proprietário da Livraria e Editora Martins, apelava a Augusto Meyer, em 1942, para que adquirisse algumas edições a fim de "socorrer" a editora, que se encontrava naquele momento em dificuldades financeiras. Em 1949, Martins ratificava a ainda difícil situação do mercado editorial e agradecia a "boa vontade" de Augusto Meyer para com a sua livraria e editora.<sup>48</sup>

Lamentavelmente, não dispõe o arquivo de Augusto Meyer de dados que nos permitam concluir sobre o teor das respostas às solicitações. A inexistência de um arquivo do INL relativo ao período de nosso interesse impossibilita-nos igualmente acompanhar o desfecho dos pedidos encaminhados, pois não temos como conhecer os títulos adquiridos pelo Instituto para distribuição às bibliotecas registradas. Dispomos, sim, dos títulos editados pelo INL, e isso nos permite checar se as sugestões e solicitações de publicação foram ou não aceitas. Em verdade, não encontramos publicada nenhuma das obras indicadas por pessoas estranhas ao Instituto.

Consultado sobre a possibilidade de aceitar os originais de um livro que havia sido encaminhado ao presidente Vargas para publicação pelo INL, Augusto Meyer respondeu negativamente, respaldando-se nos objetivos da Seção das Publicações: "a organização de

---

<sup>46</sup> Arquivo Augusto Meyer, série CP, correspondência 122 (Fundação Casa de Rui Barbosa/Centro de Literatura Brasileira). Muitos foram os periódicos que durante o Estado Novo dedicaram-se a fazer propaganda do regime autoritário. Mônica Velloso arrola Planalto entre esses periódicos, juntamente com *Cultura Política*, *Ciência Política*, *Estudos e Conferências*, *Dos Jornais*, *Brasil Novo*, entre outros (VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982 p.73).

<sup>47</sup> Arquivo Gustavo Meyer, série CP, correspondência 103 (Fundação Casa de Rui Barbosa/Centro de Literatura Brasileira). A *Revista do Brasil* foi criada em 1916 por Júlio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Sérgio Miceli refere-se ao periódico como "um bem destinado à circulação mercantil" (Miceli, 1978, p.72) pois unia a produção literária de intelectuais de diversas correntes de pensamento, como Oliveira Viana, Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo, de um lado, e Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade, de outro. Para Miceli a *Revista do Brasil* teve um papel importante na comercialização e distribuição editorial do país devido às suas grandes tiragens e à sua forte penetração fora do eixo Rio-São Paulo.

<sup>48</sup> Arquivo Augusto Meyer, série CP, correspondência 127 (Fundação Casa de Rui Barbosa/Centro de Literatura Brasileira).

uma coleção, abrangendo trabalhos antigos e raros, em português; a publicação de uma série padrão de obras completas dos maiores escritores brasileiros de todas as épocas; a tradução de obras de viajantes estrangeiros ilustres, particularmente as de interesse para o estudo da história, da geografia, da etnografia, da botânica e zoologia do Brasil". Com base nesse programa, argumentava Augusto Meyer ser uma contingência a limitação de publicações decorrentes de propostas particulares, vendo-se o Instituto obrigado a adotar um rigoroso critério seletivo.<sup>49</sup>

A Seção das Publicações manteve sempre um grande entrosamento com as demais seções do INL. Além de implementar um plano de publicações em consonância com seus objetivos específicos, atuou em conjunto com as outras seções que precisavam ter publicadas algumas obras, como fonte de apoio às atividades que desenvolviam. Atendendo às necessidades da Seção das Bibliotecas, foram assim publicados vários títulos de procedimentos técnicos para a área de biblioteconomia, com o fim de habilitar o pessoal envolvido com as bibliotecas sob o controle do Instituto.<sup>50</sup>

Diante das dificuldades enfrentadas para a imediata realização da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário da Língua Nacional*, optou-se por ir publicando obras consideradas essenciais ao desenvolvimento do projeto, ou seja, obras que subsidiassem os estudos para a sua concretização. Com esse propósito foi decidida, por exemplo, a publicação de obras assinadas pelo Padre Augusto Magne, com estudos críticos de textos medievais e dois dicionários das línguas portuguesa e latina. Apesar do aval e do empenho pessoal de Capanema em sua publicação, as obras do Padre Magne só seriam editadas em 1950 e 1952. Este é um exemplo da lentidão com que os projetos eram concretizados no Instituto Nacional do Livro.

Ao comentar esse fato, Hallewell registra que naquela mesma época o Departamento Nacional do Café desenvolvia um programa editorial bastante ativo, tendo

<sup>49</sup> Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República, lata 107, carta de Augusto Meyer para Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministério da Educação.

<sup>50</sup> A lista de títulos é a seguinte:

- Instruções para a organização das bibliotecas municipais. 1940. 122p.
- Instruções para o uso da ficha impressa. 1943. 13p.
- SOUSA, J.S. *Sistemas de classificação bibliográfica*. 1943. 163p.
- DIAS, A.D. & COSME, L. *Compêndio de classificação decimal e índice alfabético*. 1944. 209p.
- FERRAZ, V. *Relação de cabeçalhos de assuntos para fichas*. 1944. 233p.
- FIGUEIREDO, A. S.R. *Como organizar o catálogo-dicionário*. 1950, 47p. Esta obra consta do plano de trabalho de 1945 como pronta para publicação.

publicado A história do café, de Afonso Taunay, em 15 volumes, no período de 1939 a 1943. Dizia-se que enquanto o Departamento Nacional do Café publicava livros, o Instituto Nacional do Livro bebia café...<sup>51</sup>

Como vimos, as duas seções do Instituto Nacional do Livro estudadas neste capítulo apresentaram resultados desalentadores, com planos de ação muito mais audaciosos do que os resultados alcançados. Dificuldades de ordem financeira e de pessoal qualificado foram uma constante do INL em seus primeiros anos de atividade.

---

<sup>51</sup> HALLEWELL, op. cit., p.331, nota 12.

### CAPÍTULO 3

#### LIVRO, BIBLIOTECAS E DIFUSÃO DA CULTURA

O objetivo da terceira seção do INL, a Seção das Bibliotecas, que teve seus trabalhos coordenados pelo próprio diretor do Instituto, Augusto Meyer, era incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Mas a proposta inicial dos idealizadores do programa de propagação cultural através da instalação de bibliotecas públicas em todos os municípios do país logo se mostraria de difícil execução. Tratava-se de gerenciar um empreendimento de grandes proporções num país pobre, de dimensões continentais e com uma herança cultural restrita às elites.

A atuação do INL no âmbito das bibliotecas se pautaria pelo incentivo via doação de obras e prestação de assistência técnica. As obras doadas eram de edições do próprio Instituto ou edições adquiridas no mercado livreiro. No que se refere à prestação de assistência técnica, de início o Instituto limitou-se a incluir a publicação de obras biblioteconômicas na programação da Seção das Publicações, como forma de suprir a carência bibliográfica existente na área. Uma efetiva assistência técnica, capaz de colaborar para a formação de um quadro de profissionais habilitados para exercer as atividades exigidas ao bom andamento de uma biblioteca, só foi implantada a partir de 1949.

Entretanto, a preocupação dos poderes públicos com a formação do profissional de biblioteca, que teve início com a criação do primeiro curso de biblioteconomia em 1933, foi reforçada com a presença de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde. Foi ainda durante sua gestão que o primeiro e único curso de biblioteconomia existente no país foi transformado em curso de nível superior, através do Decreto-Lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944. No momento em que o Ministério da Educação preparava a estrutura desse novo curso universitário, Capanema foi convidado a proferir uma palestra no Departamento de Administração do Serviço Público - DASP - sobre a relação entre biblioteca e educação. Nessa palestra Capanema viajou pela história das bibliotecas, ressaltando a função cultural dessa instituição desde os tempos em que

apenas uns poucos privilegiados tinham acesso aos livros até os dias modernos, quando a mecanização da indústria livreira transformou a biblioteca em um verdadeiro instrumento da educação. Para ele, a criação do curso universitário de biblioteconomia era fundamental: "para que a biblioteca seja realmente um instrumento de cultura, um aparelho essencial da educação, é preciso que exista o bibliotecário (...); portanto, o ponto capital de um programa educacional que olha a biblioteca como instrumento de educação é a formação de grandes equipes de bons bibliotecários".<sup>1</sup>

A transmissão da cultura, na visão de Capanema, passava pelas bibliotecas tanto quanto pelas escolas. As bibliotecas de livre acesso eram instituições de grande importância no processo educacional pelo fato de se dirigirem para a população como um todo e transmitirem conhecimento de modo mais abrangente e livre do que as instituições formais de educação. Para Capanema, a biblioteca deveria ser um centro de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação, enfim, um centro de cultura.

### **A Seção das Bibliotecas**

Conhecer a realidade das bibliotecas brasileiras era imprescindível para que o Instituto Nacional do Livro pudesse direcionar sua ação. Não havia, contudo, como não há ainda hoje, dados precisos com relação ao número de bibliotecas existentes no país até a década de 1940. Observando-se os anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos compreendidos entre 1938 e 1945, período de nosso interesse, é muito difícil se chegar a alguma conclusão. Os critérios metodológicos estabelecidos pelo IBGE variavam freqüentemente, tornando quase impossível estabelecer qualquer tipo de análise comparativa. O próprio IBGE alerta para este tipo de problema, que faz, por exemplo, com que o número de bibliotecas computadas no país em determinado ano seja inferior ao ano anterior e expressivamente superior ao ano seguinte. Em alguns anos não foram computadas as bibliotecas escolares, em outros somente foram excluídas as escolares primárias, tendo sido mantidas as escolares secundárias, o que altera consideravelmente os resultados obtidos. Em outros momentos, ainda, o IBGE arrola exclusivamente os dados referentes às capitais. Como

---

<sup>1</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc.15 (FGV/CPDOC).

último fator complicador temos o fato de que o IBGE somente recenseava as bibliotecas que possuíam acervos com, no mínimo, 300 obras.

Diante destas dificuldades optamos por trabalhar com os dados fornecidos pelo próprio INL em relatório que resume as atividades da Seção das Bibliotecas até setembro de 1945.<sup>2</sup> O INL afirmava que em 1938 existiam 2.088 bibliotecas no país, independentemente do tamanho dos acervos. Essa afirmação baseava-se em estatísticas elaboradas pelo Departamento Nacional de Estatística do Ministério do Trabalho e pela Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde. Vale ressaltar que este último órgão serviu de fonte ao IBGE na elaboração de vários anuários.

De acordo com o documento do INL, em 1938 foram remetidos questionários a todas as bibliotecas do país, indagando sobre condições de acervo, instalações físicas, recursos financeiros e recursos humanos e solicitando outras informações que subsidiassem a ação futura do Instituto. O percentual de retorno dos questionários, que ainda segundo o relatório foi de apenas 10%, obrigou o Instituto a repetir a operação no ano seguinte. Com as respostas que ia recebendo, a Seção das Bibliotecas iniciou o registro das bibliotecas brasileiras, para efeito de doação de obras e prestação de assistência técnica. O número de bibliotecas registradas até agosto de 1945, segundo o relatório, foi de 3.035, mas este total é ligeiramente diferente do que encontramos após levantamento que será descrito no capítulo seguinte.

Rememorando o início da atividade de registro das bibliotecas, Augusto Meyer afirma no citado relatório que "ia crescendo o interesse espontâneo das bibliotecas pelo registro diante das vantagens oferecidas. Hoje, bem conhecido o Instituto, a questão do registro tornou-se uma rotina, sendo uma mera questão de atender aos numerosos pedidos procedentes de todos os pontos do país".

O registro das bibliotecas vinha preencher um dos objetivos traçados para a Seção das Bibliotecas do INL: auxiliar na manutenção das instituições existentes. Quanto à constituição de novas bibliotecas, o INL limitava-se a incentivar as prefeituras para que constituíssem, pelo menos, uma biblioteca municipal. O Instituto não dispunha de nenhum instrumento que as obrigasse a fazê-lo, da mesma forma que não podia oferecer auxílio financeiro, exceto pela via da doação de obras. Tratava-se, em verdade, de um

---

<sup>2</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc.22 (FGV/CPDOC).

grande trabalho de convencimento, como bem frisou Augusto Meyer em entrevista concedida em 1955.<sup>3</sup> Relembrando as dificuldades iniciais, afirma ele que "a princípio, a instalação de bibliotecas pelo interior teve que vencer obstáculos. Além da inexistência de uma política nacional de descentralização e apoio aos municípios e da falta de continuidade administrativa, havia, também, a longa distância a vencer (...). Diante disso, empenhou-se o INL numa campanha doutrinária no sentido de propiciar a municípios e autoridades a indispensável consciência bibliotecária, isto é, a justa compreensão do papel da biblioteca pública moderna no grupo social".

Ao se dirigir aos prefeitos, o INL encaminhava uma "sugestão de decreto regulando o funcionamento de uma biblioteca municipal",<sup>4</sup> onde eram arroladas recomendações quanto à finalidade da instituição, sua localização física, constituição do acervo, formas de subvenção, cargos funcionais e competência das chefias. Destacava-se ainda o caráter popular que deveria ter a nova instituição e, finalmente, definiam-se os níveis de contrapartida do Instituto. No tocante ao caráter popular, enfatizava-se que a biblioteca deveria direcionar sua ação sempre no sentido de atrair um número cada vez maior de usuários, e que a esses usuários seria dado livre acesso às estantes. O livre acesso às estantes é, até os dias de hoje, um dos pontos mais importantes para a democratização do acesso à informação. A possibilidade de folhear uma obra sem a interferência de qualquer pessoa propicia uma intimidade entre o usuário e o acervo que só enriquece a relação que se pretende amigável. O simples ato de poder folhear um livro é tão relevante que a própria ciência da informação encarregou-se de estudar o que no idioma inglês chamamos de *browse*. O livre acesso às estantes era uma concepção inovadora para os anos de constituição do INL, e mais tarde, com a criação da Unesco, em 1946, seria preconizado como condição essencial imposta a toda biblioteca pública.

O registro das bibliotecas brasileiras no INL surgiu com a necessidade de se conhecer a real situação em que se encontravam as bibliotecas do país, principalmente as do interior, que via de regra defrontavam-se com maiores dificuldades de sobrevivência. Tratava-se de um cadastramento. Mas o projeto elaborado por Augusto Meyer visando atingir os objetivos traçados no decreto-lei de criação do Instituto não limitava a ação do INL ao registro. Tanto o registro quanto o incentivo à criação de bibliotecas municipais deveriam seguir até que o Instituto pudesse implantar seu plano de criação de bibliotecas

---

<sup>3</sup> Jornal A Noite, Rio de Janeiro, 1955. Arquivo Augusto Meyer, série recortes de jornais (Fundação Casa de Rui Barbosa/Centro de Literatura Brasileira).

<sup>4</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta V doc.4 (FGV/CPDOC).

regionais, muito mais abrangente do que a simples existência de numerosas instituições trabalhando isoladamente.

### **Bibliotecas populares no Rio de Janeiro- um estudo-piloto**

A carência de conhecimento sobre a estrutura, o funcionamento e as necessidades das bibliotecas brasileiras levou Augusto Meyer a formular inicialmente um projeto de criação de bibliotecas populares na cidade do Rio de Janeiro que pudesse servir de orientação para as ações futuras do INL. Este projeto foi apresentado ao ministro Capanema logo nos primeiros meses de 1939, antes mesmo da efetiva instalação das seções do INL. A idéia era que esse grupo de bibliotecas pudesse servir como estudo-piloto, capaz de expressar os problemas e peculiaridades das bibliotecas populares, já que a experiência não poderia se estender por todo o país. Em verdade, tratava-se da criação de bibliotecas de bairro que, na concepção de Augusto Meyer, teriam similaridades com as localizadas em cidades do interior do país e por isso mesmo permitiriam ao INL "sondar, nas camadas populares, o grau de iniciativa e a capacidade organizadora".<sup>5</sup>

A proposta visava um controle efetivo sobre as bibliotecas, que deveriam preencher as exigências do Instituto para continuar merecedoras do registro. As exigências eram:

- mínimo de cinquenta associados dispostos a contribuir mensalmente com quantia estipulada pelo Instituto;
- repasse da verba destinada à aquisição para que o Instituto a realizasse, sendo permitida a indicação dos títulos;
- a escolha do nome a ser dado à biblioteca seria feita de comum acordo com o Instituto;
- aceitação de inspeção periódica para verificação por parte do Instituto;
- aceitação do sistema de permuta das obras doadas pelo Instituto com as outras bibliotecas do grupo.

---

<sup>5</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta II doc.14 (FGV/CPDOC).

Em contrapartida, o INL oferecia:

- orientação técnica;
- material de consumo;
- doação de obras, escolhidas pelo Instituto, no mesmo valor das adquiridas com verba própria (esta última cláusula pautava-se na orientação que a Comissão Protetora das Bibliotecas Populares da Argentina imprimia ao seu sistema de bibliotecas).

Apesar de todas as justificativas apresentadas por Augusto Meyer para a realização do projeto, até fins de 1945 não consta de nenhum relatório de atividades do Instituto que isso tivesse ocorrido. Por outro lado, quase que concomitantemente à apresentação da proposta para o Rio de Janeiro, em meados de 1939, o INL elaborou um novo plano, desta vez de âmbito nacional.

### **Bibliotecas populares regionais - um projeto de rede**

A Argentina, assim como os Estados Unidos e vários países da Europa, desde o século passado havia implantado um sistema de difusão cultural via bibliotecas. A experiência argentina deveria ser analisada acuradamente pois, para Augusto Meyer, Argentina e Brasil tinham muito em comum. Segundo suas palavras, "o exemplo argentino é para nós precioso, tanto pelo que produziu de útil, quanto pelo que revelou de insuficiência".<sup>6</sup>

Através da lei promulgada por Sarmiento em 1870, foi assegurado o auxílio permanente do governo argentino a todas as bibliotecas que se formassem naquele país, mediante o fornecimento de livros pela Comissão Protetora das Bibliotecas Populares. Como vimos, o decreto-lei de criação do INL estabelecia, para a Seção das Bibliotecas, exatamente o mesmo objetivo da lei argentina - o aumento do número de bibliotecas mediante a doação de livros. Mas o programa argentino havia praticamente sucumbido quando o Brasil iniciava o seu. Na avaliação do diretor do INL, o insucesso argentino,

---

<sup>6</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30A (FGV/CPDOC).

mais de meio século após a promulgação da lei, fora motivado, ainda que não exclusivamente, pela estagnação dos acervos. Sem um sistema que propiciasse uma rotatividade dos acervos das instituições e sem recursos financeiros suficientes para atender a todos de forma ideal, o programa argentino entrou em colapso após ter promovido a criação de aproximadamente mil e quinhentas bibliotecas.<sup>7</sup>

O modelo a ser adotado no Brasil para a criação e desenvolvimento de bibliotecas deveria portanto conciliar quantidade com qualidade. Augusto Meyer tinha a firme convicção de que a qualidade do acervo colocado à disposição do público, bem como a formação de mão-de-obra especializada e a expansão do número de bibliotecários formados, eram fatores que, se menosprezados, poderiam levar qualquer programa ao insucesso. O Rio de Janeiro era porém o único pólo irradiador das modernas técnicas biblioteconômicas, com o curso da Biblioteca Nacional. Devido às extensas dimensões do país, seria muito oneroso e pouco viável a vinda constante de técnicos para se qualificarem e/ou se reciclarem. A saída teria que ser um processo de disseminação de conhecimentos técnicos mais eficaz, e isso, para Augusto Meyer, seria feito através do modelo que propunha, de implantação de bibliotecas regionais. O registro de instituições para efeito de doação de livros e a tentativa de criação de bibliotecas municipais seriam uma atividade inicial do INL, até que o sistema de bibliotecas regionais fosse implantado.

Desta vez Meyer foi buscar respaldo num modelo europeu - o da Suíça. O poeta que sempre demonstrara domínio da realidade brasileira, não só em sua literatura mas também em sua gestão administrativa, desta feita deixou-se encantar por um modelo que dificilmente se adequaria aos contornos brasileiros. O plano que pretendia buscar uma solução para os problemas de formação de mão-de-obra especializada minimizava todos os outros problemas inerentes a um país pobre, de dimensões continentais e com meios de comunicação precários, como era o caso do Brasil nos anos 40. O que ocorreu foi que Augusto Meyer colocou-se à frente de seu tempo. Em verdade, o que ele idealizou foi a implantação de uma *rede de bibliotecas* no Brasil, ainda que este conceito não aparecesse de modo explícito em seu projeto. É o que veremos a seguir.

Segundo o plano de Augusto Meyer, entre 1940 e 1946 deveriam ser criadas e dirigidas pelo governo federal sete bibliotecas centrais de região distribuídas de acordo

---

<sup>7</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30A (FGV/CPDOC).

com o quadro abaixo:

Quadro 1. Cronograma de implantação e abrangência das bibliotecas centrais de região.

ANO	LOCALIZAÇÃO	ABRANGÊNCIA*
1940	Recife	Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará
1941	Salvador	Bahia, Sergipe, Alagoas, parte de Goiás
1942	Belém	Amazonas, Pará, Maranhão, Acre
1943	Belo Horizonte	Minas Gerais e parte de Goiás
1944	São Paulo	São Paulo e Mato Grosso
1945	Rio de Janeiro	Estado do Rio, Distrito Federal e Espírito Santo
1946	Porto Alegre	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

\* O estado do Piauí não consta do projeto. Certamente integraria o grupo coordenado por Belém.

Qualquer biblioteca poderia se tornar uma filiada das centrais, desde que permitisse livre acesso a seu acervo. Poderiam se filiar bibliotecas de associações, sindicatos, escolas etc., mas seriam as bibliotecas municipais as que maior atenção receberiam, tanto do ponto de vista da constituição de acervo, quanto da prestação de assistência técnica. A doação de obras daria lugar ao empréstimo e ao rodízio. O INL, na qualidade de coordenador-geral, proveria as bibliotecas centrais do acervo necessário e coordenaria o sistema de intercâmbio entre elas, que, por sua vez, administrariam o empréstimo para as filiadas. A prática de intercâmbio era reconhecida por Meyer como de suma importância para o sucesso do empreendimento, uma vez que manteria as coleções renovadas, além de reduzir os custos com duplicação de acervo. Estimava-se que ao final de cinco anos o programa movimentaria um acervo de 1.300.000 volumes. Todos os elementos deste programa adotariam um padrão comum para o tratamento técnico, sob a orientação do INL, que se encarregaria da elaboração de um catálogo coletivo das obras do acervo.

Como forma de incentivar o crescimento dos acervos das filiadas, ser-lhes-iam

repassadas obras em volume nunca superior à metade das obras por elas adquiridas. Ainda com relação à constituição do acervo das bibliotecas centrais, afirmava-se que, levando em consideração os altos índices de analfabetismo do Brasil naqueles anos, a pouca propaganda para incutir na população o hábito da leitura, e a economia resultante da adoção da permuta inter-bibliotecas, seria razoável estimar-se uma média de um volume para cada doze habitantes. As proporções americana e argentina eram, respectivamente, de quatro livros para um habitante e um livro para três habitantes.

Outra novidade que o projeto apresentava referia-se à implantação de serviços volantes de biblioteca. Augusto Meyer chegava a admitir que "esta [seria], talvez, a mais importante finalidade da biblioteca regional".<sup>8</sup> É certo que com o tempo haveria uma tendência natural de os volantes transformarem-se em bibliotecas fixas e filiadas às centrais.

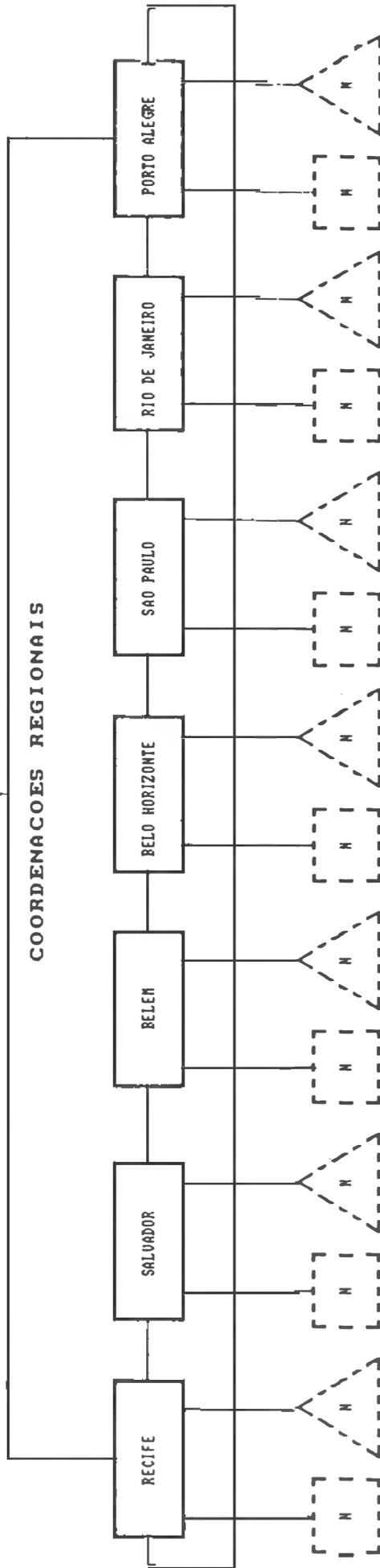
Para que este trabalho cooperativo fosse possível, todos os seus integrantes teriam direitos e obrigações uns com os outros. Em suma, competia às bibliotecas centrais:

- promover o empréstimo de acervo entre as filiadas;
- coordenar o empréstimo domiciliar na central;
- promover a permuta de acervo entre filiadas de regiões distintas;
- elaborar e distribuir instrumentos de consulta destinados a orientar os usuários das filiadas;
- propiciar estágios visando a qualificação do corpo técnico das filiadas.

O perfil do programa que se pretendia implantar no país pode ser visto na figura a seguir:

---

<sup>8</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30A (FGV/CPDOC).



### Quando a prática é outra

No relatório das atividades do INL de 1940, Augusto Meyer apresentava o projeto de bibliotecas centrais de região por ele elaborado como meta de trabalho para o quinquênio 1940-1945. Entretanto, esclarecia que, tendo em vista os altos custos de sua implantação, o INL havia optado naquele momento por estimular a criação de bibliotecas municipais e o registro de todas as bibliotecas do país interessadas no apoio oferecido pelo Instituto.<sup>9</sup>No tocante à consulta feita aos prefeitos sobre a constituição de uma biblioteca municipal em suas cidades, alguns haviam acatado de pronto "tão valiosa sugestão"; outros julgavam que o município que governavam não estava preparado culturalmente para receber uma biblioteca pública. Outros, ainda, viam na biblioteca pública municipal um caminho que "pode ajudar grandemente as autoridades na solução do problema da nacionalização das colônias estrangeiras". Finalmente, estava presente em várias respostas recebidas pelo INL a menção às dificuldades financeiras e técnicas com as quais se defrontavam as instituições.<sup>10</sup>

O que efetivamente vigorou foi o registro das bibliotecas. O tempo passou, e em nenhum outro relatório apresentado ao ministro Capanema foi feita menção ao projeto não implantado das bibliotecas regionais. É como se ele nunca tivesse sido elaborado. Nenhuma justificativa é apresentada para seu adiamento, ou mesmo seu abandono, além da inicial, de ordem financeira. Fica um vazio no ar, já que a cobrança de maiores recursos financeiros para outros projetos aparece com alguma frequência, tanto na apresentação de planos futuros como em relatórios de atividades. Talvez o INL, ou o próprio Ministério da Educação e Saúde, tenha percebido o quão difícil seria a concretização de um projeto de *rede nacional de bibliotecas* num gigante pobre como o Brasil. Evidentemente, não estamos pensando em *rede* com os mesmos atributos que os americanos julgam atualmente fundamentais, como a utilização de sistemas automatizados de informação. Todavia, revendo a literatura sobre o assunto, vamos encontrar vários atributos inerentes às redes de informações que vão corroborar o nosso ponto de vista de que o projeto concebido por Augusto Meyer era efetivamente um projeto de *rede nacional de bibliotecas públicas*.

---

<sup>9</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 34.09.07/1 pasta III doc.17 (FGV/CPDOC).

<sup>10</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta II doc.13 (FGV/CPDOC).

Atherton<sup>11</sup> afirmava, já em 1971, que o emprego do conceito de rede para apoiar serviços de informação não era uma idéia nova. O que lhe parecia novo era o crescimento do interesse por parte dos gestores da informação nesse tipo de trabalho cooperativo. Silva,<sup>12</sup> em artigo sobre o compartilhamento de recursos e o papel das redes de informação, vê as atividades de cooperação bibliotecária como a melhor maneira de garantir a sobrevivência destas instituições. Ainda na concepção de Silva, a catalogação cooperativa, a elaboração de catálogos coletivos e a prática de aquisição planejada são atividades essenciais de uma rede - lembre-se que o projeto de bibliotecas centrais de região previa uma ação integrada na realização dessas atividades. O compartilhamento de recursos, em busca da racionalização dos serviços, tendo como objetivo um melhor atendimento ao usuário, é a viga mestra de toda a concepção de rede. As redes são essencialmente um meio pelo qual uma biblioteca ou um serviço de informação pode ter acesso sistemático aos recursos de outras unidades, propiciando com isso benefícios para seus próprios usuários. Sloan, citado por Olson,<sup>13</sup> sugere que seria interessante entender-se as redes como um mecanismo de troca no qual os participantes visam obter benefícios em troca dos recursos investidos. Nesta mesma linha de pensamento se coloca Weinstock,<sup>14</sup> sintetizando o conceito de rede como uma estrutura de interrelação estabelecida com o propósito de melhorar para o usuário o acesso às fontes de informação racionalizando esforços.

É certo que nos dias atuais não há mais espaço para se pensar em redes sem a imediata associação a sistemas informatizados, capazes de atuar em todas as etapas do fluxo informacional, pois o volume de dados cresce em ritmo acelerado e a necessidade de resposta imediata é cada vez maior. Mas o que pretendemos com esta breve recapitulação do conceito de *rede* é demonstrar que o projeto idealizado por Augusto Meyer para disseminar por todo o Brasil pólos irradiadores de cultura, via bibliotecas públicas, continha em sua concepção a essência desse conceito, já que a idéia era implantar uma estrutura capaz de atuar cooperativamente, na qual o compartilhamento das disponibilidades seria coordenado pelo Instituto Nacional do Livro.

---

<sup>11</sup> ATHERTON, Pauline. Organizational units of information systems and services. In: \_\_\_\_\_. Handbook for information systems and services. Paris, UNESCO, 1977. p.85-108.

<sup>12</sup> SILVA, Edna Lúcia da. Compartilhamento de recursos e papel das redes de informação. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, 14 (2): 209-225, jul./dez. 1986.

<sup>13</sup> OLSON, Edwin E.; SHANK, Russel; OLSEN, Harold A. Library and information networks. Annual Review of Information Science and Technology, Washington, D.C., v.7, p.279-321, 1972.

<sup>14</sup> WEINSTOCK, M. Network concepts in scientific and technical libraries, Special Libraries, Washington, D.C., v.58, 1967, p.329-34.

Na medida em que este projeto foi abandonado, o registro das bibliotecas, que até o final de 1939 era feito com o intuito de dotar o INL de dados informativos sobre a situação geral das bibliotecas brasileiras, passou a ser a principal meta de trabalho do INL. "É preciso que as bibliotecas que se vão criando em nosso país não sejam apenas lugares onde se guardam livros. Temos que transformar esta reunião de livros em uma reunião de leitores (...) e para esse fim, estamos fazendo o registro dessas bibliotecas, a fim de conhecê-las, medir a sua força e para poder proporcionar os recursos disponíveis."<sup>15</sup> Com essas palavras o ministro Capanema procurava justificar a importância do trabalho de registro que o INL vinha realizando.

Apesar da preocupação do ministro Capanema no sentido de que as bibliotecas se voltassem para a formação de leitores, levando em conta as características culturais da população às quais serviriam, o trabalho de registro levado a efeito pelo INL, pelo menos até 1945, serviu fundamentalmente para a doação de obras. Como já dissemos, a prestação de assistência técnica *in loco*, uma medida efetivamente capaz de auxiliar na consecução daquele objetivo maior, só teve início em 1949, quando foi criado o Serviço de Assistência Técnica Regional.<sup>16</sup>

### **Quando o caminho é o registro, classificar é preciso**

Se o registro das bibliotecas para a doação de obras acabou por ser a principal atividade do INL no período estudado, compreende-se que a classificação dessas instituições tenha sido uma tarefa primordial. Nem sempre, porém, essa classificação é clara ou unívoca. Logo que iniciamos a pesquisa documental sobre as atividades do INL, deparamo-nos com uma indagação: o que seria, afinal, *biblioteca pública* na concepção do Instituto? Ao longo da pesquisa fomos nos inteirando dos significados desta e de outras expressões utilizadas, e o trabalho foi algo como uma difícil tradução.

---

<sup>15</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc.15 (FGV/CPDOC).

<sup>16</sup> Em entrevista concedida ao jornal *A Noite* (RJ) em 1955, Augusto Meyer referia-se ao Serviço de Assistência Técnica Regional, criado em 1949 com a finalidade de promover a formação profissional do bibliotecário. Segundo o entrevistado, nos seis anos de existência do serviço foram visitadas duas mil instituições em todo o país.

As expressões *biblioteca pública* e *biblioteca franqueada* designavam toda e qualquer biblioteca que permitisse o livre acesso aos usuários, e não necessariamente uma instituição vinculada aos poderes públicos. Por outro lado, sempre que o acesso era restrito a determinado grupo de usuários, as bibliotecas eram classificadas como *privativas*.<sup>17</sup> Como podemos ver, a classificação era definida pela maior ou menor possibilidade de acesso concedido aos usuários pelas instituições, e não por sua dependência hierárquica ou por seu estatuto jurídico. *Particulares* seriam, exclusivamente, as bibliotecas pessoais, e estas não eram objeto de atenção do Instituto,<sup>18</sup> embora, segundo o critério por ele adotado, um acervo particular pessoal pudesse se transformar em público, bastando para isso que seu proprietário franqueasse o acesso ao mesmo.

A partir desta classificação, tanto as *bibliotecas públicas* quanto as *privativas* (por vezes denominadas *privadas*) eram subdivididas em *federais*, *estaduais*, *municipais* e *não oficiais*. As dificuldades impostas por este tipo de classificação serão detalhadas no capítulo dedicado à metodologia da pesquisa.

Além desta difícil classificação, o INL empregava, concomitantemente, o termo *popular*. Quando o decreto-lei de criação do Instituto atribui à Seção das Bibliotecas a função de "incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional" está, em verdade, referindo-se às bibliotecas subordinadas às prefeituras municipais, abertas a toda a população, sem a adoção de acervos especializados. Visando definir o que seriam as bibliotecas públicas mencionadas no decreto-lei, passou o Instituto a referir-se à "criação de bibliotecas públicas municipais de caráter popular, em entendimento com as prefeituras".<sup>19</sup>

A expressão *caráter popular* traduziria a abrangência e a natureza do acervo que a instituição deveria constituir, e o *entendimento com as prefeituras* apontava para a subordinação hierárquica que se pretendia.

---

<sup>17</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc.22 e 36.10.30A pasta IV doc.11 (FGV/CPDOC).

<sup>18</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30A pasta IV doc.11 (FGV/CPDOC).

<sup>19</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc.12 (FGV/CPDOC).

Conforme pudemos observar, *popular* era sinônimo de *destinada a toda a população*, com um acervo igualmente amplo quanto à abrangência das áreas do conhecimento. Em algumas ocasiões aparece ainda a classificação *semi-pública* como sinônimo de *franqueada*. Em um mesmo momento usam-se as duas expressões para exprimir o mesmo conceito.<sup>20</sup>

A indefinição terminológica presente no processo de classificação para o registro das bibliotecas interessadas em receber as doações do INL era tão flagrante que o próprio Instituto buscou uma nova classificação, tornada pública com a edição do *Guia das bibliotecas brasileiras* de 1955. Todavia, esta nova classificação continuava tão frágil em estruturação quanto a anterior. Alguns exemplos são capazes de revelar esta inconsistência. Desaparece a categoria das bibliotecas *públicas federais* e passam a existir outras, como as bibliotecas *escolar primária*, *escolar secundária*, *escolar especial*, além da *escolar e popular*.<sup>21</sup> Como se pode observar, trata-se de uma classificação muito abrangente, sem uma equivalente consistência conceitual. Um exemplo prático dos equívocos provocados por esta inconsistência é a classificação atribuída à Biblioteca da Escola Superior de Guerra, que foi considerada *escolar especial*.

O relatório encaminhado ao ministro Capanema em fevereiro de 1941 sobre o "movimento do Instituto Nacional do Livro em prol da constituição e reorganização de bibliotecas populares em todos os municípios do Brasil" tratava, em verdade, das bibliotecas públicas municipais.<sup>22</sup> Por outro lado, seis meses após a apresentação desse relatório, em julho de 1941, Augusto Meyer referia-se às "bibliotecas escolares transformadas em populares" e às "bibliotecas públicas municipais de caráter popular". Estes registros nos levam a crer na possibilidade de uma biblioteca escolar ser

<sup>20</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc.12 (FGV/CPDOC).

<sup>21</sup> Vale a pena uma análise da classificação adotada pelo INL após 1945 e apresentada na introdução do *Guia das bibliotecas brasileiras*, 3ª ed., 1955. Frente à necessidade do Instituto de padronizar as doações para as bibliotecas de um mesmo tipo, estabeleceram-se categorias que, segundo o organizador da publicação, Hélio Gomes Machado, visavam orientar de forma consentânea a seleção das obras. Parece-nos bastante difícil que este objetivo pudesse ser satisfatoriamente alcançado adotando-se uma categorização cujos limites se mostravam tão difusos. Excetuando-se as bibliotecas consideradas *privativas*, o Instituto enquadrava as demais nas seguintes categorias: 1. escolar de nível primário; 2. escolar de nível médio (ou secundário); 3. escolar especial; 4. escolar e popular; 5. pública infantil; 6. pública municipal; 7. pública estadual; 8. franqueada; 9. franqueada com seção infantil; 10. franqueada especializada; 11. franqueada católica; 12. franqueada operária; 13. indígena; 14. especial (hospitais, sanatórios, presídios etc.).

<sup>22</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta III doc.5 (FGV/CPDOC).

transformada em pública, bastando para isso que permitisse o livre acesso a toda a população. Levam-nos a crer, ainda, que naquela época a expressão biblioteca *popular*, empregada pelo Instituto, não significava o mesmo que biblioteca *pública municipal* - aquelas "criadas pelos poderes municipais como entidades independentes de qualquer outra instituição (...) para benefício do público".<sup>23</sup>

Ainda em julho de 1941, o IBGE expressava o seu "voto de congratulação com o INL pela campanha que, em plano sistemático e eficiente, vem desenvolvendo, com seguro êxito, em todo o país, no sentido da criação de bibliotecas populares municipais".<sup>24</sup> Finalizando os exemplos que demonstram imprecisão da terminologia empregada pelo Instituto, podemos citar o anteprojeto de decreto-lei enviado por Augusto Meyer a Gustavo Capanema também em julho de 1941. No artigo 12, constava que "as bibliotecas públicas criadas pelas prefeituras sob a orientação do INL serão bibliotecas populares, abertas a todos os munícipes, sem distinção de sexo, de idade ou de profissão".<sup>25</sup>

Após ser classificada, e em função de sua categoria, a biblioteca registrada passava a ter direito a receber as doações do INL, que variavam em volume, periodicidade e natureza das obras. Existiam as remessas *regulares mensais* e as remessas *avulsas*. Recebiam remessas regulares todas as bibliotecas que pudessem ser abertas ao público em geral, fossem elas vinculadas ou não aos poderes públicos. Estas instituições recebiam obras editadas pelo Ministério da Educação e Saúde e obras adquiridas pelo Instituto no mercado livreiro. Já as bibliotecas *privativas* eram aquinhoadas com remessas avulsas somente de obras editadas pelo Ministério, sem que houvesse um comprometimento maior quanto ao volume e a periodicidade das doações.

Para as bibliotecas públicas municipais criadas com o apoio do Instituto, este oferecia uma doação inicial de quarenta obras e doações mensais de quinze volumes no primeiro ano de funcionamento e de oito volumes a partir do segundo ano, totalizando duzentos e vinte obras no primeiro ano e noventa e seis nos anos subseqüentes. Por outro lado, as bibliotecas públicas municipais instaladas antes da ação do INL, ou seja, as anteriores a 1938, não faziam jus à doação inicial de quarenta volumes, uma vez que a finalidade desta era colaborar na constituição inicial do acervo.

---

<sup>23</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta IV doc.12 (FGV/CPDOC).

<sup>24</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta III doc.14 (FGV/CPDOC).

<sup>25</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30 pasta III doc.10 (FGV/CPDOC).

Às denominadas bibliotecas *públicas não-oficiais* cabia a cota de sete obras mensais. Estas quantidades valeram até 1943, quando o Instituto, por questões financeiras, se viu forçado a reduzir o número de obras doadas a cada instituição. Augusto Meyer, em outubro de 1942, justificava a medida afirmando que os registros cresciam em passo acelerado, enquanto as verbas não acompanhavam o mesmo ritmo.<sup>26</sup>

Para continuar merecedora das doações do Instituto, a biblioteca era obrigada a acusar o recebimento das obras mediante a devolução de um formulário que seguia junto com a doação, sem o que ficavam suspensas as remessas.

Conhecedor das limitações técnicas do pessoal alocado nas bibliotecas, o INL enviava, também, junto com cada título doado, a respectiva ficha catalográfica. Com este procedimento o Instituto buscava uma padronização no tratamento técnico empregado nas instituições registradas, ainda que fosse apenas do acervo constituído pelas doações.

Buscamos neste capítulo apresentar e analisar a Seção das Bibliotecas em sua missão de se tornar um canal oficial de difusão da cultura para a população brasileira. Procuramos apresentar, ainda, as ambigüidades estabelecidas pela própria seção nas categorias de classificação das bibliotecas, destacando ainda assim seu papel no desenvolvimento da biblioteconomia no Brasil, numa época em que o domínio das técnicas biblioteconômicas era restrito a uns poucos profissionais. O INL, como órgão do Ministério da Educação, muito fez em prol da ampliação das oportunidades de qualificação profissional para aqueles que se dedicavam às atividades biblioteconômicas no país.

O efetivo desempenho da Seção das Bibliotecas será demonstrado e analisado no capítulo que se segue.

---

<sup>26</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série G, 36.10.30A pasta IV doc.13 (FGV/CPDOC).

## CAPÍTULO 4

### A DOAÇÃO DE LIVROS COMO INCENTIVO ÀS BIBLIOTECAS

Este capítulo é dedicado ao estudo do desempenho do INL no período de 1938 a 1945, no que tange ao registro de bibliotecas e à doação de obras a essas instituições. Para tanto trabalharei com as sucessivas edições do Guia das bibliotecas brasileiras referentes ao período de interesse, preparadas e publicadas pelo próprio INL. São elas:

- Guia das bibliotecas brasileiras (registradas até 31 de março de 1942). 2 ed. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1944.

- Suplemento do guia das bibliotecas brasileiras (registradas entre 1º de abril de 1942 e 31 de março de 1945). Rio de Janeiro, 1946.

- Guia das bibliotecas brasileiras (registradas até 31 de dezembro de 1952). 3 ed. Rio de Janeiro, 1955.

Estas publicações eram preparadas com base no registro das bibliotecas feito pelo INL. Ao solicitar o registro, a instituição fornecia várias informações com relação às instalações físicas, vinculação hierárquica, recursos humanos e financeiros, datas de criação e instalação, volume e natureza do acervo, entre outras. De posse destes dados, o Instituto classificava a instituição solicitante em uma das categorias por ele estabelecidas, passando assim a biblioteca a integrar o cadastro das instituições que deveriam ser contempladas com doações oficiais. Esta sistemática já foi detidamente exposta no capítulo 3. O que interessa, neste momento, é relatar as dificuldades enfrentadas na análise dos dados extraídos das edições do Guia das bibliotecas e expor as soluções encontradas.

#### Os caminhos do método

No momento em que examinei as edições do Guia das bibliotecas, certifiquei-me de que analisar os dados referentes ao período 1938-1945 aí contidos seria uma tarefa

árdua. Diante desta constatação, contratei os serviços de um profissional de informática que, após longas conversas para se inteirar do trabalho, apresentou um programa adequado. Passei então a uma etapa essencial a esta forma de tratamento de dados, qual seja, a padronização das informações que alimentariam o programa. Ocorre que cada uma das três edições do Guia apresentava-se com diversidade de informações. Não utilizei somente a edição que abrangia os registros até 1952 porque nesta os dados apresentavam-se de modo condensado. Esta edição foi utilizada, basicamente, para verificações e para a extração dos dados das instituições registradas entre os meses de abril e outubro de 1945.

Em muitas ocasiões tive que optar entre dois caminhos. Na determinação do número de bibliotecas registradas no período, por exemplo, um dos grandes problemas que se colocaram foram as instituições registradas mais de uma vez. Isto era freqüente sempre que a instituição trocava de nome ou mesmo quando mudava, tão-somente, sua direção. Cruzando os dados, pude eliminar muitas dessas duplicidades, optando sempre pelos dados constantes do registro original. Outro exemplo de questão-problema são as instituições que, tendo sido registradas em determinado ano, não aparecem mais na edição de 1955 do Guia, como se nunca houvessem sido registradas. Mesmo que tenham tido seus registros suspensos, essas bibliotecas foram um dia beneficiadas e, por este motivo, optei por incluir os dados existentes nas edições anteriores, por acreditar que com sua exclusão estaria adulterando a realidade da atuação do INL. Este problema de instituições que mudavam de nome e não comunicavam o fato ao Instituto era sentido pelo próprio INL. Em setembro de 1941 Augusto Meyer dirigia-se ao chefe de gabinete do ministro Capanema, Carlos Drummond de Andrade, para informar que a Biblioteca Eduardo Carlos Pereira, que reclamava por não estar recebendo suas doações regulares, encontrava-se registrada no Instituto com o nome de Biblioteca da Escola Dominical da Igreja Presbiteriana Independente, e que esta não vinha acusando o recebimento das obras doadas, condição para o envio de novas remessas.<sup>1</sup>

Na análise dos dados relativos ao volume do acervo das bibliotecas também fui forçada a fazer opções. Para algumas instituições, por exemplo, o acervo era apresentado globalmente, montando a um número x de obras. Para outras, o acervo era discriminado em x obras, x periódicos, x mapas etc. Supondo que nesses casos a palavra obras tenha sido usada como sinônimo de livros, optei por somar todos os itens para chegar ao volume total do acervo. Outro exemplo: algumas instituições, com o passar dos

---

<sup>1</sup> Arquivo Nacional. Fundo Secretaria da Presidência da República. Série Ministério da Educação e Saúde.

anos, tiveram segundo o Guia seus acervos drasticamente reduzidos. Como intempéries sempre foram uma ameaça para os acervos brasileiros, atribuí o fato a algum acidente ocorrido e optei por manter a primeira informação, referente ao momento do registro.

Poderia continuar a mencionar exemplos semelhantes de problemas, mas, por estar convicta de que seria desnecessário, passarei a relatar outros impasses metodológicos que tive que enfrentar.

A análise da ação do INL em sua atribuição de incentivar a constituição e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional exigia o conhecimento do raio de abrangência desta ação nos estados e regiões do país. Ocorre que a divisão político-geográfica do Brasil foi alterada mais de uma vez entre os anos de 1938 e 1945, inclusive com a criação de vários territórios em 1942 e 1943.<sup>2</sup> Não seria possível proceder ao levantamento das instituições registradas por estados e conseqüentemente por regiões, sem a adoção de um padrão geográfico único para o período. Havia, então, dois problemas a elucidar. O primeiro dizia respeito à existência de novas unidades federativas, e o segundo à delimitação político-geográfica das regiões do país, que sofreu diversas alterações no período em estudo.

Para que se compreenda bem a extensão desses problemas, podemos exemplificar com algumas questões. Em que região computaríamos os dados das instituições mineiras, se em 1938 o estado de Minas Gerais integrava a região Centro-Oeste e em 1940 a região Sudeste? E as instituições que em 1938 pertenciam aos estados do Amazonas e Mato Grosso e em 1943 passaram a fazer parte do território de Guaporé (atual estado de Rondônia), constituído pela fusão dos municípios de Porto Velho, no Amazonas, e Guajará- Mirim, no Mato Grosso?

Diante dessas dificuldades, optei, de um lado, por adotar a divisão em estados vigente no país em 1938, desconsiderando os novos territórios federais criados desde então. Tratei separadamente dos dados relativos aos territórios do Acre, mas todas as

---

<sup>2</sup> Até 1942, o único território federal existente no país era o do Acre. Nesse ano foi criado o território de Fernando de Noronha e no ano seguinte, mais cinco novos territórios federais, por desmembramento de um ou mais estados. O Brasil passou então a ter 20 estados, O Distrito Federal e sete territórios federais. Para conhecer o histórico da formação dos territórios federais criados no Brasil nos anos de 1942 e 1943, ver: ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro, Encyclopaldia Britannica, 1964. v.1, 6 e 12 il.; ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, IBGE, 1957-1964. v.35 il.

vezes que surgiram no levantamento instituições localizadas nos novos territórios, comuniquei as informações em seus estados de origem. Dessa forma, as instituições localizadas nos territórios federais do Amapá estão contabilizadas no estado do Pará; do Rio Branco (atual estado de Roraima) no estado do Amazonas; de Guaporé (atual estado de Rondônia) nos estados do Amazonas e Mato Grosso;<sup>3</sup> de Iguazu no estado de Santa Catarina, e de Ponta Porã no estado do Mato Grosso. O território de Fernando de Noronha não registrou nenhuma instituição.

Quanto à divisão do país em regiões geográficas, porém, julguei mais apropriado utilizar a divisão atual, pois, trabalhando com as divisões existentes no período de 1938 a 1945, seria preciso a todo instante esclarecer que estados compunham as diferentes regiões.

Outro grande impasse com o qual me deparei referia-se ao número de obras doadas pelo INL a cada instituição. Somente na edição do Guia das bibliotecas de 1955 constava esta informação, mas os números representavam os totais das doações até 1952. Extraí então a informação referente a cada instituição, verifiquei o ano de seu registro e calculei a média aritmética das obras doadas por ano, indo até 1945. Se as doações foram feitas de modo regular, os valores finais encontrados não devem estar longe da realidade.

Finalmente, a classificação das bibliotecas estabelecida pelo INL foi outro fator complicador para a análise, por ser muito ampla e imprecisa, conforme já foi demonstrado no capítulo 3. Por esse motivo, paralelamente à classificação do INL, atribuí uma outra classificação às bibliotecas.

Segundo esta nova classificação, as bibliotecas beneficiadas se dividiam em:

. Bibliotecas públicas - aquelas vinculadas diretamente aos governos municipais ou estaduais, destinadas à toda a comunidade, com acervos de caráter geral.

. Bibliotecas de órgãos governamentais - aquelas ligadas a algum órgão governamental, como ministérios, secretarias ou outros. Destinavam-se, primordialmente, a atender às demandas de pesquisa do órgão a que estavam vinculadas.

---

<sup>3</sup> Foram transferidos para o estado do Amazonas os dados das instituições localizadas no município de Porto Velho e para o estado de Mato Grosso os das instituições localizadas no município de Guajará-Mirim.

. Bibliotecas escolares - aquelas destinadas a atender à classe estudantil tanto dos estabelecimentos públicos quanto dos particulares. Localizavam-se nas próprias escolas.

. Bibliotecas de cursos superiores - não devem ser confundidas com as escolares. Serviam exclusivamente aos alunos dos cursos superiores. Estabeleci esta categoria para que estas instituições não fossem computadas na categoria escolar.

. Bibliotecas de sindicatos - aquelas mantidas pelos sindicatos para atender aos membros do sindicato e à comunidade. Privilegiei os sindicatos por ser de meu interesse conhecer a resposta destes ao chamamento do governo nos anos do Estado Novo.

. Bibliotecas das demais associações de trabalhadores - aquelas mantidas pelas associações de trabalhadores e os órgãos de classe, excetuando-se os sindicatos.

. Outras bibliotecas - todas aquelas que não se enquadram em nenhuma outra categoria, como as bibliotecas de hospitais, de presídios, de postos indígenas, de clubes recreativos, entidades religiosas, culturais etc.

Esclarecidos estes pontos, posso adiantar o resultado do levantamento inicial do Guia das bibliotecas, relativo ao número de instituições registradas entre 1938 e outubro de 1945, quando caiu o Estado Novo: foram registradas 3.044 instituições, e é este o universo com que irei trabalhar.

Apresento a seguir os dados que extraí das edições do Guia em conjuntos de duas tabelas: a primeira construída com base na classificação estabelecida pelo INL, que subdividia as bibliotecas em públicas (federal, estadual, municipal e não- oficial) e privativas (federal, estadual, municipal e não- oficial); e a segunda utilizando a classificação por mim atribuída. A cada conjunto de tabelas seguir-se-ão comentários.

Uma última observação refere-se ao fato de eu ter optado por desprezar os valores decimais nos cálculos percentuais apresentados nas tabelas. Esta conduta, devido aos arredondamentos sofridos, provocou em alguns casos ligeiras diferenças nas somas totais.

**Bibliotecas registradas no período 1938-1945**

Os conjuntos de tabelas que se seguem arrolam dados sobre a instalação e o registro de bibliotecas no INL entre 1938 e 1945.

TABELA 1 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Ano de Instalacao - Brasil  
( Classificacao INL )

Ano de Instalacao	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total									
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial										
Ate' 1938.....	23	2%	65	6%	55	5%	208	18%	22	2%	309	27%	23	2%	421	37%	1.126	37%
Em 1938.....	3	3%	6	5%	8	7%	18	15%	5	4%	38	32%	4	3%	38	32%	120	4%
Em 1939.....	3	2%	10	6%	15	9%	24	15%	9	6%	55	35%	2	1%	40	25%	158	5%
Em 1940.....	3	1%	12	4%	78	28%	38	14%	11	4%	72	26%	8	3%	59	21%	281	9%
Em 1941.....	4	1%	54	16%	86	26%	42	13%	8	2%	68	20%	2	1%	70	21%	334	11%
Em 1942.....	3	1%	16	7%	20	9%	42	18%	18	8%	55	24%	9	4%	69	30%	232	8%
Em 1943.....	6	2%	30	10%	23	7%	52	17%	30	10%	94	30%	12	4%	65	21%	312	10%
Em 1944.....	10	4%	8	3%	23	9%	16	7%	23	9%	79	32%	25	10%	61	25%	245	8%
Em 1945.....	1	1%	3	2%	12	10%	2	2%	14	11%	55	44%	7	6%	30	24%	124	4%
Nao divulgado.....	11	10%	4	4%	12	11%	13	12%	23	21%	25	22%	0	0%	24	21%	112	4%
Total ->	67	2%	208	7%	332	11%	455	15%	163	5%	850	28%	92	3%	877	29%	3.044	100%

TABELA 2 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Ano de Instalacao - Brasil  
(Classificacao Atribuida)

Ano de Instalacao	Publica		de Orgao Governamental		Escolar		Biblioteca de Curso Superior		de Sindicatos		Demais Assoc. Trabalhadores		Outras		Total	
Ate' 1938.....	69	6%	98	9%	485	43%	53	5%	14	1%	44	4%	363	32%	1.126	37
Em 1938.....	9	8%	10	8%	60	50%	2	2%	1	1%	7	6%	31	26%	120	4
Em 1939.....	16	10%	12	8%	80	51%	3	2%	1	1%	8	5%	38	24%	158	5
Em 1940.....	74	26%	25	9%	121	43%	8	3%	1	0%	10	4%	42	15%	281	9
Em 1941.....	80	24%	27	8%	158	47%	6	2%	2	1%	3	1%	58	17%	334	11
Em 1942.....	19	8%	14	6%	130	56%	2	1%	1	0%	6	3%	60	26%	232	8
Em 1943.....	16	5%	25	8%	185	59%	3	1%	2	1%	5	2%	76	24%	312	10
Em 1944.....	23	9%	20	8%	132	54%	2	1%	0	0%	8	3%	60	24%	245	8
Em 1945.....	14	11%	7	6%	82	66%	1	1%	1	1%	0	0%	19	15%	124	4
Nao divulgado.....	12	11%	18	16%	26	23%	2	2%	2	2%	3	3%	49	44%	112	4
Total ->	332	11%	256	8%	1.459	48%	82	3%	25	1%	94	3%	796	26%	3.044	100

## Ano de instalação - Brasil (tabelas 1 e 2)

Com o intuito de conhecer a real situação das bibliotecas brasileiras, o INL iniciou suas atividades enviando um questionário a todas as bibliotecas arroladas nos cadastros do Departamento Nacional de Estatística do Ministério do Trabalho e da Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, que contabilizavam um total de 2.088 bibliotecas existentes no país em 1938. Constatei na pesquisa que, deste total, aproximadamente 50% se registraram no INL entre 1938 e 1945, pois do universo de 3.044 instituições registradas neste período, 1.126 declararam terem sido instaladas antes de 1938 e 120 apontaram 1938 como o ano de sua instalação. Logo, devem ter sido incluídas no total de 2.088 apontado pelos departamentos de estatística dos ministérios do Trabalho e da Educação.

Aceitando-se que em 1938 havia no Brasil 2.088 bibliotecas e que foram registradas 1.798, com período de instalação compreendido entre 1939 e 1945, conclui-se que houve um real crescimento no ritmo de instalação de bibliotecas no período em questão. Esta observação é possível de ser feita mesmo trabalhando-se exclusivamente com o universo das instituições registradas. Como o registro não era uma obrigação, podemos supor que o programa empreendido pelo INL não tenha atingido a totalidade das bibliotecas existentes no país, e que o número real de bibliotecas instaladas tenha sido ainda mais elevado.

Quanto aos anos de maior índice de instalações de novas bibliotecas, verifiquei terem sido os de 1941 e 1943. Os primeiros seis anos do programa de registro são de taxas ascendentes, enquanto nos dois últimos predominam as taxas descendentes.

Quanto às categorias das bibliotecas, os três maiores índices de registro ficaram com as privativas não-oficiais, privativas estaduais e públicas não-oficiais, observando-se esta mesma tendência na análise em separado das instituições já instaladas em 1938. Estes dados permitem afirmar que 44% das instituições que buscaram o apoio do INL não tinham ligação com os poderes públicos, pois as categorias pública não-oficial e privativa não-oficial abrangiam as instituições regidas pelo direito privado.

Na classificação atribuída (tabela 2), a maior incidência de registros ocorreu na categoria escolar, com 48% do total de 3.044 bibliotecas instaladas e registradas.

Analisando a situação das bibliotecas públicas, conclui-se que houve um acréscimo, pois das 1.246 bibliotecas instaladas e registradas até 1938, 78 eram públicas. Verifica-se, ainda, 254 registros desse mesmo tipo de bibliotecas instaladas entre 1939 e 1945. Os maiores índices de registros de bibliotecas públicas concentraram-se nos anos de 1940 e 1941. A partir de então a tendência foi de queda.

TABELA 3 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Ano de Instalacao - Regioes  
( Classificacao INL )

Ano de Instalacao	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total	
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial		
----- SUL -----										
Ate' 1938.....	0 0%	8 4%	8 4%	21 9%	6 3%	91 40%	2 1%	91 40%	227 7%	
Em 1938.....	0 0%	0 0%	3 9%	2 6%	1 3%	17 49%	2 6%	10 29%	35 1%	
Em 1939.....	1 2%	6 13%	2 4%	1 2%	1 2%	26 55%	1 2%	9 19%	47 2%	
Em 1940.....	0 0%	4 4%	13 14%	9 10%	3 3%	45 49%	1 1%	16 18%	91 3%	
Em 1941.....	0 0%	9 9%	13 13%	7 7%	1 1%	45 45%	1 1%	24 24%	100 3%	
Em 1942.....	1 2%	2 3%	1 2%	14 21%	8 12%	13 20%	6 9%	21 32%	66 2%	
Em 1943.....	0 0%	9 10%	5 5%	15 16%	1 1%	26 29%	9 10%	26 29%	91 3%	
Em 1944.....	1 1%	1 1%	5 7%	2 3%	2 3%	25 34%	21 29%	16 22%	73 2%	
Em 1945.....	0 0%	0 0%	2 6%	1 3%	0 0%	23 64%	6 17%	4 11%	36 1%	
Nao divulgado.....	0 0%	0 0%	3 23%	0 0%	4 31%	4 31%	0 0%	2 15%	13 0%	
	3 0%	39 5%	55 7%	72 9%	27 3%	315 40%	49 6%	219 28%	779 26%	
----- SUDESTE -----										
Ate' 1938.....	20 3%	42 6%	29 4%	144 21%	11 2%	193 28%	21 3%	227 33%	687 23%	
Em 1938.....	3 5%	6 9%	3 5%	10 16%	1 2%	21 33%	2 3%	18 28%	64 2%	
Em 1939.....	2 2%	1 1%	8 10%	19 23%	5 6%	25 31%	1 1%	20 25%	81 3%	
Em 1940.....	3 2%	5 4%	28 22%	24 19%	5 4%	25 19%	7 5%	32 25%	129 4%	
Em 1941.....	3 2%	45 27%	41 25%	22 13%	4 2%	21 13%	0 0%	30 18%	166 5%	
Em 1942.....	2 2%	11 9%	13 11%	21 18%	4 3%	25 22%	3 3%	37 32%	116 4%	
Em 1943.....	6 4%	17 10%	13 8%	26 16%	6 4%	60 37%	3 2%	31 19%	162 5%	
Em 1944.....	3 3%	2 2%	7 6%	6 6%	9 8%	46 43%	3 3%	32 30%	108 4%	
Em 1945.....	1 1%	2 3%	4 6%	1 1%	14 20%	26 37%	1 1%	21 30%	70 2%	
Nao divulgado.....	4 6%	4 6%	5 7%	12 17%	12 17%	17 24%	0 0%	18 25%	72 2%	
	47 3%	135 8%	151 9%	285 17%	71 4%	459 28%	41 2%	466 28%	1.655 54%	
----- CENTRO-OESTE -----										
Ate' 1938.....	0 0%	2 9%	2 9%	1 4%	2 9%	1 4%	0 0%	15 65%	23 1%	
Em 1938.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 00%	3 0%	
Em 1939.....	0 0%	1 20%	0 0%	0 0%	1 20%	0 0%	0 0%	3 60%	5 0%	
Em 1940.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 33%	0 0%	0 0%	2 67%	3 0%	
Em 1941.....	0 0%	0 0%	2 40%	2 40%	1 20%	0 0%	0 0%	0 0%	5 0%	
Em 1942.....	0 0%	1 14%	0 0%	0 0%	5 71%	0 0%	0 0%	1 14%	7 0%	
Em 1943.....	0 0%	0 0%	2 13%	1 7%	11 73%	0 0%	0 0%	1 7%	15 0%	
Em 1944.....	1 50%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 50%	0 0%	0 0%	2 0%	
Em 1945.....	0 0%	0 0%	1 33%	0 0%	0 0%	1 33%	0 0%	1 33%	3 0%	
Nao divulgado.....	7 64%	0 0%	0 0%	1 9%	3 27%	0 0%	0 0%	0 0%	11 0%	
	8 10%	4 5%	7 9%	5 6%	24 31%	3 4%	0 0%	26 34%	77 3%	

TABELA 3 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Ano de Instalacao - Regioes (cont.)  
( Classificacao INL )

Ano de Instalacao	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total	
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial		
----- NORDESTE -----										
Ate' 1938.....	3 2%	11 7%	12 7%	38 23%	1 1%	21 13%	0 0%	78 48%	164 5%	
Em 1938.....	0 0%	0 0%	2 11%	6 33%	3 17%	0 0%	0 0%	7 39%	18 1%	
Em 1939.....	0 0%	2 8%	5 20%	4 16%	2 8%	4 16%	0 0%	8 32%	25 1%	
Em 1940.....	0 0%	2 4%	35 64%	5 9%	2 4%	2 4%	0 0%	9 16%	55 2%	
Em 1941.....	1 2%	0 0%	28 48%	10 17%	2 3%	1 2%	1 2%	15 26%	58 2%	
Em 1942.....	0 0%	2 5%	6 14%	7 16%	1 2%	17 40%	0 0%	10 23%	43 1%	
Em 1943.....	0 0%	3 10%	3 10%	7 23%	3 10%	8 26%	0 0%	7 23%	31 1%	
Em 1944.....	2 4%	5 11%	10 22%	4 9%	6 13%	7 16%	1 2%	10 22%	45 1%	
Em 1945.....	0 0%	1 7%	5 33%	0 0%	0 0%	5 33%	0 0%	4 27%	15 0%	
Nao divulgado.....	0 0%	0 0%	4 36%	0 0%	3 27%	3 27%	0 0%	1 9%	11 0%	
	6 1%	26 6%	110 24%	81 17%	23 5%	68 15%	2 0%	149 32%	465 15%	
----- NORTE -----										
Ate' 1938.....	0 0%	2 8%	4 16%	4 16%	2 8%	3 12%	0 0%	10 40%	25 1%	
Em 1940.....	0 0%	1 33%	2 67%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 0%	
Em 1941.....	0 0%	0 0%	2 40%	1 20%	0 0%	1 20%	0 0%	1 20%	5 0%	
Em 1943.....	0 0%	1 8%	0 0%	3 23%	9 69%	0 0%	0 0%	0 0%	13 0%	
Em 1944.....	3 18%	0 0%	1 6%	4 24%	6 35%	0 0%	0 0%	3 18%	17 1%	
Nao divulgado.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 20%	1 20%	0 0%	3 60%	5 0%	
	3 4%	4 6%	9 13%	12 18%	18 26%	5 7%	0 0%	17 25%	68 2%	
Total ->	67 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.044 100%	

TABELA 4 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Ano de Instalacao - Regioes  
(Classificacao Atribuıda)

Ano de Instalacao	de Orgao			Biblioteca de Curso		de Demais Assoc.		Total
	Publica	Governmental	Escolar	Superior	Sindicatos	Trabalhadores	Outras	
SUL								
Ate' 1938.....	10 4%	9 4%	120 53%	10 4%	1 0%	7 3%	70 31%	227 7
Em 1938.....	3 9%	2 6%	18 51%	1 3%	1 3%	1 3%	9 26%	35 1
Em 1939.....	2 4%	2 4%	35 74%	0 0%	1 2%	3 6%	4 9%	47 2
Em 1940.....	13 14%	8 9%	53 58%	3 3%	0 0%	4 4%	10 11%	91 3
Em 1941.....	12 12%	6 6%	66 66%	2 2%	1 1%	2 2%	11 11%	100 3
Em 1942.....	1 2%	3 5%	42 64%	1 2%	1 2%	1 2%	17 26%	66 2
Em 1943.....	4 4%	5 5%	64 70%	0 0%	2 2%	1 1%	15 16%	91 3
Em 1944.....	6 8%	6 8%	55 75%	0 0%	0 0%	1 1%	5 7%	73 2
Em 1945.....	2 6%	1 3%	32 89%	0 0%	0 0%	0 0%	1 3%	36 1
Nao divulgado.....	2 15%	3 23%	2 15%	0 0%	1 8%	0 0%	5 38%	13 0
	55 7%	45 6%	487 63%	17 2%	8 1%	20 3%	147 19%	779 26
SUDESTE								
Ate' 1938.....	29 4%	74 11%	309 45%	34 5%	11 2%	27 4%	203 30%	687 23
Em 1938.....	3 5%	8 13%	32 50%	1 2%	0 0%	4 6%	16 25%	64 2
Em 1939.....	8 10%	6 7%	32 40%	3 4%	0 0%	4 5%	28 35%	81 3
Em 1940.....	24 19%	17 13%	58 45%	4 3%	1 1%	4 3%	21 16%	129 4
Em 1941.....	36 22%	15 9%	85 51%	2 1%	1 1%	0 0%	27 16%	166 5
Em 1942.....	13 11%	8 7%	59 51%	1 1%	0 0%	3 3%	32 28%	116 4
Em 1943.....	8 5%	17 10%	102 63%	3 2%	0 0%	4 2%	28 17%	162 5
Em 1944.....	7 6%	8 7%	63 58%	2 2%	0 0%	5 5%	23 21%	108 4
Em 1945.....	5 7%	5 7%	44 63%	1 1%	1 1%	0 0%	14 20%	70 2
Nao divulgado.....	6 8%	12 17%	20 28%	2 3%	1 1%	2 3%	29 40%	72 2
	139 8%	170 10%	804 49%	53 3%	15 1%	53 3%	421 25%	1.655 54
CENTRO-OESTE								
Ate' 1938.....	3 13%	1 4%	12 52%	0 0%	0 0%	0 0%	7 30%	23 1
Em 1938.....	0 0%	0 0%	2 67%	0 0%	0 0%	0 0%	1 33%	3 0
Em 1939.....	1 20%	1 20%	2 40%	0 0%	0 0%	0 0%	1 20%	5 0
Em 1940.....	0 0%	0 0%	1 33%	0 0%	0 0%	1 33%	1 33%	3 0
Em 1941.....	2 40%	0 0%	1 20%	0 0%	0 0%	0 0%	2 40%	5 0
Em 1942.....	0 0%	2 29%	1 14%	0 0%	0 0%	0 0%	4 57%	7 0
Em 1943.....	1 7%	0 0%	2 13%	0 0%	0 0%	0 0%	12 80%	15 0
Em 1944.....	1 50%	1 50%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 0
Em 1945.....	1 33%	0 0%	1 33%	0 0%	0 0%	0 0%	1 33%	3 0
Nao divulgado.....	0 0%	1 9%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	10 91%	11 0
	9 12%	6 8%	22 29%	0 0%	0 0%	1 1%	39 51%	77 3

TABELA 4 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Ano de Instalacao - Regioes (cont.)  
(Classificacao Atribuıda)

Ano de Instalacao	Biblioteca de Orgao							Total
	Publica	de Orgao Governamental	Escolar	Biblioteca de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores	Outras	
----- NORDESTE -----								
Ate' 1938.....	21 13%	12 7%	42 26%	7 4%	2 1%	9 5%	71 43%	164 5
Em 1938.....	3 17%	0 0%	8 44%	0 0%	0 0%	2 11%	5 28%	18 1
Em 1939.....	5 20%	3 12%	11 44%	0 0%	0 0%	1 4%	5 20%	25 1
Em 1940.....	35 64%	0 0%	8 15%	1 2%	0 0%	1 2%	10 18%	55 2
Em 1941.....	28 48%	5 9%	5 9%	2 3%	0 0%	1 2%	17 29%	58 2
Em 1942.....	5 12%	1 2%	28 65%	0 0%	0 0%	2 5%	7 16%	43 1
Em 1943.....	3 10%	3 10%	17 55%	0 0%	0 0%	0 0%	8 26%	31 1
Em 1944.....	8 18%	4 9%	13 29%	0 0%	0 0%	2 4%	18 40%	45 1
Em 1945.....	6 40%	1 7%	5 33%	0 0%	0 0%	0 0%	3 20%	15 0
Nao divulgado.....	4 36%	2 18%	3 27%	0 0%	0 0%	0 0%	2 18%	11 0
	118 25%	31 7%	140 30%	10 2%	2 0%	18 4%	146 31%	465 15
----- NORTE -----								
Ate' 1938.....	6 24%	2 8%	2 8%	2 8%	0 0%	1 4%	12 48%	25 1
Em 1940.....	2 67%	0 0%	1 33%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 0
Em 1941.....	2 40%	1 20%	1 20%	0 0%	0 0%	0 0%	1 20%	5 0
Em 1943.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	13 00%	13 0
Em 1944.....	1 6%	1 6%	1 6%	0 0%	0 0%	0 0%	14 82%	17 1
Nao divulgado.....	0 0%	0 0%	1 20%	0 0%	0 0%	1 20%	3 60%	5 0
	11 16%	4 6%	6 9%	2 3%	0 0%	2 3%	43 63%	68 2
Total ->	332 11%	256 8%	1.459 48%	82 3%	25 1%	94 3%	796 26%	3.044 100

### **Ano de instalação - Regiões (tabelas 3 e 4)**

Das 2.088 bibliotecas que o INL considerava existir no país em 1938, a maioria localizava-se na região Sudeste, com 23% do total. Em segundo lugar vinha a região Sul, com 7%, seguida da região Nordeste, com 5% e das regiões Norte e Centro-Oeste, com apenas 1% do total.

O fato verificado nas tabelas 1 e 2, de que o ano de maior número de instalação de novas bibliotecas foi 1941, altera-se com relação às regiões. Sudeste, Sul, e Nordeste apontam igualmente para o ano de 1941, enquanto o Centro-Oeste instala o maior número de bibliotecas em 1943 e o Norte tem seu maior índice em 1944.

Na classificação atribuída (tabela 4), o maior índice ocorreu na categoria escolar, no Sudeste e no Sul. Nas demais regiões os maiores índices estão na categoria outras.

É interessante notar que para a região Sudeste a segunda categoria foi a de órgãos governamentais, em função, certamente, de ser nesta região que se localizava o Distrito Federal. A região Nordeste aparece em destaque ao analisarmos a localização regional das 332 bibliotecas públicas instaladas até 1945, perdendo por apenas um ponto percentual para a região Sudeste, primeira colocada.

TABELA 5 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Ano de Registro - Brasil  
( Classificacao INL )

Ano de Registro	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	
Em 1938.....	9 4%	11 5%	21 10%	44 20%	2 1%	44 20%	3 1%	82 38%	216 7%
Em 1939.....	8 4%	16 7%	11 5%	24 11%	4 2%	57 26%	6 3%	94 43%	220 7%
Em 1940.....	5 2%	22 7%	38 12%	68 21%	13 4%	67 21%	5 2%	100 31%	318 10%
Em 1941.....	11 2%	25 5%	125 26%	75 15%	17 4%	135 28%	1 0%	95 20%	484 16%
Em 1942.....	2 1%	49 13%	45 12%	58 16%	17 5%	66 18%	17 5%	117 32%	371 12%
Em 1943.....	15 3%	65 12%	37 7%	124 23%	46 9%	109 20%	1 0%	140 26%	537 18%
Em 1944.....	16 3%	14 3%	29 6%	53 11%	27 6%	186 39%	28 6%	122 26%	475 16%
Em 1945.....	1 0%	5 1%	26 6%	9 2%	37 9%	185 44%	29 7%	127 30%	419 14%
Nao divulgado.....	0 0%	1 25%	0 0%	0 0%	0 0%	1 25%	2 50%	0 0%	4 0%
Total -->	67 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.044 100%

### Ano de registro - Brasil (tabelas 5 e 6)

Comparando os dados destas tabelas com os das tabelas 1 e 2, relativas ao ano de instalação das bibliotecas registradas, encontramos uma mudança quanto ao ano de maior ocorrência: o de maior surgimento de novas bibliotecas foi 1941, enquanto o de maior frequência de registros foi 1943. Fica no ar a seguinte questão: terá o INL incrementado sua campanha para o registro de bibliotecas no período imediatamente posterior à implantação da Reforma Capanema? Os anos seguintes são de queda. Em 1943 as categorias mais contempladas tampouco espelham a realidade existente em 1941, vindo em primeiro lugar o registro de bibliotecas privadas não-oficiais (26% do total de 537 registros), seguido das públicas não-oficiais (23%) e das privativas estaduais (20%).

Com relação ao total de registros do período, a categoria que melhor desempenho demonstrou foi a das bibliotecas escolares. Das 3.044 bibliotecas registradas, 48% eram bibliotecas escolares. A curva ascendente dos registros desse tipo de biblioteca chega ao ápice em 1945, apesar do levantamento não ter incluído os meses de novembro e dezembro desse ano, já que o marco cronológico limite foi o fim do Estado Novo.

Ao incluir em minha classificação a categoria bibliotecas de sindicatos, pretendi verificar o comportamento destas instituições frente à oferta de apoio governamental, via INL, nos anos de regime autoritário do Estado Novo. O número de bibliotecas de sindicatos registradas foi bastante baixo, representando menos de 1% do total de registros. Em um determinado momento o INL pretendeu exercer uma influência marcante sobre a classe trabalhadora, pregando a cooperação entre o Instituto e os "sindicatos, as associações de classe e a iniciativa privada em geral para efeito da criação de bibliotecas do tipo popular destinadas a um útil aproveitamento dos lazes das classes trabalhadoras".<sup>4</sup> Se este objetivo foi alcançado, não o foi através das bibliotecas dos sindicatos, pois somente 25 sindicatos registraram-se no INL no período entre 1938 e 1945.

---

<sup>4</sup> Arquivo Gustavo Capanema. Série G, 36.10.30 pasta III doc.10 (FGV/CPDOC).

TABELA 7 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Regioes - 1938/1945  
( Classificacao INL )

Regiao	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	
SUL.....	3 0%	39 5%	55 7%	72 9%	27 3%	315 40%	49 6%	219 28%	779 26%
SUDESTE.....	47 3%	135 8%	151 9%	285 17%	71 4%	459 28%	41 2%	466 28%	1.655 54%
CENTRO-OESTE.....	8 10%	4 5%	7 9%	5 6%	24 31%	3 4%	0 0%	26 34%	77 3%
NORDESTE.....	6 1%	26 6%	110 24%	81 17%	23 5%	68 15%	2 0%	149 32%	465 15%
NORTE.....	3 4%	4 6%	9 13%	12 18%	18 26%	5 7%	0 0%	17 25%	68 2%
Total ->	67 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.044 100%

TABELA 8 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Regioes - 1938/1945  
(Classificacao Atribuıda)

Regiao	Publica		de Orgao Governamental		Escolar	Biblioteca de Curso Superior		de Sindicatos		Demais Assoc. Trabalhadores		Outras	Total			
SUL.....	55	7%	45	6%	487	63%	17	2%	8	1%	20	3%	147	19%	779	26
SUDESTE.....	139	8%	170	10%	804	49%	53	3%	15	1%	53	3%	421	25%	1.655	54
CENTRO-OESTE.....	9	12%	6	8%	22	29%	0	0%	0	0%	1	1%	39	51%	77	3
NORDESTE.....	118	25%	31	7%	140	30%	10	2%	2	0%	18	4%	146	31%	465	15
NORTE.....	11	16%	4	6%	6	9%	2	3%	0	0%	2	3%	43	63%	68	2
Total -->	332	11%	256	8%	1.459	48%	82	3%	25	1%	94	3%	796	26%	3.044	100

### **Registro por regiões (tabelas 7 e 8)**

O maior número de bibliotecas registradas refere-se à região Sudeste, com 54% (1.655) do total de 3.044 instituições. Em seguida vem a região Sul, com um pouco menos da metade das bibliotecas da região Sudeste. Em terceiro lugar temos a região Nordeste, com 465 instituições, que correspondem a 15% do total e, finalmente, as regiões Centro-Oeste e Norte com, respectivamente, 3% e 2% das instituições registradas.

Na região Norte predominaram os registros de bibliotecas públicas e nas outras regiões a predominância foi das bibliotecas escolares. Foram excetuadas desta análise dos tipos de bibliotecas aquelas classificadas como outras, pois apresentaram números sempre bastante elevados em relação aos conjuntos analisados, por agregarem todas as instituições não contempladas com uma categoria específica.

TABELA 9 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Ano de Registro - Regioes  
( Classificacao INL )

Ano de Registro	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total	
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial		
----- SUL -----										
Em 1938.....	0 0%	4 14%	2 7%	3 11%	0 0%	7 25%	1 4%	11 39%	28 1%	
Em 1939.....	0 0%	0 0%	3 7%	1 2%	2 5%	13 32%	0 0%	22 54%	41 1%	
Em 1940.....	0 0%	1 3%	5 14%	2 6%	2 6%	16 46%	0 0%	9 26%	35 1%	
Em 1941.....	0 0%	4 3%	21 13%	6 4%	4 3%	98 62%	0 0%	26 16%	159 5%	
Em 1942.....	0 0%	2 2%	9 11%	10 12%	6 7%	25 30%	1 1%	30 36%	83 3%	
Em 1943.....	2 1%	25 16%	3 2%	39 25%	7 5%	28 18%	0 0%	49 32%	153 5%	
Em 1944.....	1 1%	2 1%	6 4%	10 7%	1 1%	57 42%	21 15%	38 28%	136 4%	
Em 1945.....	0 0%	1 1%	6 4%	1 1%	5 3%	70 49%	26 18%	34 24%	143 5%	
Nao divulgado.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 00%	0 0%	0 0%	1 0%	
----- SUDESTE -----										
Em 1938.....	8 6%	5 4%	12 8%	32 23%	1 1%	31 22%	2 1%	51 36%	142 5%	
Em 1939.....	7 6%	10 8%	5 4%	15 12%	2 2%	35 28%	6 5%	47 37%	127 4%	
Em 1940.....	5 3%	12 6%	18 9%	55 28%	2 1%	47 24%	5 3%	56 28%	200 7%	
Em 1941.....	4 2%	18 8%	53 24%	54 24%	7 3%	34 15%	1 0%	51 23%	222 7%	
Em 1942.....	0 0%	45 20%	17 8%	35 16%	4 2%	38 17%	15 7%	67 30%	221 7%	
Em 1943.....	13 4%	36 12%	25 9%	62 21%	13 4%	70 24%	1 0%	74 25%	294 10%	
Em 1944.....	9 4%	5 2%	12 5%	26 11%	10 4%	114 47%	7 3%	60 25%	243 8%	
Em 1945.....	1 0%	3 1%	9 4%	6 3%	32 16%	90 44%	2 1%	60 30%	203 7%	
Nao divulgado.....	0 0%	1 33%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 67%	0 0%	3 0%	
----- CENTRO-OESTE -----										
Em 1938.....	0 0%	0 0%	1 17%	1 17%	0 0%	1 17%	0 0%	3 50%	6 0%	
Em 1939.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4 00%	4 0%	
Em 1940.....	0 0%	3 21%	1 7%	0 0%	4 29%	0 0%	0 0%	6 43%	14 0%	
Em 1941.....	7 64%	0 0%	2 18%	0 0%	1 9%	0 0%	0 0%	1 9%	11 0%	
Em 1942.....	0 0%	1 11%	0 0%	2 22%	6 67%	0 0%	0 0%	0 0%	9 0%	
Em 1943.....	0 0%	0 0%	2 12%	2 12%	12 71%	0 0%	0 0%	1 6%	17 1%	
Em 1944.....	1 50%	0 0%	0 0%	0 0%	1 50%	0 0%	0 0%	0 0%	2 0%	
Em 1945.....	0 0%	0 0%	1 7%	0 0%	0 0%	2 14%	0 0%	11 79%	14 0%	
----- NORDESTE -----										
Em 1938.....	1 3%	2 6%	4 11%	7 20%	0 0%	5 14%	0 0%	16 46%	35 1%	
Em 1939.....	1 2%	5 12%	2 5%	8 20%	0 0%	8 20%	0 0%	17 41%	41 1%	
Em 1940.....	0 0%	4 7%	14 25%	10 18%	4 7%	2 4%	0 0%	23 40%	57 2%	
Em 1941.....	0 0%	3 3%	46 53%	15 17%	4 5%	2 2%	0 0%	16 19%	86 3%	
Em 1942.....	2 4%	1 2%	17 31%	10 18%	1 2%	3 5%	1 2%	20 36%	55 2%	
Em 1943.....	0 0%	4 7%	7 11%	20 33%	5 8%	11 18%	0 0%	14 23%	61 2%	
Em 1944.....	2 3%	6 8%	11 15%	9 12%	9 12%	15 20%	0 0%	23 31%	75 2%	
Em 1945.....	0 0%	1 2%	9 16%	2 4%	0 0%	22 40%	1 2%	20 36%	55 2%	
----- NORTE -----										
Em 1938.....	0 0%	0 0%	2 40%	1 20%	1 20%	0 0%	0 0%	1 20%	5 0%	
Em 1939.....	0 0%	1 14%	1 14%	0 0%	0 0%	1 14%	0 0%	4 57%	7 0%	
Em 1940.....	0 0%	2 17%	0 0%	1 8%	1 8%	2 17%	0 0%	6 50%	12 0%	
Em 1941.....	0 0%	0 0%	3 50%	0 0%	1 17%	1 17%	0 0%	1 17%	6 0%	
Em 1942.....	0 0%	0 0%	2 67%	1 33%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 0%	
Em 1943.....	0 0%	0 0%	0 0%	1 8%	9 75%	0 0%	0 0%	2 17%	12 0%	
Em 1944.....	3 16%	1 5%	0 0%	8 42%	6 32%	0 0%	0 0%	1 5%	19 1%	
Em 1945.....	0 0%	0 0%	1 25%	0 0%	0 0%	1 25%	0 0%	2 50%	4 0%	
Total ->	67 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.044 100%	

TABELA 10 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Ano de Registro - Regioes  
(Classificacao Atribuida)

Ano de Registro	Biblioteca						Total	
	Publica	de Orgao Governamental	Escolar	de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores Outras		
----- SUL -----								
Em 1938.....	4 14%	0 0%	8 29%	6 21%	0 0%	0 0%	10 36%	28 1
Em 1939.....	3 7%	4 10%	9 22%	0 0%	0 0%	4 10%	21 51%	41 1
Em 1940.....	5 14%	4 11%	9 26%	2 6%	1 3%	1 3%	13 37%	35 1
Em 1941.....	20 13%	9 6%	95 60%	2 1%	1 1%	6 4%	26 16%	159 5
Em 1942.....	8 10%	3 4%	46 55%	1 1%	1 1%	3 4%	21 25%	83 3
Em 1943.....	2 1%	12 8%	106 69%	2 1%	2 1%	3 2%	26 17%	153 5
Em 1944.....	7 5%	6 4%	101 74%	4 3%	2 1%	3 2%	13 10%	136 4
Em 1945.....	6 4%	7 5%	113 79%	0 0%	1 1%	0 0%	16 11%	143 5
Nao divulgado.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 00%	1 0
----- SUDESTE -----								
Em 1938.....	13 9%	13 9%	51 36%	12 8%	3 2%	8 6%	42 30%	142 5
Em 1939.....	6 5%	20 16%	45 35%	9 7%	0 0%	7 6%	40 31%	127 4
Em 1940.....	20 10%	22 11%	67 34%	7 4%	5 3%	7 4%	72 36%	200 7
Em 1941.....	43 19%	23 10%	76 34%	5 2%	3 1%	7 3%	65 29%	222 7
Em 1942.....	17 8%	24 11%	116 52%	5 2%	0 0%	7 3%	52 24%	221 7
Em 1943.....	20 7%	35 12%	155 53%	8 3%	2 1%	6 2%	68 23%	294 10
Em 1944.....	11 5%	20 8%	156 64%	4 2%	0 0%	7 3%	45 19%	243 8
Em 1945.....	9 4%	13 6%	136 67%	2 1%	2 1%	4 2%	37 18%	203 7
Nao divulgado.....	0 0%	0 0%	2 67%	1 33%	0 0%	0 0%	0 0%	3 0
----- CENTRO-OESTE -----								
Em 1938.....	1 17%	0 0%	4 67%	0 0%	0 0%	0 0%	1 17%	6 0
Em 1939.....	0 0%	0 0%	3 75%	0 0%	0 0%	0 0%	1 25%	4 0
Em 1940.....	3 21%	2 14%	4 29%	0 0%	0 0%	1 7%	4 29%	14 0
Em 1941.....	2 18%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	9 82%	11 0
Em 1942.....	0 0%	2 22%	1 11%	0 0%	0 0%	0 0%	6 67%	9 0
Em 1943.....	1 6%	0 0%	2 12%	0 0%	0 0%	0 0%	14 82%	17 1
Em 1944.....	1 50%	1 50%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 0
Em 1945.....	1 7%	1 7%	8 57%	0 0%	0 0%	0 0%	4 29%	14 0
----- NORDESTE -----								
Em 1938.....	6 17%	2 6%	7 20%	1 3%	0 0%	5 14%	14 40%	35 1
Em 1939.....	7 17%	3 7%	8 20%	3 7%	1 2%	2 5%	17 41%	41 1
Em 1940.....	16 28%	4 7%	6 11%	3 5%	1 2%	3 5%	24 42%	57 2
Em 1941.....	46 53%	4 5%	10 12%	0 0%	0 0%	1 1%	25 29%	86 3
Em 1942.....	17 31%	5 9%	14 25%	1 2%	0 0%	2 4%	16 29%	55 2
Em 1943.....	7 11%	2 3%	33 54%	0 0%	0 0%	3 5%	16 26%	61 2
Em 1944.....	10 13%	7 9%	34 45%	1 1%	0 0%	2 3%	21 28%	75 2
Em 1945.....	9 16%	4 7%	28 51%	1 2%	0 0%	0 0%	13 24%	55 2
----- NORTE -----								
Em 1938.....	2 40%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 20%	2 40%	5 0
Em 1939.....	2 29%	0 0%	0 0%	1 14%	0 0%	0%	4 57%	7 0
Em 1940.....	1 8%	1 8%	4 33%	1 8%	0 0%	1 8%	4 33%	12 0
Em 1941.....	3 50%	1 17%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 33%	6 0
Em 1942.....	2 67%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 33%	3 0
Em 1943.....	0 0%	0 0%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	11 92%	12 0
Em 1944.....	0 0%	1 5%	1 5%	0 0%	0 0%	0 0%	17 89%	19 1
Em 1945.....	1 25%	1 25%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 50%	4 0
Total -->	332 11%	256 8%	1.459 48%	82 3%	25 1%	94 3%	796 26%	3.044 100

**Ano de registro - Regiões (tabelas 9 e 10)**

Dos 3.044 registros de bibliotecas efetuados pelo INL, 1.655 (54%) eram de instituições localizadas na região Sudeste, que teve em 1943 o seu maior número de registros. Do total de 294 bibliotecas registradas neste ano, o maior percentual recaiu sobre as bibliotecas privativas não-oficiais, com 25% do total, e o menor índice coube às bibliotecas classificadas como privativas municipais. Já na classificação atribuída, vence a categoria outras bibliotecas, seguida das bibliotecas escolares. Com relação às bibliotecas públicas, o melhor ano foi 1941.

Após a região Sudeste encontram-se as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. As duas últimas regiões mostraram um desempenho sofrível, com 3% e 2%, respectivamente, do total de registros constatados em todas as regiões do país no período em estudo.

TABELA 11 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas entre capitais e interior - Brasil 1938/1945  
( Classificacao INL )

Local	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total									
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial										
CAPITAL.....	38	4%	70	8%	22	2%	120	13%	87	10%	208	23%	27	3%	341	37%	913	30%
INTERIOR.....	29	1%	138	6%	310	15%	335	16%	76	4%	642	30%	65	3%	536	25%	2.131	70%
Total ->	67	2%	208	7%	332	11%	455	15%	163	5%	850	28%	92	3%	877	29%	3.044	100%

TABELA 12 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas entre capitais e interior - Brasil 1938/1945  
(Classificacao Atribuida)

Local	Biblioteca								Total							
	Publica	de Orgao		Escolar	de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores			Outras						
CAPITAL.....	24	3%	205	22%	267	29%	65	7%	16	2%	39	4%	297	33%	913	30
INTERIOR.....	308	14%	51	2%	1.192	56%	17	1%	9	0%	55	3%	499	23%	2.131	70
Total ->	332	11%	256	8%	1.459	48%	82	3%	25	1%	94	3%	796	26%	3.044	100

### Capitais e interior - Brasil (tabelas 11 e 12)

Quanto à distribuição das bibliotecas registradas entre capitais e interior, há uma forte predominância de registros de instituições no interior, com 70% do total. Para a classificação do INL, o maior número de registros das capitais refere-se às bibliotecas privativas não-oficiais, com 341 instituições registradas, seguidas das privativas estaduais, com 208 registros. Para o interior a situação é inversa, despontando as privativas estaduais em primeiro lugar, com 642 registros, seguidas das privativas não-oficiais, com 536 registros.

A análise feita com base na classificação atribuída indica para as bibliotecas escolares um total de 56% de todos os registros do interior. Com relação às bibliotecas públicas, percebe-se uma concentração nos municípios do interior, que apontam 308 instituições contra apenas 24 nas capitais.

TABELA 13 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas entre capitais e interior - Regioes 1938/1945  
( Classificacao INL )

Local	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total	
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial		
----- SUL -----										
CAPITAL.....	2 1%	11 8%	3 2%	13 9%	8 6%	57 41%	0 0%	45 32%	139 5%	
INTERIOR.....	1 0%	28 4%	52 8%	59 9%	19 3%	258 40%	49 8%	174 27%	640 21%	
----- SUDESTE -----										
CAPITAL.....	34 6%	35 6%	19 3%	84 15%	48 9%	103 18%	27 5%	211 38%	561 18%	
INTERIOR.....	13 1%	100 9%	132 12%	201 18%	23 2%	356 33%	14 1%	255 23%	1.094 36%	
----- CENTRO-OESTE -----										
CAPITAL.....	0 0%	4 21%	0 0%	1 5%	7 37%	2 11%	0 0%	5 26%	19 1%	
INTERIOR.....	8 14%	0 0%	7 12%	4 7%	17 29%	1 2%	0 0%	21 36%	58 2%	
----- NORDESTE -----										
CAPITAL.....	2 1%	18 11%	0 0%	20 12%	12 7%	41 25%	0 0%	70 43%	163 5%	
INTERIOR.....	4 1%	8 3%	110 36%	61 20%	11 4%	27 9%	2 1%	79 26%	302 10%	
----- NORTE -----										
CAPITAL.....	0 0%	2 6%	0 0%	2 6%	12 39%	5 16%	0 0%	10 32%	31 1%	
INTERIOR.....	3 8%	2 5%	9 24%	10 27%	6 16%	0 0%	0 0%	7 19%	37 1%	
Total ->	67 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.044 100%	

TABELA 14 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas entre capitais e interior - Regioes 1938/1945  
(Classificacao Atribuıda)

Local	Biblioteca							Total	
	Publica	de Orgao Governamental	Escolar	de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores	Outras		
----- SUL -----									
CAPITAL.....	5 4%	23 17%	50 36%	16 12%	4 3%	4 3%	37 27%	139 5	
INTERIOR.....	50 8%	22 3%	437 68%	1 0%	4 1%	16 3%	110 17%	640 21	
----- SUDESTE -----									
CAPITAL.....	7 1%	149 27%	151 27%	39 7%	10 2%	27 5%	178 32%	561 18	
INTERIOR.....	132 12%	21 2%	653 60%	14 1%	5 0%	26 2%	243 22%	1.094 36	
----- CENTRO-OESTE -----									
CAPITAL.....	2 11%	4 21%	4 21%	0 0%	0 0%	1 5%	8 42%	19 1	
INTERIOR.....	7 12%	2 3%	18 31%	0 0%	0 0%	0 0%	31 53%	58 2	
----- NORDESTE -----									
CAPITAL.....	8 5%	26 16%	59 36%	8 5%	2 1%	5 3%	55 34%	163 5	
INTERIOR.....	110 36%	5 2%	81 27%	2 1%	0 0%	13 4%	91 30%	302 10	
----- NORTE -----									
CAPITAL.....	2 6%	3 10%	3 10%	2 6%	0 0%	2 6%	19 61%	31 1	
INTERIOR.....	9 24%	1 3%	3 8%	0 0%	0 0%	0 0%	24 65%	37 1	
Total ->	332 11%	256 8%	1.459 48%	82 3%	25 1%	94 3%	796 26%	3.044 100	

### Capitais e interior - Regiões (tabelas 13 e 14)

As regiões Sul e Sudeste são as únicas que apresentam todos os tipos de bibliotecas, tanto nos municípios do interior quanto nas capitais.

Das 256 bibliotecas de órgãos governamentais, 170 encontram-se na região Sudeste, com 21 localizadas nos municípios do interior e 149 nas capitais. Nas próximas tabelas veremos como estes números se dividem pelos estados da região.

A região Norte, que apresenta o mais baixo índice de bibliotecas registradas, com apenas 2% do total de 3.044 registros, é a região que mais iguala seus dados do interior (37 registros) com os das capitais (31 registros). Nas demais regiões os números do interior são sempre, no mínimo, 100% mais elevados que os das capitais.

TABELA 15 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Estados - 1938/1945  
( Classificacao INL )

Estado	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total	
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial		
----- SUL -----										
Parana.....	3 1%	0 0%	14 7%	24 12%	10 5%	118 58%	0 0%	36 18%	205 7%	
Rio Grande do Sul.....	0 0%	13 5%	30 11%	30 11%	14 5%	59 22%	6 2%	115 43%	267 9%	
Santa Catarina.....	0 0%	26 8%	11 4%	18 6%	3 1%	138 45%	43 14%	68 22%	307 10%	
----- SUDESTE -----										
Distrito Federal.....	34 11%	3 1%	13 4%	44 14%	44 14%	39 12%	15 5%	131 41%	323 11%	
Espirito Santo.....	0 0%	3 8%	9 23%	6 15%	0 0%	12 30%	0 0%	10 25%	40 1%	
Minas Gerais.....	4 1%	10 3%	48 13%	116 33%	10 3%	98 28%	5 1%	65 18%	356 12%	
Rio de Janeiro.....	9 4%	46 21%	27 12%	16 7%	6 3%	62 28%	4 2%	52 23%	222 7%	
Sao Paulo.....	0 0%	73 10%	54 8%	103 14%	11 2%	248 35%	17 2%	208 29%	714 23%	
----- CENTRO-OESTE -----										
Goias.....	0 0%	2 5%	5 13%	3 8%	15 38%	2 5%	0 0%	12 31%	39 1%	
Mato Grosso.....	8 21%	2 5%	2 5%	2 5%	9 24%	1 3%	0 0%	14 37%	38 1%	
----- NORDESTE -----										
Alagoas.....	0 0%	1 3%	6 16%	3 8%	1 3%	12 32%	0 0%	14 38%	37 1%	
Bahia.....	3 3%	3 3%	25 26%	18 19%	4 4%	8 8%	1 1%	33 35%	95 3%	
Ceara.....	2 3%	3 5%	12 19%	11 18%	1 2%	9 15%	0 0%	24 39%	62 2%	
Maranhao.....	0 0%	2 5%	14 36%	9 23%	6 15%	2 5%	0 0%	6 15%	39 1%	
Paraiba.....	0 0%	8 11%	20 27%	8 11%	3 4%	10 13%	0 0%	26 35%	75 2%	
Pernambuco.....	0 0%	5 6%	4 5%	10 13%	6 8%	22 28%	1 1%	31 39%	79 3%	
Piaui.....	0 0%	1 4%	17 74%	1 4%	1 4%	0 0%	0 0%	3 13%	23 1%	
Rio Grande do Norte.....	0 0%	2 5%	11 30%	18 49%	0 0%	1 3%	0 0%	5 14%	37 1%	
Sergipe.....	1 6%	1 6%	1 6%	3 17%	1 6%	4 22%	0 0%	7 39%	18 1%	
----- NORTE -----										
Acre.....	0 0%	0 0%	3 75%	1 25%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4 0%	
Amazonas.....	2 6%	1 3%	5 15%	5 15%	11 32%	5 15%	0 0%	5 15%	34 1%	
Para.....	1 3%	3 10%	1 3%	6 20%	7 23%	0 0%	0 0%	12 40%	30 1%	
Total ->	67 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.044 100%	

TABELA 16 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Estados - 1938/1945  
(Classificacao Atribuida)

Estado	de Orgao		Biblioteca		de		Demais Assoc.		Total	
	Publica	Governamental	Escolar	de Curso Superior	Sindicatos	Trabalhadores	Outras			
----- SUL -----										
Parana.....	14 7%	12 6%	115 56%	5 2%	3 1%	10 5%	46 22%	205 7		
Rio Grande do Sul.....	31 12%	24 9%	113 42%	11 4%	5 2%	10 4%	73 27%	267 9		
Santa Catarina.....	10 3%	9 3%	259 84%	1 0%	0 0%	0 0%	28 9%	307 10		
----- SUDESTE -----										
Distrito Federal.....	3 1%	86 27%	88 27%	18 6%	8 2%	15 5%	105 33%	323 11		
Espirito Santo.....	10 25%	3 8%	15 38%	0 0%	0 0%	0 0%	12 30%	40 1		
Minas Gerais.....	50 14%	11 3%	179 50%	13 4%	1 0%	4 1%	98 28%	356 12		
Rio de Janeiro.....	25 11%	11 5%	144 65%	3 1%	1 0%	4 2%	34 15%	222 7		
Sao Paulo.....	51 7%	59 8%	378 53%	19 3%	5 1%	30 4%	172 24%	714 23		
----- CENTRO-OESTE -----										
Goiás.....	5 13%	4 10%	9 23%	0 0%	0 0%	1 3%	20 51%	39 1		
Mato Grosso.....	4 11%	2 5%	13 34%	0 0%	0 0%	0 0%	19 50%	38 1		
----- NORDESTE -----										
Alagoas.....	7 19%	2 5%	15 41%	1 3%	1 3%	2 5%	9 24%	37 1		
Bahia.....	26 27%	9 9%	18 19%	3 3%	0 0%	3 3%	36 38%	95 3		
Ceara.....	13 21%	6 10%	19 31%	2 3%	0 0%	4 6%	18 29%	62 2		
Maranhao.....	16 41%	1 3%	7 18%	1 3%	0 0%	2 5%	12 31%	39 1		
Paraiba.....	21 28%	3 4%	16 21%	1 1%	1 1%	4 5%	29 39%	75 2		
Pernambuco.....	4 5%	3 4%	47 59%	2 3%	0 0%	0 0%	23 29%	79 3		
Piaui.....	18 78%	1 4%	2 9%	0 0%	0 0%	0 0%	2 9%	23 1		
Rio Grande do Norte.....	11 30%	3 8%	12 32%	0 0%	0 0%	2 5%	9 24%	37 1		
Sergipe.....	2 11%	3 17%	4 22%	0 0%	0 0%	1 6%	8 44%	18 1		
----- NORTE -----										
Acre.....	3 75%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 25%	4 0		
Amazonas.....	6 18%	4 12%	4 12%	1 3%	0 0%	2 6%	17 50%	34 1		
Para.....	2 7%	0 0%	2 7%	1 3%	0 0%	0 0%	25 83%	30 1		
Total ->	332 11%	256 8%	1.459 48%	82 3%	25 1%	94 3%	796 26%	3.044 100		

## Registros por Estados<sup>5</sup> (tabelas 15 e 16)

Das 22 unidades da federação, somente São Paulo, Minas Gerais e o Distrito Federal apresentam taxas de registros superiores a 10% do total de 3.044. São Paulo, com 23% do total, coloca-se em primeiro lugar, com uma diferença da ordem de 100% das outras duas unidades, que detêm, respectivamente, 12% e 11% do total de bibliotecas registradas. Estes percentuais conferem com os fornecidos pelo INL em setembro de 1945.<sup>6</sup> Dos 19 estados restantes, 15 apresentam taxas de registro de 0% a 3%.

A análise do desempenho de cada estado permite-nos tirar algumas conclusões com relação às regiões. Verifica-se, por exemplo, que são os estados de São Paulo, Minas Gerais e o Distrito Federal os responsáveis pela colocação em primeiro lugar da região Sudeste. O Espírito Santo apresenta apenas 1% das bibliotecas registradas no país. A observação individualizada estado por estado nos mostra uma performance muito igualitária entre os estados das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, embora a análise dos dados por região (tabelas 7 e 8) apontem uma superioridade acentuada para a região Nordeste. Ocorre que o número de estados que compõem a região Nordeste é bem superior aos das outras três regiões. Dos nove estados nordestinos, cinco tiveram apenas 1% dos registros efetuados ao longo do nosso período de estudo, e os outros quatro somaram 10% (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco).

Podemos, então, afirmar que o desempenho das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, à luz do desempenho dos estados, foi absolutamente igualitário. A grande diferença, contudo, virá na comparação entre os estados destas regiões com os das regiões Sul e Sudeste (exceção feita ao Espírito Santo).

Quanto aos tipos de bibliotecas, constatamos que as bibliotecas escolares paulistas foram as que apresentaram o maior número de registros. Das 1.459 instituições da categoria escolar, 378 localizavam-se no estado de São Paulo, superando, inclusive, a categoria outras bibliotecas.

---

<sup>5</sup> Optamos por incluir o Distrito Federal e o território do Acre nas tabelas destinadas aos estados a fim de facilitar a análise dos dados.

<sup>6</sup> Arquivo Gustavo Capanema, Série G, 36.10.30 pasta IV doc.22. (FGV/CPDOC).

### **Volume do acervo e obras doadas às bibliotecas registradas no período 1938-1945**

O conjunto de tabelas de números 17 a 32 retrata a situação das bibliotecas registradas pelo INL de 1938 a 1945, quanto ao volume do acervo e quanto ao número de obras doadas.

As faixas numéricas estabelecidas nestas tabelas mantêm intervalos irregulares devido ao fato de que, se assim não fosse, o reduzido número, e até mesmo à inexistência de instituições em muitas faixas dificultaria qualquer tipo de análise. Pareceu importante iniciar com faixas menores, pois a grande concentração era de instituições que detinham pequenos acervos, ou seja, inferiores a mil obras. Quanto aos volumes doados, predominaram as doações inferiores a 300 obras.

Nas tabelas referentes ao volume de acervo, a última faixa apresenta-se bastante ampliada (de 20.001 a 86.000), pois nesta faixa são poucas as instituições e, se a reduzíssemos, encontraríamos resultados com pouca expressividade. Oitenta e seis mil foi o volume máximo de acervo encontrado (em apenas uma instituição), excluindo-se o acervo da Biblioteca Nacional.

Em função da grandiosidade do acervo da Biblioteca Nacional (um milhão de volumes) em comparação com os acervos das outras instituições, optei por excluí-lo das estatísticas de volume de acervo. Assim sendo, nas tabelas de número 17 a 24 o total de instituições passou a ser 3.043. Para as tabelas referentes a volumes doados não foi preciso adotar tal conduta, uma vez que as doações feitas à Biblioteca Nacional foram de apenas 129 obras.

TABELA 17 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volume de Acervo(\*) - Brasil 1938/1945  
( Classificacao INL )

Volume de Acervo	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	
Até 300.....	18 1%	120 9%	84 6%	185 13%	42 3%	519 38%	53 4%	357 26%	1.378 45%
De 301 a 1.000.....	8 1%	38 5%	122 15%	138 17%	43 5%	167 21%	18 2%	267 33%	801 26%
De 1.001 a 3.000.....	11 3%	17 4%	44 11%	71 18%	15 4%	90 22%	9 2%	146 36%	403 13%
De 3.001 a 5.000.....	1 1%	6 6%	8 8%	25 24%	1 1%	22 21%	0 0%	43 41%	106 3%
De 5.001 a 10.000.....	10 13%	7 9%	5 6%	12 15%	1 1%	18 23%	1 1%	26 33%	80 3%
De 10.001 a 20.000.....	4 10%	6 14%	2 5%	10 24%	1 2%	8 19%	1 2%	10 24%	42 1%
De 20.001 a 86.000.....	4 10%	11 28%	5 13%	7 18%	0 0%	6 15%	0 0%	7 18%	40 1%
Nao divulgado.....	10 5%	3 2%	62 32%	7 4%	60 31%	20 10%	10 5%	21 11%	193 6%
Total ->	66 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.043 100%

\* Acervo existente quando do pedido de registro. Excluiu-se a Biblioteca Nacional.

TABELA 18 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volume de Acervo(\*) - Brasil 1938/1945  
(Classificacao Atribuida)

Volume de Acervo	Biblioteca								Total
	Publica	de Orgao Governamental	Escolar	de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores	Outras		
Ate' 300.....	73 5%	64 5%	892 65%	19 1%	11 1%	38 3%	281 20%	1.378 45	
De 301 a 1.000.....	120 15%	74 9%	328 41%	17 2%	10 1%	27 3%	225 28%	801 26	
De 1.001 a 3.000.....	44 11%	65 16%	132 33%	17 4%	1 0%	15 4%	129 32%	403 13	
De 3.001 a 5.000.....	9 8%	12 11%	37 35%	6 6%	1 1%	4 4%	37 35%	106 3	
De 5.001 a 10.000.....	7 9%	18 23%	17 21%	9 11%	1 1%	1 1%	27 34%	80 3	
De 10.001 a 20.000.....	3 7%	8 19%	10 24%	8 19%	0 0%	3 7%	10 24%	42 1	
De 20.001 a 86.000.....	13 33%	9 23%	2 5%	5 13%	0 0%	1 3%	10 25%	40 1	
Nao divulgado.....	62 32%	6 3%	41 21%	1 1%	1 1%	5 3%	77 40%	193 6	
Total ->	331 11%	256 8%	1.459 48%	82 3%	25 1%	94 3%	796 26%	3.043 100	

\* Acervo existente quando do pedido de registro. Excluiu-se a Biblioteca Nacional.

### Volume de acervo - Brasil (tabelas 17 e 18)

A grande maioria das bibliotecas registradas no INL no período de 1938 a 1945 possuía acervos de pequenas proporções. Do total de 3.044 instituições registradas, excluindo-se a Biblioteca Nacional, 45% detinham acervos de no máximo 300 volumes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerava, para fins de inclusão nos anuários estatísticos, somente as instituições com, pelo menos, 300 volumes.<sup>7</sup> Por este motivo, usei no levantamento de volume de acervo uma primeira faixa que indicasse os totais das bibliotecas possuidoras de acervos com até 300 obras. Dessa forma, das 3.044 instituições registradas pelo INL, 1.378, ou seja, 45% não mereceriam a atenção do IBGE, pois detinham, no máximo, 300 volumes cada.

De acordo com a classificação do INL, as bibliotecas que apresentavam estes volumes de acervos eram, por ordem, as bibliotecas privadas estaduais e não-oficiais e as públicas não-oficiais e estaduais.

A análise desses dados feita com base na classificação atribuída (tabela 18) aponta as seguintes conclusões: do total das bibliotecas registradas no INL entre 1938 a 1945, 48% foram de bibliotecas escolares, e destas, 65%, ou seja, 892, possuíam acervos com menos de 300 volumes.

Com relação às bibliotecas públicas, a concentração ocorre na faixa de 301 a 1.000 volumes, onde encontramos 120 bibliotecas do total de 332. A seguir, temos 44 bibliotecas públicas com acervos entre 1.001 e 3.000 volumes. A terceira faixa mais freqüentada foi aquela que concentrava as instituições com mais de 20 mil volumes.

Buscando conhecer os limites deste universo de 3.044 bibliotecas registradas, apresento a seguir os dados das bibliotecas que possuíam o menor e o maior acervo quando de seus registros no INL (excetuando-se a Biblioteca Nacional).

---

<sup>7</sup> IBGE - Anuário Estatístico do Brasil. Ano VIII (1947). Rio de Janeiro, 1948. Os dados referem-se ao ano de 1944.

**BIBLIOTECA INDIANA VELASCO**

Estado: RIO DE JANEIRO

Região: SUDESTE

Local: INTERIOR

Ano de instalação: 1943

Ano de registro: 1943

Classificação do INL: BIBLIOTECA PRIVATIVA ESTADUAL

Classificação atribuída: BIBLIOTECA ESCOLAR

Acervo inicial (volumes): 5

Volumes doados pelo INL (até 1952): 243

Média anual: 24

Volumes doados pelo INL no período: 73

**BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

Estado: BAHIA

Região: NORDESTE

Local: CAPITAL

Ano de instalação: 1811

Ano de registro: 1939

Classificação do INL: BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL

Classificação atribuída: BIBLIOTECA PÚBLICA

Acervo inicial (volumes): 85.783

Volumes doados pelo INL (até 1952): 1.500

Média anual: 107

Volumes doados pelo INL no período: 750

TABELA 19 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volume de Acervo(\*) - Regioes 1938/1945  
( Classificacao INL )

125

Volume de Acervo	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total	
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial		
----- SUL -----										
Ate' 300.....	2 0%	25 5%	12 3%	35 8%	5 1%	235 51%	36 8%	114 25%	464 15%	
De 301 a 1.000.....	1 1%	6 4%	18 11%	21 12%	10 6%	52 30%	3 2%	60 35%	171 6%	
De 1.001 a 3.000.....	0 0%	4 6%	9 13%	10 15%	3 4%	16 24%	1 1%	25 37%	68 2%	
De 3.001 a 5.000.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	6 50%	0 0%	6 50%	12 0%	
De 5.001 a 10.000.....	0 0%	2 15%	1 8%	3 23%	0 0%	1 8%	0 0%	6 46%	13 0%	
De 10.001 a 20.000.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 33%	0 0%	2 67%	3 0%	
De 20.001 a 86.000.....	0 0%	2 33%	1 17%	1 17%	0 0%	0 0%	0 0%	2 33%	6 0%	
Nao divulgado.....	0 0%	0 0%	14 33%	2 5%	9 21%	4 10%	9 21%	4 10%	42 1%	
----- SUDESTE -----										
Ate' 300.....	11 2%	81 12%	34 5%	105 15%	31 4%	240 35%	15 2%	172 25%	689 23%	
De 301 a 1.000.....	6 1%	27 6%	53 12%	91 20%	21 5%	106 23%	15 3%	139 30%	458 15%	
De 1.001 a 3.000.....	11 4%	9 4%	23 9%	46 18%	9 4%	58 23%	8 3%	89 35%	253 8%	
De 3.001 a 5.000.....	1 1%	5 7%	5 7%	19 25%	1 1%	12 16%	0 0%	32 43%	75 2%	
De 5.001 a 10.000.....	10 19%	2 4%	4 7%	7 13%	0 0%	16 30%	1 2%	14 26%	54 2%	
De 10.001 a 20.000.....	4 12%	6 18%	2 6%	7 21%	1 3%	7 21%	1 3%	6 18%	34 1%	
De 20.001 a 86.000.....	2 8%	3 12%	4 16%	6 24%	0 0%	6 24%	0 0%	4 16%	25 1%	
Nao divulgado.....	1 2%	2 3%	26 39%	4 6%	8 12%	14 21%	1 2%	10 15%	66 2%	
----- CENTRO-OESTE -----										
Ate' 300.....	0 0%	0 0%	2 14%	3 21%	2 14%	2 14%	0 0%	5 36%	14 0%	
De 301 a 1.000.....	0 0%	2 8%	2 8%	2 8%	4 16%	1 4%	0 0%	14 56%	25 1%	
De 1.001 a 3.000.....	0 0%	2 40%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 60%	5 0%	
De 3.001 a 5.000.....	0 0%	0 0%	1 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0%	
De 5.001 a 10.000.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 00%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0%	
Nao divulgado.....	8 26%	0 0%	2 6%	0 0%	17 55%	0 0%	0 0%	4 13%	31 1%	
----- NORDESTE -----										
Ate' 300.....	4 2%	13 7%	35 18%	35 18%	4 2%	42 21%	2 1%	61 31%	196 6%	
De 301 a 1.000.....	0 0%	2 1%	45 33%	23 17%	8 6%	7 5%	0 0%	52 38%	137 5%	
De 1.001 a 3.000.....	0 0%	2 3%	12 20%	11 19%	1 2%	12 20%	0 0%	21 36%	59 2%	
De 3.001 a 5.000.....	0 0%	1 6%	1 6%	6 35%	0 0%	4 24%	0 0%	5 29%	17 1%	
De 5.001 a 10.000.....	0 0%	3 25%	0 0%	2 17%	0 0%	1 8%	0 0%	6 50%	12 0%	
De 10.001 a 20.000.....	0 0%	0 0%	0 0%	3 60%	0 0%	0 0%	0 0%	2 40%	5 0%	
De 20.001 a 86.000.....	2 33%	4 67%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	6 0%	
Nao divulgado.....	0 0%	1 3%	17 52%	1 3%	10 30%	2 6%	0 0%	2 6%	33 1%	
----- NORTE -----										
Ate' 300.....	1 7%	1 7%	1 7%	7 47%	0 0%	0 0%	0 0%	5 33%	15 0%	
De 301 a 1.000.....	1 10%	1 10%	4 40%	1 10%	0 0%	1 10%	0 0%	2 20%	10 0%	
De 1.001 a 3.000.....	0 0%	0 0%	0 0%	4 22%	2 11%	4 22%	0 0%	8 44%	18 1%	
De 3.001 a 5.000.....	0 0%	0 0%	1 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0%	
De 20.001 a 86.000.....	0 0%	2 67%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 33%	3 0%	
Nao divulgado.....	1 5%	0 0%	3 14%	0 0%	16 76%	0 0%	0 0%	1 5%	21 1%	
Total ->	66 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.043 100%	

\* Acervo existente quando do pedido de registro. Excluiu-se a Biblioteca Nacional.

TABELA 20 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volume de Acervo(\*) - Regioes 1938/1945  
(Classificacao Atribuıda)

Volume de Acervo	Biblioteca							Total
	Publica	de Orgao Governamental	Escolar	de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores	Outras	
----- SUL -----								
Ate' 300.....	10 2%	16 3%	354 76%	7 2%	6 1%	11 2%	60 13%	464 15
De 301 a 1.000.....	17 10%	16 9%	86 50%	2 1%	2 1%	6 4%	42 25%	171 6
De 1.001 a 3.000.....	9 13%	11 16%	18 26%	4 6%	0 0%	3 4%	23 34%	68 2
De 3.001 a 5.000.....	0 0%	1 8%	8 67%	1 8%	0 0%	0 0%	2 17%	12 0
De 5.001 a 10.000.....	1 8%	0 0%	4 31%	3 23%	0 0%	0 0%	5 38%	13 0
De 10.001 a 20.000.....	0 0%	0 0%	2 67%	0 0%	0 0%	0 0%	1 33%	3 0
De 20.001 a 86.000.....	3 50%	0 0%	1 17%	0 0%	0 0%	0 0%	2 33%	6 0
Nao divulgado.....	15 36%	1 2%	14 33%	0 0%	0 0%	0 0%	12 29%	42 1
----- SUDESTE -----								
Ate' 300.....	25 4%	38 6%	451 65%	10 1%	5 1%	17 2%	143 21%	689 23
De 301 a 1.000.....	52 11%	43 9%	203 44%	12 3%	7 2%	14 3%	127 28%	458 15
De 1.001 a 3.000.....	21 8%	44 17%	87 34%	8 3%	1 0%	11 4%	81 32%	253 8
De 3.001 a 5.000.....	5 7%	9 12%	24 32%	5 7%	1 1%	3 4%	28 37%	75 2
De 5.001 a 10.000.....	4 7%	17 31%	12 22%	5 9%	0 0%	1 2%	15 28%	54 2
De 10.001 a 20.000.....	3 9%	8 24%	8 24%	8 24%	0 0%	3 9%	4 12%	34 1
De 20.001 a 86.000.....	3 12%	9 36%	1 4%	4 16%	0 0%	1 4%	7 28%	25 1
Nao divulgado.....	25 38%	2 3%	18 27%	1 2%	1 2%	3 5%	16 24%	66 2
----- CENTRO-OESTE -----								
Ate' 300.....	1 7%	1 7%	6 43%	0 0%	0 0%	1 7%	5 36%	14 0
De 301 a 1.000.....	2 8%	5 20%	9 36%	0 0%	0 0%	0 0%	9 36%	25 1
De 1.001 a 3.000.....	2 40%	0 0%	3 60%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	5 0
De 3.001 a 5.000.....	1 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0
De 5.001 a 10.000.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 00%	1 0
Nao divulgado.....	3 10%	0 0%	4 13%	0 0%	0 0%	0 0%	24 77%	31 1
----- NORDESTE -----								
Ate' 300.....	36 18%	9 5%	79 40%	1 1%	0 0%	9 5%	62 32%	196 6
De 301 a 1.000.....	45 33%	9 7%	30 22%	3 2%	1 1%	7 5%	42 31%	137 5
De 1.001 a 3.000.....	12 20%	8 14%	20 34%	4 7%	0 0%	0 0%	15 25%	59 2
De 3.001 a 5.000.....	2 12%	2 12%	5 29%	0 0%	0 0%	1 6%	7 41%	17 1
De 5.001 a 10.000.....	2 17%	1 8%	1 8%	1 8%	1 8%	0 0%	6 50%	12 0
De 10.001 a 20.000.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	5 00%	5 0
De 20.001 a 86.000.....	5 83%	0 0%	0 0%	1 17%	0 0%	0 0%	0 0%	6 0
Nao divulgado.....	16 48%	2 6%	5 15%	0 0%	0 0%	1 3%	9 27%	33 1
----- NORTE -----								
Ate' 300.....	1 7%	0 0%	2 13%	1 7%	0 0%	0 0%	11 73%	15 0
De 301 a 1.000.....	4 40%	1 10%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	5 50%	10 0
De 1.001 a 3.000.....	0 0%	2 11%	4 22%	1 6%	0 0%	1 6%	10 56%	18 1
De 3.001 a 5.000.....	1 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0
De 20.001 a 86.000.....	2 67%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 33%	3 0
Nao divulgado.....	3 14%	1 5%	0 0%	0 0%	0 0%	1 5%	16 76%	21 1
Total ->	331 11%	256 8%	1.459 48%	82 3%	25 1%	94 3%	796 26%	3.043 100

\* Acervo existente quando do pedido de registro. Excluiu-se a Biblioteca Nacional.

**Volume de acervo - Regiões (tabelas 19 e 20)**

Para as regiões Sudeste, Sul e Nordeste há concentração de pequenos acervos, com até 300 volumes.

Na região Centro-Oeste, a concentração ocorre na faixa seguinte, de 300 a 1000 volumes. Finalmente, o Norte concentra suas poucas instituições na faixa de 1.001 a 3.000 volumes.

TABELA 21 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volume de Acervo(\*) - Estados 1938/1945  
( Classificacao INL )

Estado	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	
----- SUL -----									
Parana.....	763	0	35.541	21.913	1.784	65.679	0	17.301	142.981
Rio Grande do Sul.....	0	63.871	23.138	108.066	7.090	35.514	2.115	187.527	427.321
Santa Catarina.....	0	33.272	5.658	6.709	950	24.424	4.136	53.040	128.189
----- SUDESTE -----									
Distrito Federal.....	240.602	739	79.215	315.492	23.921	419.659	29.372	301.588	1.410.588
Espirito Santo.....	0	15.061	3.978	13.295	0	4.648	0	5.354	42.336
Minas Gerais.....	2.249	11.550	88.288	140.918	17.584	85.929	5.731	48.898	401.147
Rio de Janeiro.....	2.087	26.180	52.205	10.111	807	13.230	3.756	31.851	140.227
Sao Paulo.....	0	230.075	92.882	155.413	6.014	241.019	4.725	293.183	1.023.311
----- CENTRO-OESTE -----									
Goiás.....	0	1.900	2.371	1.279	7.692	372	0	9.020	22.634
Mato Grosso.....	0	3.304	5.000	478	410	128	0	5.769	15.089
----- NORDESTE -----									
Alagoas.....	0	4.000	4.770	12.111	165	6.573	0	11.207	38.826
Bahia.....	37.450	92.003	21.573	38.875	492	14.322	200	45.134	250.049
Ceara.....	39.846	1.722	3.704	10.698	380	19.866	0	26.305	102.521
Maranhao.....	0	45.500	5.516	3.547	1.284	3.117	0	4.477	63.441
Paraiba.....	0	11.105	7.278	12.242	2.008	3.776	0	19.159	55.568
Pernambuco.....	0	48.013	424	11.462	851	2.055	200	35.488	98.493
Piaui.....	0	8.844	7.023	268	220	0	0	4.349	20.704
Rio Grande do Norte.....	0	2.670	2.784	22.735	0	97	0	1.387	29.673
Sergipe.....	265	50.145	627	5.584	594	2.273	0	9.589	69.077
----- NORTE -----									
Acre.....	0	0	701	212	0	0	0	0	913
Amazonas.....	50	45.000	4.833	6.819	1.496	8.085	0	7.300	73.583
Para.....	500	26.462	200	1.817	1.505	0	0	37.406	67.890
-----									
Total -->	323.812	721.416	447.709	900.044	75.247	950.766	50.235	1.155.332	4.624.561

\* Acervo existente quando do pedido de registro. Excluiu-se a Biblioteca Nacional.

Por questoes tecnicas os valores reais e os valores percentuais das tabelas

21 e 22; 23 e 24 nao puderam ser fundidos como nas demais tabelas.

TABELA 22 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volume de Acervo(\*) - Estados 1938/1945  
( Classificacao INL )

Estado	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	
----- SUL -----									
Parana.....	1%	0%	25%	15%	1%	46%	0%	12%	3%
Rio Grande do Sul.....	0%	15%	5%	25%	2%	8%	0%	44%	9%
Santa Catarina.....	0%	26%	4%	5%	1%	19%	3%	41%	3%
----- SUDESTE -----									
Distrito Federal.....	17%	0%	6%	22%	2%	30%	2%	21%	31%
Espirito Santo.....	0%	36%	9%	31%	0%	11%	0%	13%	1%
Minas Gerais.....	1%	3%	22%	35%	4%	21%	1%	12%	9%
Rio de Janeiro.....	1%	19%	37%	7%	1%	9%	3%	23%	3%
Sao Paulo.....	0%	22%	9%	15%	1%	24%	0%	29%	22%
----- CENTRO-OESTE -----									
Goias.....	0%	8%	10%	6%	34%	2%	0%	40%	0%
Mato Grosso.....	0%	22%	33%	3%	3%	1%	0%	38%	0%
----- NORDESTE -----									
Alagoas.....	0%	10%	12%	31%	0%	17%	0%	29%	1%
Bahia.....	15%	37%	9%	16%	0%	6%	0%	18%	5%
Ceara.....	39%	2%	4%	10%	0%	19%	0%	26%	2%
Maranhao.....	0%	72%	9%	6%	2%	5%	0%	7%	1%
Paraiba.....	0%	20%	13%	22%	4%	7%	0%	34%	1%
Pernambuco.....	0%	49%	0%	12%	1%	2%	0%	36%	2%
Piaui.....	0%	43%	34%	1%	1%	0%	0%	21%	0%
Rio Grande do Norte.....	0%	9%	9%	77%	0%	0%	0%	5%	1%
Sergipe.....	0%	73%	1%	8%	1%	3%	0%	14%	1%
----- NORTE -----									
Acre.....	0%	0%	77%	23%	0%	0%	0%	0%	0%
Amazonas.....	0%	61%	7%	9%	2%	11%	0%	10%	2%
Para.....	1%	39%	0%	3%	2%	0%	0%	55%	1%
Total ->	7%	16%	10%	19%	2%	21%	1%	25%	100%

\* Acervo existente quando do pedido de registro. Excluiu-se a Biblioteca Nacional.

TABELA 23 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volume de Acervo(\*) - Estados 1938/1945  
(Classificacao Atribuida)

Estado	Biblioteca							Total
	Publica	de Orgao Governamental	Escolar	de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores	Outras	
----- SUL -----								
Parana.....	35.541	6.869	36.296	563	4.937	51.282	7.493	142.981
Rio Grande do Sul.....	68.369	16.666	139.183	1.169	6.907	169.727	25.300	427.321
Santa Catarina.....	30.729	6.825	68.169	0	0	19.914	2.552	128.189
----- SUDESTE -----								
Distrito Federal.....	40.800	560.403	153.760	7.600	78.881	456.031	113.113	1.410.588
Espirito Santo.....	15.133	4.569	7.745	0	0	14.889	0	42.336
Minas Gerais.....	91.076	20.335	157.337	209	3.224	87.879	41.087	401.147
Rio de Janeiro.....	51.315	7.894	23.653	115	1.838	30.154	25.258	140.227
Sao Paulo.....	91.865	217.200	286.472	4.760	40.921	208.575	173.518	1.023.311
----- CENTRO-OESTE -----								
Goiás.....	3.371	1.854	6.665	0	45	10.699	0	22.634
Mato Grosso.....	7.304	1.410	5.112	0	0	1.263	0	15.089
----- NORDESTE -----								
Alagoas.....	8.770	5.165	9.568	8.031	209	6.340	743	38.826
Bahia.....	107.116	12.720	21.005	0	4.788	64.637	39.783	250.049
Ceara.....	43.656	6.266	17.859	0	1.574	25.016	8.150	102.521
Maranhao.....	51.010	500	4.755	0	681	3.995	2.500	63.441
Paraiba.....	17.278	1.895	7.950	603	800	25.342	1.700	55.568
Pernambuco.....	48.043	821	10.653	0	0	37.389	1.587	98.493
Piaui.....	15.867	2.994	1.270	0	0	573	0	20.704
Rio Grande do Norte.....	2.784	2.767	4.667	0	567	18.888	0	29.673
Sergipe.....	50.772	1.624	2.036	0	550	14.095	0	69.077
----- NORTE -----								
Acre.....	701	0	0	0	0	212	0	913
Amazonas.....	49.833	2.836	6.077	0	3.000	8.837	3.000	73.583
Para.....	26.052	0	270	0	0	41.488	80	67.890
Total -->	857.385	881.613	970.502	23.050	148.922	1.297.225	445.864	4.624.561

\* Acervo existente quando do pedido de registro. Excluiu-se a Biblioteca Nacional.

TABELA 24 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volume de Acervo(\*) - Estados 1938/1945  
(Classificacao Atribuida)

Estado	Biblioteca							Total
	Publica	de Orgao Governamental	Escolar	de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores	Outras	
----- SUL -----								
Parana.....	25%	5%	25%	0%	3%	36%	5%	3%
Rio Grande do Sul.....	16%	4%	33%	0%	2%	40%	6%	9%
Santa Catarina.....	24%	5%	53%	0%	0%	16%	2%	3%
----- SUDESTE -----								
Distrito Federal.....	3%	40%	11%	1%	6%	32%	8%	31%
Espirito Santo.....	36%	11%	18%	0%	0%	35%	0%	1%
Minas Gerais.....	23%	5%	39%	0%	1%	22%	10%	9%
Rio de Janeiro.....	37%	6%	17%	0%	1%	22%	18%	3%
Sao Paulo.....	9%	21%	28%	0%	4%	20%	17%	22%
----- CENTRO-OESTE -----								
Goias.....	15%	8%	29%	0%	0%	47%	0%	0%
Mato Grosso.....	48%	9%	34%	0%	0%	8%	0%	0%
----- NORDESTE -----								
Alagoas.....	23%	13%	25%	21%	1%	16%	2%	1%
Bahia.....	43%	5%	8%	0%	2%	26%	16%	5%
Ceara.....	43%	6%	17%	0%	2%	24%	8%	2%
Maranhao.....	80%	1%	7%	0%	1%	6%	4%	1%
Paraiba.....	31%	3%	14%	1%	1%	46%	3%	1%
Pernambuco.....	49%	1%	11%	0%	0%	38%	2%	2%
Piaui.....	77%	14%	6%	0%	0%	3%	0%	0%
Rio Grande do Norte.....	9%	9%	16%	0%	2%	64%	0%	1%
Sergipe.....	74%	2%	3%	0%	1%	20%	0%	1%
----- NORTE -----								
Acre.....	77%	0%	0%	0%	0%	23%	0%	0%
Amazonas.....	68%	4%	8%	0%	4%	12%	4%	2%
Para.....	38%	0%	0%	0%	0%	61%	0%	1%
Total ->	19%	19%	21%	0%	3%	28%	10%	100%

\* Acervo existente quando do pedido de registro. Excluiu-se a Biblioteca Nacional.

### **Volume de acervo - Estados (tabelas 21 a 24)**

Analisando este conjunto de tabelas com dados relativos a volume de acervo por estado, verifica-se que os grandes detentores de acervos eram o Distrito Federal (31%); São Paulo (22%); Minas Gerais e Rio Grande do Sul (9%). Quanto ao Distrito Federal, parece razoável que a capital do país se colocasse em primeiro lugar, apesar de não ser a detentora do maior número de instituições cadastradas. São Paulo vence em volume de bibliotecas registradas, mas perde no total de acervo. Isto se explica porque o maior índice de registros paulistas foi para a categoria escolar, que possuía pequenos acervos, enquanto no Distrito Federal os maiores índices foram não só para as bibliotecas escolares, mas também para as bibliotecas de órgãos governamentais, que detinham acervos maiores. Compreensivelmente, o Distrito Federal abrigava o maior número de bibliotecas de órgãos governamentais do país.

Através deste grupo de tabelas temos, ainda, os valores totais de acervos dentro de cada tipo de biblioteca. De conformidade com a classificação do INL, a maior concentração de obras estava nas bibliotecas privativas não-oficiais, com 25% do total verificado (4.624.561), excetuando-se, conforme já foi mencionado, o acervo da Biblioteca Nacional. Em seguida vinham as privativas estaduais e as públicas não-oficiais.

Atentando-se para a classificação atribuída, um dado chama a atenção. A constância de acervos numerosos nas bibliotecas das associações de trabalhadores. Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul são responsáveis por, aproximadamente, 830 mil volumes, de um total de 1.300 mil volumes pertencentes às associações de trabalhadores. Este volume representa 28% do total de obras de todas as bibliotecas registradas no INL entre 1938 e 1945. São, portanto, bibliotecas com volumes de acervo expressivos quando comparadas com bibliotecas de outras categorias como, por exemplo, as bibliotecas públicas, que somaram um acervo de menos de 1 milhão de volumes, correspondente a 19% do total.

TABELA 25 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volumes Doados - Brasil 1938/1945  
( Classificacao INL )

Volumes Doados	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	
Até 300.....	28 2%	74 5%	29 2%	139 10%	79 5%	504 35%	68 5%	523 36%	1.444 47%
De 301 a 500.....	12 2%	63 13%	31 6%	111 23%	8 2%	132 27%	13 3%	118 24%	488 16%
De 501 a 700.....	7 3%	14 5%	57 22%	78 30%	3 1%	68 26%	0 0%	34 13%	261 9%
De 701 a 1.000.....	2 2%	8 6%	74 57%	32 25%	1 1%	8 6%	0 0%	4 3%	129 4%
De 1.001 a 1.150.....	0 0%	3 3%	83 95%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 1%	87 3%
De 1.151 a 2.576.....	1 2%	3 7%	37 88%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 2%	42 1%
Nao divulgado.....	17 3%	43 7%	21 4%	95 16%	72 12%	138 23%	11 2%	196 33%	593 19%
Total ->	67 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.044 100%

TABELA 26 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volumes Doados - Brasil 1938/1945  
(Classificacao Atribuıda)

Volumes Doados	de Orgao			Biblioteca de Curso		de		Demais Assoc.		Total
	Publica	Gov.amental	Escolar	Superior	Sindicatos	Trabalhadores	Outras			
Ate' 300.....	24 2%	125 9%	818 57%	37 3%	15 1%	59 4%	366 25%	1.444 47		
De 301 a 500.....	24 5%	36 7%	296 61%	8 2%	3 1%	11 2%	110 23%	488 16		
De 501 a 700.....	56 21%	17 7%	110 42%	7 3%	0 0%	6 2%	65 25%	261 9		
De 701 a 1.000.....	81 63%	3 2%	7 5%	3 2%	2 2%	2 2%	31 24%	129 4		
De 1.001 a 1.150.....	86 99%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 1%	0 0%	87 3		
De 1.151 a 2.576.....	40 95%	1 2%	1 2%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	42 1		
Nao divulgado.....	21 4%	74 12%	227 38%	27 5%	5 1%	15 3%	224 38%	593 19		
Total ->	332 11%	256 8%	1.459 48%	82 3%	25 1%	94 3%	796 26%	3.044 100		

**Volumes doados - Brasil (tabelas 25 e 26)**

Vemos, a partir destas tabelas, como atuou o INL em sua política de propagação cultural mediante a distribuição de obras literárias consideradas pelos dirigentes do Instituto como de real valor cultural. Conforme esclareci no capítulo 3, não dispomos dos títulos que o INL adquiriu no mercado livreiro nacional para remeter às bibliotecas registradas. Conhecemos, apenas, os títulos editados pelo próprio Instituto, mas estes representam, tão-somente, 5% do total das doações.<sup>8</sup>

Da mesma forma desconhecemos os critérios estabelecidos para a escolha das obras doadas a cada instituição. Sabemos, contudo, que as instituições classificadas pelo Instituto como públicas recebiam em doação tanto as obras editadas pelo Ministério da Educação quanto obras adquiridas, ao passo que as doações às bibliotecas privadas limitavam-se às edições oficiais.

Constatarei em meu levantamento que aproximadamente 50% das instituições beneficiadas com doações receberam menos de 300 volumes. Para a faixa que compreendia as doações entre 301 a 500 volumes detectei um índice de 16% do total das 3.044 instituições registradas pelo INL entre 1938 a 1945. As instituições que receberam mais de 2 mil volumes foram somente duas - a Biblioteca Municipal Antônio Hortêncio, na Paraíba, e a Biblioteca Pública do Amazonas.

---

<sup>8</sup> Arquivo Gustavo Capanema, Série G, 36.10.30 pasta IV doc.22 (FGV/CPDOC).

TABELA 27 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volumes Doados - Regioes 1938/1945  
( Classificacao INL )

Volumes Doados	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total	
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial		
----- SUL -----										
Ate' 300.....	1 0%	22 5%	2 0%	22 5%	15 4%	167 41%	43 10%	138 34%	410 13%	
De 301 a 500.....	2 1%	9 7%	3 2%	28 20%	1 1%	53 39%	0 0%	41 30%	137 5%	
De 501 a 700.....	0 0%	2 3%	14 18%	10 13%	1 1%	46 58%	0 0%	7 9%	80 3%	
De 701 a 1.000.....	0 0%	1 6%	11 65%	2 12%	0 0%	3 18%	0 0%	0 0%	17 1%	
De 1.001 a 1.150.....	0 0%	1 7%	13 93%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	14 0%	
De 1.151 a 2.576.....	0 0%	0 0%	7 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	7 0%	
Nao divulgado.....	0 0%	4 4%	5 4%	10 9%	10 9%	46 40%	6 5%	33 29%	114 4%	
----- SUDESTE -----										
Ate' 300.....	15 2%	39 5%	17 2%	90 11%	50 6%	282 36%	23 3%	276 35%	792 26%	
De 301 a 500.....	9 3%	53 19%	13 5%	55 20%	4 1%	73 27%	13 5%	53 19%	273 9%	
De 501 a 700.....	6 5%	11 8%	20 15%	54 41%	1 1%	22 17%	0 0%	19 14%	133 4%	
De 701 a 1.000.....	1 2%	1 2%	33 54%	17 28%	0 0%	5 8%	0 0%	4 7%	61 2%	
De 1.001 a 1.150.....	0 0%	0 0%	39 98%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 3%	40 1%	
De 1.151 a 2.576.....	1 5%	0 0%	20 91%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 5%	22 1%	
Nao divulgado.....	15 4%	31 9%	9 3%	69 21%	16 5%	77 23%	5 1%	112 34%	334 11%	
----- CENTRO-OESTE -----										
Ate' 300.....	6 27%	1 5%	1 5%	1 5%	0 0%	1 5%	0 0%	12 55%	22 1%	
De 301 a 500.....	0 0%	0 0%	1 25%	0 0%	1 25%	0 0%	0 0%	2 50%	4 0%	
De 501 a 700.....	1 25%	0 0%	2 50%	0 0%	1 25%	0 0%	0 0%	0 0%	4 0%	
De 701 a 1.000.....	0 0%	0 0%	1 50%	0 0%	1 50%	0 0%	0 0%	0 0%	2 0%	
De 1.001 a 1.150.....	0 0%	1 50%	1 50%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 0%	
Nao divulgado.....	1 2%	2 5%	1 2%	4 9%	21 49%	2 5%	0 0%	12 28%	43 1%	
----- NORDESTE -----										
Ate' 300.....	4 2%	10 5%	8 4%	24 12%	6 3%	53 27%	2 1%	89 45%	196 6%	
De 301 a 500.....	1 2%	1 2%	14 24%	20 34%	2 3%	5 8%	0 0%	16 27%	59 2%	
De 501 a 700.....	0 0%	1 3%	19 48%	12 30%	0 0%	0 0%	0 0%	8 20%	40 1%	
De 701 a 1.000.....	0 0%	5 12%	25 58%	13 30%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	43 1%	
De 1.001 a 1.150.....	0 0%	1 3%	29 97%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	30 1%	
De 1.151 a 2.576.....	0 0%	2 18%	9 82%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	11 0%	
Nao divulgado.....	1 1%	6 7%	6 7%	12 14%	15 17%	10 12%	0 0%	36 42%	86 3%	
----- NORTE -----										
Ate' 300.....	2 8%	2 8%	1 4%	2 8%	8 33%	1 4%	0 0%	8 33%	24 1%	
De 301 a 500.....	0 0%	0 0%	0 0%	8 53%	0 0%	1 7%	0 0%	6 40%	15 0%	
De 501 a 700.....	0 0%	0 0%	2 50%	2 50%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	4 0%	
De 701 a 1.000.....	1 17%	1 17%	4 67%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	6 0%	
De 1.001 a 1.150.....	0 0%	0 0%	1 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0%	
De 1.151 a 2.576.....	0 0%	1 50%	1 50%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 0%	
Nao divulgado.....	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	10 63%	3 19%	0 0%	3 19%	16 1%	
Total ->	67 2%	208 7%	332 11%	455 15%	163 5%	850 28%	92 3%	877 29%	3.044 100%	

TABELA 28 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volumes Doados - Regioes 1938/1945  
(Classificacao Atribuida)

Volumes Doados	Biblioteca							Total	
	Publica	de Orgao Governamental	Escolar	de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores	Outras		
----- SUL -----									
Ate' 300.....	3 1%	25 6%	280 68%	7 2%	5 1%	11 3%	79 19%	410 13	
De 301 a 500.....	1 1%	4 3%	103 75%	4 3%	2 1%	4 3%	19 14%	137 5	
De 501 a 700.....	14 18%	5 6%	49 61%	2 3%	0 0%	3 4%	7 9%	80 3	
De 701 a 1.000.....	12 71%	1 6%	2 12%	0 0%	0 0%	0 0%	2 12%	17 1	
De 1.001 a 1.150.....	14 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	14 0	
De 1.151 a 2.576.....	7 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	7 0	
Nao divulgado.....	4 4%	10 9%	53 46%	4 4%	1 1%	2 2%	40 35%	114 4	
----- SUDESTE -----									
Ate' 300.....	9 1%	82 10%	432 55%	21 3%	9 1%	37 5%	202 26%	792 26	
De 301 a 500.....	9 3%	30 11%	171 63%	3 1%	1 0%	5 2%	54 20%	273 9	
De 501 a 700.....	19 14%	10 8%	56 42%	5 4%	0 0%	2 2%	41 31%	133 4	
De 701 a 1.000.....	33 54%	1 2%	5 8%	3 5%	1 2%	1 2%	17 28%	61 2	
De 1.001 a 1.150.....	39 98%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 3%	0 0%	40 1	
De 1.151 a 2.576.....	20 91%	1 5%	1 5%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	22 1	
Nao divulgado.....	10 3%	46 14%	139 42%	21 6%	4 1%	7 2%	107 32%	334 11	
----- CENTRO-OESTE -----									
Ate' 300.....	1 5%	1 5%	9 41%	0 0%	0 0%	0 0%	11 50%	22 1	
De 301 a 500.....	0 0%	0 0%	1 25%	0 0%	0 0%	0 0%	3 75%	4 0	
De 501 a 700.....	3 75%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 25%	4 0	
De 701 a 1.000.....	1 50%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 50%	2 0	
De 1.001 a 1.150.....	2 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 0	
Nao divulgado.....	2 5%	5 12%	12 28%	0 0%	0 0%	1 2%	23 53%	43 1	
----- NORDESTE -----									
Ate' 300.....	10 5%	16 8%	93 47%	8 4%	1 1%	10 5%	58 30%	196 6	
De 301 a 500.....	14 24%	1 2%	20 34%	1 2%	0 0%	2 3%	21 36%	59 2	
De 501 a 700.....	18 45%	2 5%	5 13%	0 0%	0 0%	1 3%	14 35%	40 1	
De 701 a 1.000.....	30 70%	0 0%	0 0%	0 0%	1 2%	1 2%	11 26%	43 1	
De 1.001 a 1.150.....	30 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	30 1	
De 1.151 a 2.576.....	11 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	11 0	
Nao divulgado.....	5 6%	12 14%	22 26%	1 1%	0 0%	4 5%	42 49%	86 3	
----- NORTE -----									
Ate' 300.....	1 4%	1 4%	4 17%	1 4%	0 0%	1 4%	16 67%	24 1	
De 301 a 500.....	0 0%	1 7%	1 7%	0 0%	0 0%	0 0%	13 87%	15 0	
De 501 a 700.....	2 50%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 50%	4 0	
De 701 a 1.000.....	5 83%	1 17%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	6 0	
De 1.001 a 1.150.....	1 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0	
De 1.151 a 2.576.....	2 00%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 0	
Nao divulgado.....	0 0%	1 6%	1 6%	1 6%	0 0%	1 6%	12 75%	16 1	
Total ->	332 11%	256 8%	1.459 48%	82 3%	25 1%	94 3%	796 26%	3.044 100	

### **Volumes doados - Regiões (tabelas 27 e 28)**

Nas cinco regiões do país predominaram as pequenas doações de até 300 volumes. Devemos, contudo, ter em mente que estas doações, ainda que essencialmente de poucos volumes, representaram acréscimos substanciais aos acervos existentes, pois, conforme constatamos nas tabelas 17 e 18, metade das bibliotecas beneficiadas detinham acervos igualmente de pequenas proporções, não ultrapassando 300 volumes.

Com base na classificação atribuída, observamos que as doações para as bibliotecas públicas da região Sul ocorreram com maior freqüência nas faixas de 501 a 700 volumes e de 1.001 a 1.150 volumes. Nas regiões Sudeste e Nordeste houve concentração na faixa de 701 a 1.150 volumes, enquanto no Centro-Oeste e Norte as faixas predominantes foram, respectivamente, de 501 a 700 e de 701 a 1.000 volumes.

Apresentou-se bastante elevado, em todas as regiões, o número de instituições para as quais não foi possível saber-se a quantidade de obras doadas. Este fato prejudicou a realização de um mapeamento mais próximo da realidade. Na região Centro-Oeste, por exemplo, das 77 bibliotecas registradas, desconhecemos o total de obras doadas a 43.

TABELA 29 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volumes Doados(\*) - Estados 1938/1945  
( Classificacao INL )

Estado	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	
----- SUL -----									
Parana.....	1.118	0	13.366	8.492	338	37.931	0	3.609	64.854
Rio Grande do Sul.....	0	3.406	24.057	8.763	995	8.456	779	18.494	64.950
Santa Catarina.....	0	7.196	4.752	5.056	410	26.973	4.870	12.561	61.818
----- SUDESTE -----									
Distrito Federal.....	9.066	569	4.455	14.710	3.814	3.077	1.943	11.513	49.147
Espirito Santo.....	0	12	6.268	1.168	0	3.165	0	1.562	12.175
Minas Gerais.....	473	1.657	41.017	21.925	994	18.045	1.041	10.513	95.665
Rio de Janeiro.....	1.656	11.981	23.067	2.844	735	13.518	569	8.288	62.658
Sao Paulo.....	0	19.895	38.483	34.676	940	50.556	3.897	29.955	178.402
----- CENTRO-OESTE -----									
Goiás.....	0	0	2.569	106	1.642	0	0	422	4.739
Mato Grosso.....	1.663	1.075	1.228	0	0	79	0	1.859	5.904
----- NORDESTE -----									
Alagoas.....	0	883	5.063	1.239	0	1.649	0	2.338	11.172
Bahia.....	54	1.967	21.481	7.319	301	710	63	2.853	34.748
Ceara.....	319	1.715	6.339	5.647	0	670	0	3.416	18.106
Maranhao.....	0	990	7.041	1.561	260	0	0	284	10.136
Paraiba.....	0	1.305	19.614	3.849	528	1.767	0	2.529	29.592
Pernambuco.....	0	1.568	2.447	2.231	529	4.142	190	6.371	17.478
Piaui.....	0	921	12.290	340	0	0	0	22	13.573
Rio Grande do Norte.....	0	163	6.755	5.059	0	13	0	1.269	13.259
Sergipe.....	429	1.524	1.121	1.599	258	60	0	411	5.402
----- NORTE -----									
Acre.....	0	0	2.197	555	0	0	0	0	2.752
Amazonas.....	977	2.566	3.994	2.090	381	461	0	125	10.594
Para.....	252	1.179	1.233	2.016	259	0	0	2.277	7.216
Total ->	16.007	60.572	248.837	131.245	12.384	171.272	13.352	120.671	774.340

\* Por questoes tecnicas os valores reais e os valores percentuais das tabelas 29 e 30; 31 e 32 nao puderam ser fundidos como nas demais tabelas.

TABELA 30 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volumes Doados - Estados 1938/1945  
( Classificacao INL )

Estado	Biblioteca Publica				Biblioteca Privativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	Federal	Estadual	Municipal	n/Oficial	
----- SUL -----									
Parana.....	2%	0%	21%	13%	1%	58%	0%	6%	8%
Rio Grande do Sul.....	0%	5%	37%	13%	2%	13%	1%	28%	8%
Santa Catarina.....	0%	12%	8%	8%	1%	44%	8%	20%	8%
----- SUDESTE -----									
Distrito Federal.....	18%	1%	9%	30%	8%	6%	4%	23%	6%
Espirito Santo.....	0%	0%	51%	10%	0%	26%	0%	13%	2%
Minas Gerais.....	0%	2%	43%	23%	1%	19%	1%	11%	12%
Rio de Janeiro.....	3%	19%	37%	5%	1%	22%	1%	13%	8%
Sao Paulo.....	0%	11%	22%	19%	1%	28%	2%	17%	23%
----- CENTRO-OESTE -----									
Goiás.....	0%	0%	54%	2%	35%	0%	0%	9%	1%
Mato Grosso.....	28%	18%	21%	0%	0%	1%	0%	31%	1%
----- NORDESTE -----									
Alagoas.....	0%	8%	45%	11%	0%	15%	0%	21%	1%
Bahia.....	0%	6%	62%	21%	1%	2%	0%	8%	4%
Ceara.....	2%	9%	35%	31%	0%	4%	0%	19%	2%
Maranhao.....	0%	10%	69%	15%	3%	0%	0%	3%	1%
Paraiba.....	0%	4%	66%	13%	2%	6%	0%	9%	4%
Pernambuco.....	0%	9%	14%	13%	3%	24%	1%	36%	2%
Piaui.....	0%	7%	91%	3%	0%	0%	0%	0%	2%
Rio Grande do Norte.....	0%	1%	51%	38%	0%	0%	0%	10%	2%
Sergipe.....	8%	28%	21%	30%	5%	1%	0%	8%	1%
----- NORTE -----									
Acre.....	0%	0%	80%	20%	0%	0%	0%	0%	0%
Amazonas.....	9%	24%	38%	20%	4%	4%	0%	1%	1%
Para.....	3%	16%	17%	28%	4%	0%	0%	32%	1%
Total ->	2%	8%	32%	17%	2%	22%	2%	16%	100%

TABELA 31 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volumes Doados - Estados 1938/1945  
(Classificacao Atribuıda)

Estado	de Orgao						Total	
	Publica	Governmental	Escolar	Biblioteca de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores Outras		
----- SUL -----								
Parana.....	13.366	2.347	40.632	359	2.772	3.988	1.390	64.854
Rio Grande do Sul.....	24.712	2.242	25.344	656	1.239	8.983	1.774	64.950
Santa Catarina.....	5.361	1.449	50.516	0	0	4.470	22	61.818
----- SUDESTE -----								
Distrito Federal.....	1.154	14.196	12.028	1.268	2.405	16.433	1.663	49.147
Espirito Santo.....	6.268	55	3.656	0	0	2.196	0	12.175
Minas Gerais.....	41.612	1.531	35.188	15	500	14.460	2.359	95.665
Rio de Janeiro.....	22.889	1.616	32.549	0	385	4.044	1.175	62.658
Sao Paulo.....	37.815	7.704	91.740	91	3.537	34.694	2.821	178.402
----- CENTRO-OESTE -----								
Goiás.....	2.211	0	361	0	0	2.167	0	4.739
Mato Grosso.....	2.827	74	1.325	0	0	1.678	0	5.904
----- NORDESTE -----								
Alagoas.....	5.946	6	3.840	853	18	496	13	11.172
Bahia.....	23.140	694	2.271	0	400	7.854	389	34.748
Ceara.....	6.757	1.274	3.208	0	1.223	5.466	178	18.106
Maranhao.....	8.058	196	260	0	490	1.044	88	10.136
Paraiba.....	20.638	11	2.548	22	566	5.753	54	29.592
Pernambuco.....	3.364	0	10.537	0	0	3.549	28	17.478
Piaui.....	13.211	10	12	0	0	340	0	13.573
Rio Grande do Norte.....	6.755	176	3.042	0	34	3.252	0	13.259
Sergipe.....	2.645	50	301	0	21	2.385	0	5.402
----- NORTE -----								
Acre.....	2.197	0	0	0	0	555	0	2.752
Amazonas.....	6.560	1.315	170	0	52	2.497	0	10.594
Para.....	1.994	0	546	0	0	4.665	11	7.216
-----								
Total ->	259.480	34.946	320.074	3.264	13.642	130.969	11.965	774.340

TABELA 32 - Distribuicao das Bibliotecas Registradas por Volumes Doados - Estados 1938/1945  
(Classificacao Atribuida)

Estado	Biblioteca							Total
	Publica	de Orgao Governamental	Escolar	de Curso Superior	de Sindicatos	Demais Assoc. Trabalhadores	Outras	
----- SUL -----								
Parana.....	21%	4%	63%	1%	4%	6%	2%	8%
Rio Grande do Sul.....	38%	3%	39%	1%	2%	14%	3%	8%
Santa Catarina.....	9%	2%	82%	0%	0%	7%	0%	8%
----- SUDESTE -----								
Distrito Federal.....	2%	29%	24%	3%	5%	33%	3%	6%
Espirito Santo.....	51%	0%	30%	0%	0%	18%	0%	2%
Minas Gerais.....	43%	2%	37%	0%	1%	15%	2%	12%
Rio de Janeiro.....	37%	3%	52%	0%	1%	6%	2%	8%
Sao Paulo.....	21%	4%	51%	0%	2%	19%	2%	23%
----- CENTRO-OESTE -----								
Goiias.....	47%	0%	8%	0%	0%	46%	0%	1%
Mato Grosso.....	48%	1%	22%	0%	0%	28%	0%	1%
----- NORDESTE -----								
Alagoas.....	53%	0%	34%	8%	0%	4%	0%	1%
Bahia.....	67%	2%	7%	0%	1%	23%	1%	4%
Ceara.....	37%	7%	18%	0%	7%	30%	1%	2%
Maranhao.....	79%	2%	3%	0%	5%	10%	1%	1%
Paraiba.....	70%	0%	9%	0%	2%	19%	0%	4%
Pernambuco.....	19%	0%	60%	0%	0%	20%	0%	2%
Piaui.....	97%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	2%
Rio Grande do Norte.....	51%	1%	23%	0%	0%	25%	0%	2%
Sergipe.....	49%	1%	6%	0%	0%	44%	0%	1%
----- NORTE -----								
Acre.....	80%	0%	0%	0%	0%	20%	0%	0%
Amazonas.....	62%	12%	2%	0%	0%	24%	0%	1%
Para.....	28%	0%	8%	0%	0%	65%	0%	1%
Total ->	34%	5%	41%	0%	2%	17%	2%	100%

## **Volumes doados - Estados (tabelas 29 a 32)**

No início deste capítulo esclareci que os valores correspondentes às doações de cada instituição foram obtidos por média, a partir dos totais constantes no Guia das bibliotecas brasileiras (registradas até 31 de dezembro de 1952). Afirmo, também, que se as doações se processaram de modo regular, as médias encontradas não deveriam estar longe da realidade. Ocorre que estão. Nosso levantamento totalizou 774 mil volumes doados para 2.451 bibliotecas. O Guia das bibliotecas mencionado deixou de informar os volumes doados a 593 bibliotecas. Calculando-se pela média, nosso total para as 3.044 bibliotecas seria de, aproximadamente, 960 mil volumes doados.

Segundo os dados do próprio INL, a distribuição de livros até outubro de 1945 foi de 480 mil volumes.<sup>9</sup> Nossos dados apontam um total de 774.340 volumes doados; um índice de cerca de 100% superior ao do INL. Apesar de não termos encontrado dados que pudessem fornecer subsídios para a compreensão deste fato, duas suposições podem ser levantadas. A primeira estaria ligada à não regularidade das doações. Conforme esclareci, trabalhei com o total de volumes doados a cada instituição até 1952 e daí extraí os valores médios correspondentes aos anos em que a instituição foi apoiada pelo INL. Seria preciso que tivesse havido uma forte concentração de doações no período de 1946 a 1952 para se justificar a disparidade dos dados encontrados. Esta suposição parece pouco provável, tendo em vista que o INL enfrentava, desde sua criação, problemas financeiros para manter sua programação. Parece difícil que com a queda do Estado Novo e o conseqüente afastamento de Gustavo Capanema do Ministério da Educação e Saúde as disponibilidades financeiras do INL tenham melhorado expressivamente. Todavia, esta é uma suposição que somente um estudo da atuação do INL neste período poderia confirmar ou rechaçar. A segunda suposição refere-se à publicação de dados incorretos, seja por erros de impressão, seja por manipulação intencional. Foram muitos os erros gráficos que tive que corrigir ao longo do trabalho, verificando uma mesma informação nas outras edições do Guia que utilizei como base para todo o levantamento.

Um dado a favor, entretanto, é o critério estabelecido pelo próprio INL para as doações. Para as bibliotecas públicas municipais criadas antes da atuação do Instituto, caberia a doação mensal de 15 volumes no primeiro ano de registro e 8 volumes mensais

---

<sup>9</sup> Arquivo Gustavo Capanema. Série G, 36.10.30 pasta IV doc.22 (FGV/CPDOC).

nos anos seguintes. Para as bibliotecas municipais criadas a partir do incentivo do INL, seriam doadas a mais 40 obras, com o propósito de apoiar a constituição de seus acervos.<sup>10</sup> Feitos os cálculos do número de bibliotecas públicas municipais registradas de 1938 a 1945, conclui-se que, se o critério estabelecido vigorou, foram doados, aproximadamente, 250 mil volumes. Este número confere com o resultado encontrado, utilizando tanto a classificação do INL (biblioteca pública municipal) quanto a classificação atribuída (biblioteca pública).

Feitas todas estas ponderações, passemos, agora, à apresentação dos resultados obtidos com relação à distribuição dos volumes doados por estado e por categoria de biblioteca.

Este conjunto de dados parece ser o mais significativo dentre todos aqueles apresentados, por nos permitir visualizar o alcance da ação cultural do INL em sua política de doação de livros.

As categorias que mais foram contempladas, segundo a nossa classificação, foram as bibliotecas públicas, com as maiores médias de doação, e as bibliotecas escolares. A média de obras doadas às bibliotecas públicas foi de 781 volumes por biblioteca, e às bibliotecas escolares foi de 219 volumes.

Desdobrando os dados para além dos contidos em cada tabela, obtivemos a média de obras doadas a cada biblioteca por estado. Pudemos, assim, verificar que algumas vezes um estado apresentou um alto índice de registros mas teve uma média baixa de doações; outras vezes foram poucos os registros e as doações, e, finalmente, foram poucos os registros e muitas as doações. Goiás apresentou a menor média de obras doadas, com apenas 121 obras por biblioteca. O Acre, que se classificou em último lugar na disputa pelo volume total de obras recebidas, teve o melhor desempenho por instituição, com uma média de 688 volumes por biblioteca.

O Distrito Federal, que apresentou um número elevado de instituições registradas (323), representando 11% do total dos registros, teve a segunda menor média, com 152 volumes por biblioteca, superando somente a média goiana. São Paulo foi o estado que recebeu o maior número de obras doadas - 178 mil -, e apresentou o maior índice de

---

<sup>10</sup> Arquivo Gustavo Capanema. Série G, 36.10.30A pasta IV doc.13 (FGV/CPDOC).

instituições registradas, mas nem por isso mereceu do INL atenção diferenciada de outros estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco e Pará, com relação aos volumes médios de obras recebidas por instituição.

O estado do Espírito Santo, que demonstrou um fraco desempenho, tanto em número de registros quanto em volume total de obras recebidas, comparando-se aos mais fracos estados do Norte e do Nordeste, foi o estado que mais recebeu obras por instituição dentre os estados da região Sudeste.

Bastante interessante é verificar que a média de volumes recebidos por instituição encontrada para cada estado nordestino foi superior à média de São Paulo (primeiro colocado no total de volumes doados). Escapa a esta regra o estado de Pernambuco, que se colocou um pouco abaixo da média paulista. O Piauí, que teve o menor índice (menos de 1%) de registros (23 bibliotecas registradas), apresentou a maior média de recebimento de obras por biblioteca dentre todos os estados da região Nordeste. Também com relação aos estados da região Norte, foram encontradas médias bastante expressivas de obras recebidas por cada biblioteca, comparando-se com as médias dos demais estados.

## CONCLUSÃO

Toda instituição é o veículo de determinada ideologia, na medida em que expressa ideários e interesses do grupo que lhe dá sustentação política, econômica e social.

O Instituto Nacional do Livro foi, é verdade, um órgão cultural do Estado Novo, mas é igualmente verdade que sua idealização data do período anterior à ditadura de Vargas. Sua concepção foi fruto do intenso debate travado ao longo da década de 1920 em torno das necessidades educacionais e culturais do país. Para a elite intelectual brasileira, a possibilidade de ingresso do país no clube das nações industrializadas estava condicionada a uma transformação do sistema educacional vigente, com uma conseqüente ampliação das oportunidades educacionais da população. O debate acirrou paixões tanto por parte dos conservadores católicos, para quem a manutenção da fé católica passava pelo sistema educacional, quanto dos chamados "profissionais da educação", que traziam consigo os ideais da Escola Nova - ensino laico, único e igualitário, adequado às exigências do desenvolvimento industrial, respeitando-se as características e peculiaridades dos grupos e oferecendo-se a todos os cidadãos iguais oportunidades, sem a imposição de determinantes econômicos e sociais.

A existência de um Plano Nacional de Educação era reivindicação de ambos os lados, e a Constituição de 1934 tornou dever do Estado elaborá-lo e implantá-lo. Com a participação de vários segmentos da sociedade civil, o Ministério da Educação preparou de fato o PNE. Como vimos no capítulo 1, a parte do Plano dedicada à educação extra-escolar refletia em vários dos seus artigos os objetivos e as atribuições do futuro Instituto Nacional do Livro, ainda que não se referisse à sua criação.

Traçar os rumos culturais da sociedade era tarefa ligada à necessidade de dar uma feição à cultura brasileira, ou seja, de construir uma identidade nacional. Este projeto nacionalista, que com o Estado Novo terá um novo sentido, faz com que o Ministério da Educação crie um órgão destinado a elaborar uma obra-síntese da nossa brasilidade. Assim é criado o Instituto Cairu, com a incumbência de dotar o país de uma enciclopédia e um dicionário brasileiros. O INL, ao ser criado, assume as atribuições do extinto Instituto Cairu e mais todas aquelas sugestões expressas no Plano Nacional de Educação.

Os anos do primeiro governo Vargas, marcados por uma política estatal fortemente voltada para as ações que direcionassem o país rumo à modernidade industrial, foram também caracterizados por uma preocupação com o patrimônio histórico-cultural. Esta preocupação traduziu-se em várias iniciativas, entre elas a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O SPHAN iniciou suas atividades em caráter experimental em abril de 1936,<sup>1</sup> adotando uma concepção de patrimônio-histórico nacional bem mais acanhada do que aquela proposta por Mário de Andrade ao ser convidado pelo ministro Gustavo Capanema para elaborar o projeto da instituição. Para Mário, patrimônio cultural era toda forma de expressão dos homens, abrangendo, além do patrimônio arquitetônico, por exemplo, as tradições folclóricas. Apesar de não ter conseguido imprimir ao novo órgão sua concepção de patrimônio, Mário de Andrade voltou a colaborar, poucos anos mais tarde, com o amigo e ministro Capanema na Seção de Enciclopédia do INL.

Reportando-me à apresentação deste trabalho, creio poder afirmar que o INL não foi concebido para ser o veículo oficial de difusão dos ideais estadonovistas, nem foi este o papel por ele desempenhado. O Instituto pretendeu, sim, transmitir à população um padrão de cultura considerado "adequado" por aqueles que se sentiam legítimos conhecedores da cultura nacional. Apesar desta postura centralizadora, os padrões de difusão cultural adotados pelo INL basearam-se em experiências internacionais distantes dos regimes ditatoriais. A proposta de Augusto Meyer, que visava implantar uma rede de bibliotecas públicas regionais, por exemplo, pautou-se na experiência da Suíça. A grande restrição que deve ser feita ao INL é que ele jamais procurou ouvir a opinião das populações atingidas por sua política cultural. Apesar das dificuldades naturais para a consulta aos interessados, dadas as dimensões do país e a precariedade dos meios de comunicação existentes, não se pode esquecer que para a elaboração do PNE o Ministério da Educação conseguiu ouvir os mais diversos segmentos da sociedade civil. Conduta semelhante poderia ter sido adotada, mediante, por exemplo, o pronunciamento de representações estaduais ou mesmo regionais.

Avaliar o que era bom ou ruim para os leitores parecia ser uma dádiva concedida aos formuladores da política cultural, o que fez com que o INL estruturasse sua política de ação de cima para baixo, longe das práticas democráticas, apesar do conhecimento

---

<sup>1</sup> O Decreto-lei n° 25 de criação do SPHAN é de 30/11/1937. Todavia, suas atividades iniciaram, em caráter experimental, em abril do ano anterior.

técnico.

Se, por um lado, o INL não foi exatamente o veículo de difusão do pensamento estadonovista, por outro lado, não poderia ter sido um incentivador de movimentos culturais descompromissados com o poder instituído. É certo que a função de censura e propaganda política nos anos do Estado Novo estava a cargo do "eficiente" Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP -, que dispunha de maiores recursos financeiros para a edição de obras de propaganda do que o INL dispunha para a edição de obras clássicas da literatura brasileira. A análise dos títulos publicados pelo Instituto indica uma linha editorial voltada para os clássicos da literatura e para uma parte de história do Brasil repleta de relatos de viajantes dos períodos colonial e imperial. Todavia, as obras editadas pelo próprio INL representaram um percentual pequeno quando comparadas com o volume de obras adquiridas no mercado livreiro. O desconhecimento dos títulos das obras adquiridas impediu-me de tentar uma análise qualitativa desses títulos, que em muito poderia enriquecer este trabalho.

Quanto à atuação do DIP e do Ministério da Educação, Mônica Velloso afirma que havia dois níveis de estratégia no projeto educativo idealizado pelo Estado Novo. Ao Ministério caberia a tarefa de nutrir a população com uma cultura erudita, enquanto ao DIP caberia a atribuição de "orientar as manifestações da cultura popular"<sup>2</sup> e consolidar o novo regime mediante o controle dos meios de comunicação. Ou seja, ao DIP coube a consolidação de práticas ideológicas, enquanto ao INL coube a implantação e o gerenciamento de práticas técnico-operacionais.

Um outro estudo que não pôde ser efetuado foi a comparação entre o crescimento do número de bibliotecas públicas e o crescimento da população alfabetizada. Para realizar este tipo de comparação seria necessário dispor dos dados anuais do crescimento populacional por região e por estado. Mas dados completos sobre a população alfabetizada só foram encontrados nos censos realizados em 1920 e 1940.

Da análise dos dados apresentados no capítulo 4, e que constituem o cerne da atuação do INL em todo o território nacional, gostaria de destacar alguns pontos que considero os mais expressivos. Quanto à criação de bibliotecas públicas, vinculadas às prefeituras municipais, principal objetivo da Seção das Bibliotecas, o desempenho do

---

<sup>2</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro, CPDOC, 1987, p.4.

INL parece ter sido satisfatório, pois, mesmo sem dispor o Instituto de instrumentos legais capazes de garantir a instalação de bibliotecas públicas em todos os municípios do país, houve neste sentido uma resposta positiva por parte das prefeituras. Das 332 bibliotecas públicas registradas no INL no período de 1938 a 1945, 254 foram instaladas a partir de 1939, o que parece ser um resultado positivo.

Outro ponto positivo foi o elevado número de bibliotecas escolares que se constituíram no período abrangido por nosso estudo. Dois terços das bibliotecas escolares que se registraram no INL foram criadas entre 1939 e 1945.

O programa de doação de livros levado a efeito pelo INL teve grande importância para a instalação e manutenção de bibliotecas escolares, ainda que contribuindo, essencialmente, com pequenas doações (até 300 volumes). Contudo, para a maioria das instituições estas doações representavam percentuais expressivos se comparados aos acervos originalmente existentes. Esta observação não se restringe às bibliotecas escolares, mas vale para todas aquelas que se beneficiaram do programa.

O desempenho do INL foi, portanto, satisfatório, pois, se não atuou diretamente no sentido de patrocinar uma política cultural mais ampla, que levasse em conta, por exemplo, as características culturais de cada estado ou região do país, contribuiu de forma significativa para a constituição e o crescimento de focos disseminadores de cultura.

Se podemos criticar o INL por ter atuado mais como um simples distribuidor de livros do que como um agente cultural preocupado em apoiar os mecanismos culturais existentes, temos igualmente que reconhecer que toda a sua ação esteve direcionada, prioritariamente, para as instituições localizadas nos estados menos prósperos do país. Esta ação não levou os estados pobres a se tornarem prósperos no âmbito das bibliotecas, mas de alguma forma os beneficiou, conforme se constata através do conhecimento do número médio de obras doadas a cada instituição por estado. Estados como Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte e o território do Acre receberam, por exemplo, mais obras por instituição do que o Distrito Federal, o Rio de Janeiro e São Paulo.

Finalizando, podemos inferir que o INL desempenhou um importante papel no crescimento das bibliotecas públicas e escolares do país, peças fundamentais na formulação de qualquer política educacional e cultural que se queira empreender. O

Ministério da Educação e Saúde do Estado Novo percebeu a importância dessas instituições e atuou em seu favor através do Instituto Nacional do Livro.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ANDRADE, Almir de. Almir de Andrade (depoimento 1981). Rio de Janeiro, CPDOC - História Oral, 1985. 48p. dat.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de & MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.8, n.1, p.48-59, mar. 1979.

ANDRADE, Mário de. Bibliotecas populares. Revista do Livro, Rio de Janeiro, v.2, n.5, p.7-8, mar. 1957.

ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, v.2-10, 1936/1949.

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. Tomo III A transmissão da cultura. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, Edições Melhoramento, 1958.

BANDEIRA, Manuel. Apresentação da poesia brasileira. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1946.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Pensando a pós-graduação em informação no Brasil. Informativo IBICT, Brasília, v.12, n.1, p.2, jan./fev. 1992.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Juventude brasileira. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Coord. de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense- Universitária, FGV/CPDOC FINEP, 1984. v.2, p.1669-1670.

\_\_\_\_\_. O livro didático no contexto da política educacional. In: \_\_\_\_\_ OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto. A política do livro didático. Campinas, Ed. da UNICAMP; São Paulo, Summus, 1984. p.31-68.

- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. 1937 exposição de motivos. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1937. 91p.
- BRASIL. Presidente (1930-1945:Vargas). A nova política do Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1938-1947. 11v.
- CAMPOS, Reinaldo Pompeu de. Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982. 180p. il.
- CARONE, Edgar. A terceira república (1937-1945). São Paulo, Difel, 1976. 585p. (Corpo e alma do Brasil; 44).
- CARR, Edward Hallett. Que é história: "conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, jan-mar. 1961". Trad. de Lúcia Maurício de Alverga. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1961. 130p.
- CATÁLOGO das publicações do INL. Revista do Livro, Rio de Janeiro, v.1, n.1/2, p.283-302, jun. 1956.
- CUNHA, Célio da. Educação e autoritarismo no Estado Novo. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1981.176p. (Educação contemporânea. Memória da educação).
- CUNHA, Fausto. INL: 30 anos. Revista do Livro, Rio de Janeiro, v.10, n.31, p.90-105, 1967.
- CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 10ª ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1988. 293p. (Coleção Educação em questão).
- DIAS, Antonio Caetano. O ensino da biblioteconomia no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, Serviço de Publicidade, 1956. 32p. (Coleção IPASE; 2).
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 3. ed. São Paulo, Perspectiva, 1986. 185p. (Coleção estudos; 85).

ELITE intelectual e debate político nos anos 30; uma bibliografia comentada da Revolução de 1930. [Por] Lúcia Lippi Oliveira (coordenadora), Eduardo Rodrigues Gomes, Maria Celina Whately. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1980. 355p.

ENCICLOPÉDIA BARSA. Elaborada sob a supervisão dos editores da Encyclopaedia Britannica. Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica, 1964. v.1, 6 e 12.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, IBGE, 1957-1964. v.35. il.

ESTUDOS BRASILEIROS, INFORMATIVO, São Paulo, v.2, n.3, jul. 1991.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: ESTADO e cultura no Brasil. Mário Brockmann Machado ... [et al.]; organização de Sérgio Miceli. São Paulo, Difel, 1984. p.21-40.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.131-138, set. 1980.

\_\_\_\_\_. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.145-169, set. 1983.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, Cortez Ed. e Liv., 1982. 96p. (Polêmicas do nosso tempo; 4).

FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira. O Estado da arte do livro didático no Brasil. Brasília, INEP/REDUC 1987. 129p.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Centro de Literatura Brasileira. Inventário do arquivo Augusto Meyer. Org. de Beatriz Folly e Silva e Noilda Marinho da Costa. Rio de Janeiro, 1988. 118p. (Série CLB; 2).

- GOMES, Angela Maria de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. Revista Brasileira de História, São Paulo, n.1/2, p.259-83, set. 1981.
- GOMES, Sônia de Conti. Bibliotecas e sociedades na Primeira República. São Paulo, Liv. Pioneira Ed.; [Brasília], INL, 1983. 100p. il. (Manuais de estudo).
- GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Educação e modernidade: o projeto educacional de Anísio Teixeira. Rio de Janeiro, [s.n.], 1982. 152p. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia.
- HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. Trad. de Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira. Rev. e atual. pelo autor. São Paulo, T. A. Queiroz, EDUSP, 1985. xxix, 693p. il. (Coleção Coroa vermelha. Estudos brasileiros; v.6).
- IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930- 1970). 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 316p. (Retratos do Brasil; v.83).
- INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (Brasil). Guia das bibliotecas brasileiras: (registradas até 31 de março de 1942). 2. ed. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1944. 475p. (Coleção B2, biblioteconomia).
- \_\_\_\_\_. Suplemento do guia das bibliotecas brasileiras: (bibliotecas registradas entre 1º de abril de 1942 e 31 de março de 1945). Rio de Janeiro, 1946. 329p. (Coleção B2, biblioteconomia).
- \_\_\_\_\_. Guia das bibliotecas brasileiras: (registradas até 31 de dezembro de 1952). [Org. por Hélio Gomes Machado com a colaboração de Humberto Soares da Costa e Elza Fontoura de Andrade]. 3. ed. Rio de Janeiro, 1955. 676p.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Porto, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. v.1, p.95-106.

- \_\_\_\_\_. História. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Porto, Imp. Nacional - Casa da Moeda, 1984. v.1, p.158-259.
- LOVISOLO, Hugo. A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e idéias atuais. In: \_\_\_\_\_; SERPA, Luiz Felipe; ALMEIDA, Stela Borges de. Chaves para ler Anísio Teixeira. Salvador, OEA/UFBA/EGBA, 1990. p.11-85.
- MACHADO, Hélio Gomes. Novo impulso às bibliotecas públicas. Revista do Livro, Rio de Janeiro, v.1, n.1/2, jun. 1956.
- MANIFESTO da Unesco sobre bibliotecas públicas. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.7, n.4/6, p.157/158, abr./jun. 1976.
- METODOLOGIA científica; caderno de textos e técnicos. Org. Leda Miranda Hühne, Colaboradores Ana Maria Garcia et alii. 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1988. 263p.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo, Difel, 1979. xxvii, 210p. (Corpo e alma do Brasil; 57).
- MILANESI, Luiz. Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas. 2ª ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1989. 261p.
- MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. 6. ed. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 246p.
- MORAES, Carlos Dante de. Alguns estudos e um fragmento de autobiografia. Porto Alegre, Movimento, 1975.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): (pontos de partida para uma revisão histórica). 3ª ed. São Paulo, Ática, 1977. 303p. il. (Ensaio; 30).

MUELLER, Suzana P. M. Bibliotecas e sociedades: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: HISTÓRIA geral da civilização brasileira. Sob a direção de Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1977. t.3, v.2, p.261-291.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.15, n.2, p.222-248, set. 1986.

NOSSO vigésimo aniversário. Revista do Livro, Rio de Janeiro, v.2, n.8, p.5-6, dez. 1957.

NOVOS instrumentos de cultura. Revista do livro, Rio de Janeiro, v.1, n.3/4, p.3-7, dez. 1956.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 166p. (Política e sociedade).

OLIVEN, Ruben George. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade? In: ESTADO e cultura no Brasil. Mário Brockmann Machado ... [et al.]; organização de Sérgio Miceli. São Paulo, Difel, 1984. p.41-52.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 3ª ed. São Paulo, Braziliense, 1985. 148p.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo, Layola, 1973. 368p. (Temas brasileiros; 2).

RABELLO, Odília Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.19-42, mar. 1987.

RIO DE JANEIRO, DF. Polícia Civil. Serviço de Inquéritos Políticos Sociais. O SIPS e suas finalidades. Rio de Janeiro, 1940. 237p.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Educação conformada: a política pública de educação (1930-1945) Campinas, [s.n.], 1990. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciências Sociais.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP, 1984. 388p. il.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. Revista Estudos CEBRAP, nº 3, 1973.

SILVA, Marinete dos Santos. A educação brasileira no Estado Novo (1937/1945). Niterói, [s.n.], 1975. 73p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

SOUSA, J.G.; CALDAS, A.G.P.; ALMEIDA, G.C. A produção nacional de livros. Revista do Livro, Rio de Janeiro, v.12, n.39, 1969.

SOUZA, José Inácio de Melo. Ação e imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propagando nos meios de comunicação durante o Estado Novo. São Paulo, [s.n.], 1990. 444f. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes.

SOUZA, Márcio de. Entrevista. Leia, São Paulo, v. 13, n.150, p.3-7, abr. 1991.

TEIXEIRA, Anísio. Porque "Escola Nova"? Bahia, Associação Bahiana de Educação, 1930, 31p.

VELINHO, Moyses. Letras da província. 2ª ed. rev. acresc. Rio de Janeiro, Globo, 1960. 271p. (Coleção província; 17).

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro, CPDOÇ 1987. 50f. (textos CPDOÇ).